

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
PARA A AGRICULTURA

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Análise
da Política do Setor Agropecuário
frente à Mulher Produtora de Alimentos
na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe

**AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS
EM BRASIL**

DIAGNÓSTICO E POLÍTICAS

Mary Dayse Kinzo

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IICA/BID/ATN-SF-4064-RE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO IV
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IICA/BID/ATN-SF-4064-RE

**PROGRAMA DE ANÁLISE DA POLÍTICA DO SETOR AGROPECUÁRIO
FRENTE À MULHER PRODUTORA DE ALIMENTOS
NA REGIÃO ANDINA, NO CONE SUL E NO CARIBE**

**AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS
EM BRASIL**

DIAGNÓSTICO E POLÍTICAS

Mary Dayse Kinzo

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO IV
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

~~00000000~~

00005759

IICA

ESC

763

- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Fevereiro, 1996.

Direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial deste documento sem autorização escrita do IICA e do BID.

A autora deste documento foi uma consultora contratada pelo Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário Frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe (IICA/BID). Por tanto, as idéias, propostas, interpretações e conclusões devem ser atribuídas a ela, e não representam necessariamente os critérios do BID e do IICA ou de algum dos Estados Membros destas organizações.

O Serviço Editorial do IICA foi responsável pela revisão estilística, levantamento de texto e montagem desta publicação, e a Gráfica do IICA realizou os trabalhos de fotomecânica e impressão.

Kinzo, Mary Dayse

As mulheres produtoras de alimentos em Brasil : diagnóstico e políticas / Mary Dayse Kinzo. — San José, C.R. : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1996.

172 p. ; 28 cm.

Convenio de Cooperação Técnica IICA/BID/ATN-SF-4064-RE.
Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário Frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe.

1. Mujeres rurales - Brasil. 2. Política agrícola - Brasil. I. IICA.
II. BID. III. Título

AGRIS
E51

Dewey
305.4

Fevereiro, 1996
San José, Costa Rica

INDICE

LISTA DE ACRONIMOS	vii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE QUADROS	xi
REFACIOxiii
I. INTRODUÇÃO	1
A. Antecedentes	1
B. Objetivos	5
C. Definições	5
II. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NACIONAL	7
A. O Setor Agrícola na Economia	8
1. O problema agrário brasileiro: o mundo urbano na dependência do mundo rural	8
2. Estrutura do produto interno bruto (PIB)	10
3. A demografia da força de trabalho: A população economicamente ativa (PEA) e suas transformações	13
B. A Produção Nacional de Alimentos	18
1. Considerações gerais sobre a produção nacional de alimentos: Problemas para um diagnóstico e para propostas de soluções	18
2. A incorporação das zonas agroecológicas pela pequena e média produção agropecuária: A saída encontrada para apoiar o desempenho da economia nacional	20
3. O desempenho da agropecuária na produção de alimentos	23
C. A Política do Estado sobre a Produção de Alimentos	34
1. Evolução da política de produção de alimentos: Para o mercado interno ou externo?	34
2. A evolução desigual da produção de alimentos: Uma produção à busca de novas zonas agroecológicas	36
3. As políticas econômicas e as políticas agrícolas refletindo sobre a produção de alimentos	38

III. AS POLÍTICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO	45
A. Descrição das Políticas de Terra, Crédito, Capacitação, Pesquisa, Extensão Agrícola e Desenvolvimento Rural	45
1. As políticas da terra: corolário da reforma agrária	45
2. A política de crédito	52
3. Políticas e programas de capacitação, pesquisa e extensão agrícola	56
4. As políticas de desenvolvimento rural	60
B. As Mulheres como Participantes e Beneficiárias das Políticas	62
C. As Políticas Específicas para as Mulheres Rurais ou Produtoras de Alimentos	63
IV. A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA PRODUÇÃO NACIONAL AGROPECUÁRIA	67
A. O Emprego Feminino no Setor Agrícola	67
B. Re-estimação do Emprego Feminino no Setor Agrícola	71
C. A Contribuição da Mulher ao PIB Agrícola	75
V. AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS	79
A. Características Socioeconômicas do Sistema da Pequena Produção e Produção Camponesa no País	80
B. Características da Unidade Produtiva Camponesa	84
C. A Contribuição das Mulheres à Produção: Atividades e Tipos de Trabalhos	88
D. Uso do Tempo das Mulheres	90
E. A Participação das Mulheres na Tomada de Decisões, Potencialidades, Expectativas e Limitações	90
VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	93
A. Conclusões	93
B. Recomendações	97
1. Incorporação da perspectiva de género na política de segurança alimentar do país	97

2.	Implementação de uma política agrícola diferenciada para o pequeno produtor, sob uma perspectiva de género	100
3.	Implementação de um projeto de treinamento com pequenos produtores sob uma perspectiva de género a nível micro-região	105
4.	Formulação da uma proposta de um forum de debates sobre a metodologia de coleta de dados de setor agropecuário e seu processamento, gerados pelos órgãos oficiais de estatística com uma perspectiva de género	107
BIBLIOGRAFIA		109
ANEXOS		115
	Anexo 1. Tabelas Complementares ao Texto (Dados Demográficos)	115
	Anexo 2. Tabelas Complementares ao Texto (Dados de Produção)	129
	Anexo 3. Quadros Complementares dos Resultados da Pesquisa de Campo	137

LISTA DE ACRONIMOS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CFP	Comissão de Financiamento à Produção
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores de Agricultura
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Tecnologia e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE TABELAS

Tabela II.1.	Brasil: Indicadores econômicos - PIB taxa de crescimento	10
Tabela II.2.	Brasil: PIB por setores produtivos (em bilhões de US\$)	11
Tabela II.3.	Brasil: Proporção de ocupados sem cobertura de seguridade social, por sexo, segundo atividades, 1981-1988 (percentagem)	13
Tabela II.4.	Brasil: População economicamente ativa, por sexo, 1981-1988 (milhões)	17
Tabela II.5.	Brasil: Distribuição da renda <i>per capita</i> familiar, 1988	18
Tabela II.6.	Brasil: Variação percentual da área cultivada de produtos agrícolas tradicionais e modernos, 1970-1987	26
Tabela II.7.	Brasil: Incremento da área total dos estabelecimentos agropecuários e da área de lavoura, 1950-1985	27
Tabela II.8.	Brasil e zonas de expansão da fronteira - área em estabelecimentos agropecuários e área em lavoura 1970-1985	29
Tabela II.9.	Brasil e zonas: Área em estabelecimentos agropecuários e área em lavoura, 1950, 1960 e 1970	29
Tabela II.10.	Brasil: Área média de terra em ha/trabalhador, Nordeste, 1970-1985	33
Tabela II.11.	Brasil: Evolução da produção <i>per capita</i> de alimentos básicos, 1960-1984 (kg/hab/ano)	38
Tabela II.12.	Brasil: Projeção do <i>deficit</i> no abastecimento de arroz no Nordeste e do acréscimo de área a ser colhida para a região tornar-se auto-suficiente até o ano 2000	42
Tabela II.13.	Brasil: Projeção do <i>deficit</i> no abastecimento do feijão no Nordeste e do acréscimo de área a ser colhida para a região tornar-se auto-suficiente até o ano 2000	43
Tabela IV.1.	Brasil: População economicamente ativa segundo sexo e setores de atividade econômica e nos anos 1977, 1981, 1985 e 1988 (percentagem)	68
Tabela IV.2.	Brasil: PIB dos estados de Santa Catarina, Paraná e Ceará, 1993	76
Tabela V.1.	Brasil: Números de indigêntes por região, 1993	89



LISTA DE QUADROS

Quadro I.	Contribuição relativa da mulher rural na renda familiar. Brasil (SC - PR - CE)/1993	139
Quadro II.	Distribuição relativa da mulher rural por principal fonte de renda. Brasil (SC - PR - CE)/1993	139
Quadro III.	Características das unidades produtivas quanto a tamanho e força de trabalho. Brasil (SC - PR - CE)/1993	140
Quadro IV.	Características das unidades produtivas quanto aos principais produtos agrícolas. Brasil (SC - PR - CE)/1993	140
Quadro V.	Características das unidades produtivas quanto aos principais produtos pecuários. Brasil (SC - PR - CE)/1993	141
Quadro VI.	Características familiares quanto ao número de pessoas na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE)/1993	141
Quadro VII.	Porcentagem de mulheres rurais por tipo de atividades desenvolvidas. Brasil (SC - PR - CE)/1993	142
Quadro VIII.	Mulheres que ocupam a posição de "chefe" de família e média de membros na família - Brasil (SC - PR - CE)/1993	142
Quadro IX.	Unidades produtivas - tipo de propriedade quanto ao destino da produção. Brasil (SC - PR - CE)/1993	143
Quadro X.	Unidades produtivas segundo a posse de terra e quem detém a titularidade. Brasil (SC - PR - CE)/1993	143
Quadro XI.	Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada. Brasil (SC - PR - CE)/1993	144
Quadro XII.	Unidades produtivas segundo as fontes de financiamento. Brasil (SC - PR - CE)/1993	146
Quadro XIII.	Participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho/produtos agrícolas. Brasil (SC - PR - CE)/1993	147
Quadro XIV.	Participação efetiva da Mulher Rural em relação ao total de jornadas de trabalho/produtos pecuários. Brasil (SC - PR - CE)/1993	147
Quadro XV.	Participação da mulher rural na comercialização segundo o lugar de venda. Brasil (SC - PR - CE)/1993	148
Quadro XVI.	Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas agrícolas na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE)/1993	149
Quadro XVII.	Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas pecuárias na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE)/1993	150
Quadro XVIII.	Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas domésticas na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE) 1993	151
Quadro XIX.	Número relativo de mulheres rurais quanto à capacitação técnica e origem da assistência. Brasil (SC - PR - CE)/1993	152
Quadro XX.	Número relativo de mulheres que possuem informações sobre mercados e preços. Brasil (SC - PR - CE)/1993	153
Quadro XXI.	Associativismo: participação da mulher rural em organizações. Brasil (SC - PR - CE)/1993	154
Quadro XXII.	Numero relativo de mulheres rurais que manifestam desejo de migrar. Brasil (SC - PR - CE)/1993	155

PREFACIO

O Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica ATN/SF—4064-RE, constitui a segunda fase de um programa que abrange 18 países de América Latina e do Caribe: Barbados, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A primeira fase do Programa foi executada em 1992-1993, nos seis países do Istmo Centro-Americano, contando com o apoio do Conselho dos Ministros da Agricultura da América Central, em sua XII Reunião Ordinária, realizada em março de 1992. A segunda fase foi implementada por solicitação das primeiras damas que participaram da Cúpula de Primeiras Damas para o Progresso Econômico da Mulher Rural, realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1992.

Este documento constitui um dos três relatórios elaborados para cada país, dos quais constam os resultados técnicos dos quatro temas de pesquisa do Programa, bem como as recomendações e propostas preliminares em prol da mulher rural produtora de alimentos. Esses documentos são os seguintes:

***Diagnóstico e Políticas.** Contém o diagnóstico da contribuição da mulher para a produção de alimentos nas pequenas unidades agropecuárias, bem como a análise de sua participação no setor agropecuário e dos efeitos das políticas e programas para a mulher rural.*

***Tecnologia e Comercialização.** Abrange a avaliação da tecnologia utilizada pela mulher nos processos de produção de alimentos nas pequenas unidades, bem como do papel da mulher na transformação e comercialização de produtos, além da análise das políticas e programas vigentes nesses campos e dos seus efeitos para a mulher.*

***Síntese Nacional.** Contém um resumo das áreas temáticas tratadas nos dois documentos acima mencionados e das principais propostas de políticas, programas e projetos.*

Outras atividades que fizeram parte do Programa foram a elaboração de relatórios comparativos regionais, a realização de seminários nacionais e regionais para a discussão e a formulação de propostas de política e de ação, em coordenação com os ministérios da agricultura e do planejamento, com os escritórios das primeiras damas e com as entidades públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento agrícola rural, e à divulgação dos resultados finais.

I. INTRODUÇÃO

Tratando-se este trabalho de um diagnóstico do setor agropecuário frente à mulher produtora de alimentos, faz-se necessário proceder a uma revisão bibliográfica do que se tem produzido em relação à pequena produção no Brasil. Esta revisão mostrou que, embora as questões das mulheres trabalhadoras rurais estivessem em pauta até inícios dos anos oitenta, principalmente com as questões da reforma agrária e temas para a Constituição de 1988, pouco se tem pesquisado e estudado sobre a mulher produtora de alimentos frente ao setor agropecuário.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de estabelecer-se estratégias para que as mulheres trabalhadoras rurais, produtoras de alimentos, sejam vistas pelas políticas agrícolas como importante grupo responsável pela produção de alimentos e, que elas mesmas, se percebam como tal e busquem encontrar estas estratégias, de forma participativa, a fim de apropriar-se em um projeto de melhoria das suas condições de trabalho-se protagonistas de um projeto de é delas e para elas próprias.

Este trabalho constitui-se em parte de um trabalho realizado junto aos países da América Latina e Caribe no qual as questões da mulher na pequena produção no Brasil serão analisadas de forma comparativa, utilizando-se dos dados de pesquisa de campo realizada nos estados de Santa Catarina e Paraná na região Sul e estado do Ceará na região Nordeste do país.

O trabalho, finalmente, apresenta conclusões e recomendações que pretendem ser subsídios para a formulação de políticas voltadas à mulher rural, produtora de alimentos do setor agropecuário.

A. Antecedentes

No Brasil, a produção de alimentos desenvolveu-se com base no trabalho da unidade de produção familiar. Estudos e análises realizadas por autores como Graziano (1978) Martine (1980= e outros afirmam que até inícios da década de oitenta, os dados dos censos agropecuários demonstravam que 70% da produção de alimentos era de responsabilidade de pequenos produtores familiares, além da importante participação deste grupo de produtores no estabelecimento da agro-indústria exportadora.

O setor agropecuário no Brasil tem sua base fundamentada uma história da colonização das regiões Sul e Sudeste do país por imigrantes europeus e pela migração japonesa, no final do século passado e início deste século, assim como na ocupação agrícola do Nordeste brasileiro, utilizando-se do braço escravo. Esta história contém fatores que explicam a heterogeneidade sócio-econômica-cultural e política da população brasileira e em especial, da população rural.

Sobre este tema, Spindel (1992) analisa o tema "colonato" na cafeicultura paulista. Outros estudos desenvolveram a questão política da colonização e como os pequenos produtores aderiam a estes programas, tendo as mulheres como grande impulsora deste processo.

Torna-se complexo o estudo da questão da pequena produção agropecuária brasileira e suas políticas agrícolas e agrária e a contribuição das mulheres trabalhadoras rurais na produção de

alimentos, sem considerar-se as especificidades regionais que determinam o grau e a forma de participação das mulheres na unidade de produção familiar e suas condições de trabalho.

Porém, muitas pesquisas e estudos sobre a pequena produção agrícola familiar enfatizam o papel da mulher como trabalhadora nas diferentes fases do ciclo agrícola. Spindel (1982), faz menção sobre "os" cultivos de subsistência dentro das unidades de produção familiar, como responsabilidade em geral das mulheres que jogam um papel importante na emancipação econômica da família do colonato¹. Isto significava que, além de garantir uma alimentação saudável e a baixo custo à unidade familiar, o trabalho das mulheres possibilitava uma renda excedente provinda da comercialização do excedente, viabilizando a permanência de alguns de seus membros na área rural e possibilitando a migração de outros para a cidade à procura de oportunidades educacionais e de emprego.

Outros estudos demonstram o papel da mulher dentro da unidade de produção familiar no Nordeste, onde as mulheres complementavam o trabalho do homem através do cultivo do "roçado", localizado em sua "posse" (terra sem titulação jurídica). Contudo, como bem demonstra Woortman (1990), esta complementariedade foi sendo usurpada destes pequenos produtores, ocupantes de uma área "urbano-rural", principalmente pela valorização das terras litorâneas do Nordeste, pela implantação de usinas de cana para a produção do álcool combustível e pela indústria do turismo. A mulher que possuía seu "roçado", suas criações e fruteiras vai perdendo, aos poucos, não só trabalho produtivo mas, como consequência imediata, vai perdendo a qualidade da alimentação do grupo familiar que existia.

Existem, ainda, estudos que mostram a capacidade produtiva da unidade familiar de produção das áreas de "fronteira agrícola", sua luta para manter e expandir a posse de uma terra apropriada e da propriedade adquirida através dos Programas de Colonização, principalmente aqueles que foram implantados na Amazonia Legal (Kinzo 1982). Porém, são poucos os trabalhos sobre a pequena produção no Brasil que descrevam o modo como a mulher se insere nas atividades da agricultura. Poucos são os trabalhos de pesquisa que tomam a mulher como sujeito de estudo e que focalizam a heterogeneidade da pequena produção e a forma diversificada como a mulher nela se insere.

A generalização sobre o conhecimento das condições de trabalho da "mulher rural", na área rural brasileira é uma constante, revelando a subestimação que caracteriza as diferenças entre as mulheres e entre as áreas rurais (assentamentos oficiais, terras de aforamento, parcelas de programas de colonização privada e mesmo as pequenas propriedades de pequenos produtores

¹ As famílias imigrantes que chegavam ao Brasil, no final do século e início deste, já eram previamente contratados e seu destino também anteriormente acordado. Chegavam para trabalhar nas fazendas de café e eram denominadas de "colonos" e eram regidos por um regime de "colonato". Muitos são os estudos que analisam esta forma de produção familiar e as relações de produção que se produziam no setor agrícola. Tratando-se dos Programas de Colonização dos anos setenta, a migração interna de descendentes de pequenos produtores do Sul e Sudeste do país para a Amazônia Legal repete esta história da colonização por imigrantes (Kinzo 1986).

do sul do país). A trajetória da unidade familiar de produção agropecuária, em busca de estratégias de sobrevivência, por vezes não são consideradas. Isto indica, de acordo como Suarez e Libardoni (1991) que o "pensamento social brasileiro tende a retirar a especificidade histórica das diversas categorias de mulheres das zonas rurais para entendê-las, indiferentemente, a partir de uma única categoria abstrata". Torna-se importante conhecer a extensão das diferenças e sua importância para a formulação de uma política de incorporação do componente gênero no planejamento do desenvolvimento rural.

Alguns estudos têm sido realizados por instituições públicas e privadas, organismos não-governamentais e organismos internacionais em busca de novas estratégias de desenvolvimento com base numa agricultura sustentável e considerando-se a questão de equidade de gênero. A busca do equilíbrio entre crescimento, preservação dos recursos naturais e equidade é o desafio que se apresenta à reativação da pobreza. Parte destes pequenos produtores mobilizou-se para os amontoados urbanos e parte ainda permanece na área rural, sem condições de trabalho que não seja de destruição de sua base de sobrevivência - os recursos naturais do campo.

Muitas das soluções a este desafio terão que ser encontradas no próprio setor agropecuário e no impulso à produção de alimentos.

A busca de ações para enfrentar o desafio acima explicitado, não invalida os avanços obtidos com o desenvolvimento rural, mas, percebe-se a necessidade de sistematizar e conceitualizar uma série de inovações alternativas tanto práticas como teóricas e colocar em evidência seus protagonistas entre eles, as mulheres trabalhadoras rurais. Esta busca traria alguma resposta à crise do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações e aos resultados não bem sucedidos do desenvolvimento rural integrado.

Os pequenos produtores da área rural brasileira, com terra própria, arrendada ou aqueles que trabalham em terras sem titulação, em sua maioria, são incapazes de assegurar a subsistência da unidade familiar de produção. Esta incapacidade possui um componente estrutural que se explica, entre outros fatores, através de:

- o tamanho insuficiente da parcela de terra e sua condição de não proprietário;
- a qualidade da terra e as condições climáticas e;
- ao processo de exclusão dos pequenos produtores dos processos de transformação agrária, das formas de inserção dos produtos agrícolas aos mercados, das considerações relativas às questões da dinâmica demográfica, dos ritmos da industrialização e do acesso à tecnologias adequadas aos pequenos produtores.

No Brasil e na América Latina como um todo percebe-se que entre este grupo de pequenos produtores existe uma crescente busca de geração de renda complementar pelos membros da unidade familiar e, em especial pelas mulheres, advinda a atividades de produção agrícola ou da transformação de produtos agropecuários de sua parcela de terra.

Esta complementação de renda, como mencionado, é, em sua maioria, gerada pelo trabalho de mulheres e jovens em atividades dentro e fora da unidade familiar de produção e, por vezes, sob a forma de venda da força de trabalho em atividades vinculadas à área rural ou urbana.

Que novas estratégias de desenvolvimento rural seriam adequadas ao apoio à problemática da pequena produção com suas necessidades e apoio às alternativas de complementação de renda da unidade de produção familiar e, especificamente, ao apoio à melhoria das condições de trabalho da mulher produtora de alimentos?

Estas novas estratégias exigem um exame objetivo das experiências dos objetos de inovação tecnológica implementados pela chamada "Revolução Verde", chegando ao enfoque proposto pelos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) cuja característica era centrar-se em atacar, de forma global, todos os obstáculos ao desenvolvimento identificados nas áreas ou comunidades de pequenos produtores rurais pobres. Esta actuação global incluía a difusão de tecnologias, nem sempre apropriadas e tampouco dirigidas às mulheres trabalhadoras rurais. De acordo com De Janvry (1988-251) afirmando sobre os PDRI, "the projects were designed under the assumption that not only primitive technology but also lack of access to public institutions were effectively constraining the modernization of peasant agriculture".

Realmente, "una característica común a todas las experiencias (DRI) llevadas a cabo en ALC ponía en el Sector Público las mayores responsabilidades de ejecución: los crecientes recortes presupuestarios atentaron contra la dinámica programada de estos proyectos; las prioridades macroeconómicas cambiaron significativamente; las políticas de desarrollo rural se dimensionario y en muchos casos quedaron reducidas a unos aislados proyectos DRI" (Aristizábal e Villalobos 1992).²

Estas análises existem, porém, necessitam destacar os resultados positivos e negativos e a contribuição quantitativa de um de seus protagonistas, no caso o trabalho das mulheres trabalhadoras rurais para extrair-se estratégias de políticas renovadas e em concordância com a atual realidade rural nacional, a nível macro, micro e internacional e, assim, pode implementar programas e projetos que se fundamentem em estratégias que tenham presente: o que produzir e o que transformar para poder inserir os produtos, com qualidade, no mercado nacional e internacional.

Além disto, permanece a necessidade de colocar-se em prática a política de descentralização de recursos e de ações econômicas e sociais, já explicitadas na Constituição brasileira de 1998 e, com base nas avaliações objetivas sobre as Políticas de Desenvolvimento Rural das décadas de setenta e oitenta, buscar formas de apoiar diretamente os pequenos produtores. Isto significa evitar-se a absorção de recursos por grupos que conformam as estruturas burocráticas e tecnocratas de um Estado centralizador e, promover a participação dos pequenos produtores e,

² "Combatiendo la Pobreza Rural en América Latina y el Caribe: Una Nueva Estrategia de Desarrollo Rural", Documento para el BID, realizado por Consultores - Aristozábal, Gladys, Villalobos, R., com a colaboração de Wolfram Fischer.

entre eles, as mulheres trabalhadoras rurais, em todas as fases do desenvolvimento de projetos formulados fazendo com que se apropriem de estratégias de implementação de programas e projetos que são seus.

B. Objetivos

1. Objetivo Geral da Pesquisa Global

- Preparar as bases que orientem as políticas e ações dos governos participantes, dirigidas a melhorar as condições da mulher produtora de alimentos da região e, portanto, das condições de segurança alimentar e a eficiência do setor agropecuário.

2. Objetivos dos Componentes da Pesquisa

Diagnóstico

- Dimensionar e avaliar a contribuição da mulher à produção, transformação e comercialização de produtos agropecuários, considerando seu duplo papel, doméstico e produtivo, incluindo sua participação na renda familiar, através de atividades não agrícolas, formulando-se recomendações de política relativas ao papel da mulher no setor agropecuário.

Políticas

- Avaliar as políticas setoriais, analisar seus efeitos sobre as mulheres rurais e, com base nestas análises, formular recomendações de política que possam emergir destas análises.
- Estudar as políticas referentes à propriedades e uso da terra, a política creditícia e os programas de capacitação, pesquisa e extensão agrícola.

C. Definições

É importante explicitar-se algumas definições que provieram da Coordenação Central desde Projeto BID/IICA - Costa Rica, quais sejam:

1. Mulher produtora de alimentos:

Para efeitos desta pesquisa, entende-se por mulher produtora de alimentos aquela mulher que forma parte da força de trabalho familiar das pequenas e médias unidades de produção agrícola, que desenvolve atividades produtivas na parcela familiar, além de suas atividades reprodutivas ou domésticas.

2. Atividade produtiva:

Constitui-se naquela atividade que gera bens e serviços que podem ser vendidos ou negociados nos mercados, ou também consumidos pelos membros da unidade familiar. Como atividades produtivas agropecuárias entende-se, em sentido amplo, atividades na agricultura, pecuária, caça e pesca e; atividades produtivas rurais, aquelas que são não agrícolas porém realizadas nas unidades de produção familiar, como serviços, comércio, artesanato, etc.

3. Atividade reprodutiva:

Atividade desenvolvida pela mulher e que refere-se ao cuidado e à manutenção da família. Inclui atividades tais como cuidar da crianças e outros membros da família, conzinhar, limpar, lavar, passar, carregar lenha e água para consumo doméstico, atividades comunitárias e sociais.

4. Unidade de produção camponesa:

É aquela que opera fundamentalmente com força de trabalho familiar e a maior parte de sua renda proven de atividades produtivas agrícolas. Os cultivos principais são tradicionais para a região e ou para o país. O nível de incorporação ao mercado varia segundo um contínuo que vai desde a auto-subsistência, com consumo direto, até a venda de boa parte da produção nos mercados.

Alem da formulação destas definições, a coordenação central elaborou e repassou aos países participantes um Guia de Instruções contendo a estrutura do trabalho, a ser apresentado por cada país. Os conteúdos dos capítulos também estão contidos neste Guia, embora as diferenciações de dados sobre o setor e suas variantes, apresentadas por cada um dos países, determinasse algumas complementações.

II. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NACIONAL

O presente capítulo possui uma estrutura que apresenta o desenvolvimento da produção agropecuária no Brasil, a forma com que este setor exerceu determinado papel na economia, especificamente como apoio ao processo de industrialização e de fortalecimento da área urbana, dependente do setor rural. Consequentemente, a evolução das políticas econômicas deu-se, de certa forma, com base no setor agropecuário.

Evidencia-se, porém, que estas políticas embora chegassem a ter componentes de "apoio ao pequeno produtor rural", subestimaram os resultados do labor de definidos grupos de trabalhadoras rurais que, gradativamente, fazia crescer sua contribuição ao produto interno bruto e se inseria na população economicamente ativa. Contudo, estes grupos não foram contemplados pelas políticas agrícolas e agrárias e, quando o foram, nada se fez para que estas políticas se afirmassem em sua execução.

O processo de industrialização e urbanização conduz à transformação da estrutura do PIB, por setores, levando a uma nítida diferenciação entre os setores de atividades, onde a agricultura perde expressão embora muito tenha contribuído ao produto interno bruto, como é demonstrado no decorrer do capítulo.

Outro assunto tratado neste capítulo e que surge como consequência destas mudanças voltadas à consecução de um modelo de desenvolvimento é aquele relativo ao que ocorreu com as transformações havidas no perfil da população economicamente ativa (PEA), com a rápida incorporação da mulher na força de trabalho. Chega-se à discussão sobre a identificação de um subregistro do trabalho das mulheres na área rural e de algumas de suas causas.

Contudo, apesar deste subregistro evidencia-se considerável crescimento da participação das mulheres no trabalho rural. Mesmo que tal fato tenha ocorrido em pequeno espaço de tempo, o trabalho enfatiza também as diferenciações nesta participação de acordo com o padrão de atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais em concordância com as questões regionais, tanto sócio-econômicas como culturais.

Em seguida o capítulo trata da produção nacional de alimentos e como o desempenho desta produção dependeu de como os pequenos produtores, gradativamente, iam incorporando terras das fronteiras agroecológicas, como forma de diminuir os custos de produção, utilizando-se de terras virgens e de recursos naturais. Para esta demonstração define-se e caracteriza-se a pequena produção das áreas de fronteira vinculadas a abertura de terras do estado do Paraná, (1950-1960); o período entre 1969-1980, caracterizado pelo desenvolvimento de programas de incentivos à produtos para exportação que excluía os pequenos produtores ao acesso à produção destes produtos eleitos para a recepção de incentivos e; um breve perfil da produção agropecuária da Região Sul e Nordeste do Brasil.

Por fim, o capítulo discute algumas Políticas do Estado em relação de alimentos.

A. O setor agropecuário na economia

1. O problema agrário brasileiro: O mundo urbano na dependência do mundo rural

No Brasil, a Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início do predomínio de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Mas, somente em 1956, essa predominância se concretiza em termos de participação da indústria na renda interna, superando a da agricultura. Isto se dá com a intervenção do Estado através da regulamentação de fatores que levariam à desestruturação de uma economia que se inclinava para um perfil agrário-exportador.

O estabelecimento de empresas no campo orientadas à introdução de técnicas "modernas" para o setor agropecuário e sua adequação às relações sociais e de trabalho que gradativamente vão se definindo, correlacionavam com a realidade do modelo econômico brasileiro adotado.

O problema da "modernização"³ no campo traz em si uma complexidade que é parte deste modelo de desenvolvimento adotado, especialmente no que se refere à interveniência de variáveis decorrentes da indissolúvel relação entre o campo e a cidade que caracterizou o Brasil regional.

A existência de uma economia agrária sólida é que veio a apoiar os custos do processo de industrialização e promover o desenvolvimento urbano com base numa economia industrial.

As origens das transformações na estrutura de produção agrícola podem ser encontradas na implantação de um parque industrial extensivo na década de 50, objetivando acelerar o processo de substituição de importações. Porém, a efetivação do processo de industrialização só se deu dentro do contexto do estilo de desenvolvimento pós-64.

A partir de então, fortes estímulos e subsídios, provindos do Estado à produção industrial, intensificaram o processo de industrialização que afetou o meio rural, efetivando mudanças na

³ As discussões sobre a "modernização" no campo foram amplamente exploradas nos anos 70 e inícios de 1980, por diversos autores como Souza Martins, 1975, Martine, G. 1987, Kinzo, M.D. 1986 e outros, mostrando que esta "modernização" sofreu restrições no próprio conjunto do funcionamento da economia brasileira. Estas restrições com forte caráter político-cultural tradicional, de certa forma, configuram, funcionalmente, uma economia de tipo colonial que persiste fortemente no Brasil. Autores que discutem as questões da "modernização", a denominam de modernização conservadora.

base econômica da sociedade brasileira. A evolução da participação dos diversos setores no produto interno bruto comprova os resultados dessa política.

A agricultura passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de crescimento econômico, surgindo os complexos agroindustriais que utilizaram do capital industrial e financeiro e encontraram novas formas de realização dentro da agricultura.

A adoção dessa estratégia fez com que a agropecuária passasse a ter um papel não somente como produtora de matérias primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial com a introdução de máquinas, tratores e insumos agrícolas.

Neste contexto, a agricultura adquire novas funções qualitativamente distintas. Através do sub-setor dos produtos de exportação, impõe-se à agricultura o suprimento das necessidades de bens de capital e de bens intermediários de produção externa, pagando não somente os bens de consumo.

Por outro lado, através do sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura passa a suprir as necessidades das massas urbanas, para conter a elevação do custo da alimentação, das matérias primas e apoiar o processo de formação urbano-industrial.

A implementação desse modelo trouxe consequências como: o crescimento do fluxo migratório pela mobilização da unidade familiar do campo para a cidade, pelas possibilidades de emprego assalariado apresentadas e, principalmente, pela procura de emprego nas áreas industriais.

A estas variáveis mencionadas, somou-se a rápida reconcentração de terras para responder às necessidades de produtos agropecuários para exportação.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro que crescia de 6 a 7% p.a. obteve uma acelerada taxa de crescimento médio de 11,2% durante o período de 1967 a 1973 e, 10,3% em 1976. Após atingir um pico de crescimento de 14%, iniciou um declínio que chegou a 9,8% em 1974 e 5,6% em 1975, tendo como causa principal a crise internacional causada pela alta dos preços do petróleo e consequente contração comercial.

Porém, quando se analisa o crescimento anual do PIB, de 1980 a 1989, percebe-se uma variação dos dados do setor agropecuário demonstrando uma instabilidade no comportamento do setor. A Tabela I, a seguir, mostra as mencionadas variações:

Em 1982, o país defrontou-se com uma recessão generalizada e, em 1981 e 1983, o PIB total apresentou um crescimento negativo: -4,4% e -3,4%, respectivamente. O crescimento anual do PIB de 1965 -1986 foi de 6,8% e o crescimento anual de exportações, neste período, foi de 7,9%.

Tabela II.1. Brasil: Indicadores econômicos - PIB taxa de crescimento.

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Prod. Real										
PIB Total	9.2	-4.4	0.7	-3.4	5.0	8.3	7.5	3.6	0.0	3.6
Setor Agríc.	9.5	8.1	-0.5	-0.5	3.0	9.8	-8.1	15.0	-0.4	2.2
Setor Manuf.	9.1	-10.4	-0.2	-5.8	6.2	8.3	11.3	1.0	-3.4	3.1
Setor Constr.	9.0	-6.0	-1.3	-14.2	-0.6	10.9	17.5	1.1	-3.0	7.6
Setor Comerc.	8.5	-6.4	0.2	-4.2	4.1	7.8	8.1	2.6	-2.0	2.9

Fontes: IBGE/ Contas Nac., Banco Central.

Em conformidade com os resultados negativos da balança comercial⁴, a dívida externa foi evoluindo em seus montantes que, em inícios dos anos oitenta, chegou a constituir-se na dívida maior do mundo razão porque, em 1992, somente a taxa de serviço da dívida foi de 21% de seu total.

Em fins de 1986, a economia brasileira dirigia-se para uma estagnação econômica e com progressiva taxa de inflação, cuja tendência era de persistir até o fim da década. Em 1987, o PIB real decresceu marcadamente para uma taxa de 3.6%, apesar de forte reversão na produção agrícola.

O Plano Cruzado implantado em, 1986, não pode ser sustentado e a fixação de preços dos produtos não pode ser mantida.

O crescimento líquido, em inícios dos anos noventa foi tão lento que produziu forte recessão e o PIB decresceu 2,4% durante a primeira metade de 1990. Além disto, o impacto no déficit do setor público aumentou. A situação tornou-se, realmente, complexa e a dificuldade de controle da coleta de dados e de seu acompanhamento sistemático, dependia do controle de setores que, politicamente, poderiam causar consequências ainda mais graves ao déficit fiscal e à crise de governabilidade instalada no país.

2. Estrutura do produto interno bruto (PIB)

De acordo com estatísticas realizadas para os anos 1980-1990, as quais utilizam dados oficiais do IBGE, o PIB por setores produtivos apresenta diferenciações que refletem as demandas interna e externa da economia, com o desenvolvimento dos tres setores: agricultura, indústria e serviços. A Tabela II demonstra a participação do setor agrícola no PIB total, entre 1980 e 1990:

⁴ Anexo: Dados sobre a balança comercial estarão analisados com base nas "Estatísticas Históricas do Brasil". Séries Estatísticas, Volume 3, Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550-1985, IBGE, Brasil.

Referindo-se à estrutura do produto interno bruto, como demonstra a Tabela II, o setor agricultura manteve uma participação estável no PIB, porém, proporcionalmente baixa em relação aos setores industrial e de serviços.

Tabela II.2. Brasil: PIB por setores produtivos (em bilhões de US\$).

	1980	1982	1984	1986	1988	1990
% PIB						
Agricultura	10.5	11.8	11.9	10.3	11.6	11.5
Industria	41.0	38.5	37.6	39.1	36.9	35.1
Serviços	48.5	49.8	50.5	50.6	51.6	53.3

Fonte: CEPAL, Anuários Estatísticos da América Latina e Caribe; 1990: dados provenientes do IBGE.

O PIB Agrícola, como porcentual do PIB total, demonstrado através de série histórica, evidencia as mudanças ocorridas no setor agrícola brasileiro. Nos anos selecionados, entre o período 1950-1990, temos a seguinte situação:

Anos	Porcentual
1950	22.8
1955	22.0
1960	16.1
1965	14.5
1970	10.4
1975	10.7
1980	9.7
1985	10.1
1990	8.9

Fonte: IBGE, Estadísticas históricas do Brasil e Anuário Estatístico.

O setor industrial expandiu-se em todas as áreas, desde a indústria pesada até aos setores de electricidade e electrónica. Porém, entrando no período de recessão, a demanda interna estancou como resultante das necessidades do programa de ajuste e ocorreu uma contração da demanda externa.

O setor que mais recebeu o impacto da crise foi o industrial que representou um retrocesso em termos relativos frente aos outros setores, como demonstrado na Tabela II, desde que, no início

da década de 80, a indústria contribuía com 41% do PIB e no início dos anos 90, em torno de 35%.

A agricultura teve um crescimento pequeno, mas constante, de sua participação no PIB passando de 10,5% em 1981 a 11,5% em 1990.

O setor de serviços cresceu, durante a crise de 1986, como resultante da modernização de funções e de serviços dinâmicos. Porém, a partir da implementação da Política de Ajuste Estrutural que agudizou a crise econômica e de legitimidade do Estado houve uma retração do setor de serviços, com a redução do número de funcionários públicos e diminuição de funções da máquina estatal.

Estes fatores, somados aos problemas de falta de apoio à pequena produção agropecuária em questões de soluções fundiárias, de concessão de crédito, de acesso à tecnologia, apoio à comercialização, capacitação da mão-de-obra rural e outros têm propiciado o crescimento do setor informal da economia em todos os setores e inclusive no campo, além da diminuição da expressividade da pequena produção, como produtora de produtos de subsistência para o consumo interno.

A mencionada inferência sobre o crescimento do setor informal na agropecuária sofre da escassez de dados quantitativos e qualitativos que possam fundamentar esta afirmação e dimensionar sua extensão e, mesmo, determinar o grau da contribuição da mulher à produção de alimentos primários e transformados, dentro da unidade familiar de produção, desde que a comercialização da mulher à produção de alimentos primários e transformados, dentro da unidade familiar de produção, desde que a comercialização de muitos destes produtos se dá por vias informais da economia.

É, realmente, difícil estimar ou obter dados sobre o setor informal. As dificuldades residem tanto nos problemas de obtenção de informações como no estabelecimento de uma metodologia que possa captar estes dados.

Tratando-se da pequena e média produção do setor agropecuário, a comercialização de seus produtos tanto primários quanto transformados, em geral, se dá através dos varejistas, comerciantes locais, mercados ou através dos intermediários "os atravessadores", que vão à busca dos produtos nas áreas de produção.

Podemos dizer que a institucionalização do comércio de produtos agrícolas através do "atravessador" já é um fato, no Brasil. A grande parte da comercialização dos produtos é realizada por intermediários ou por redes de intermediários que, em última instância determinam os preços dos produtos agrícolas agropecuários provindos da pequena produção.

Uma forma de obter-se uma visão geral da informalidade nos setores mais formais da economia pôde ser apresentada, utilizando-se de metodologia como a encontrada em "Mulheres em Dados" (FLACSO-Brasil, 1992), pela mensuração da proporção de ocupados que não têm Seguro Social.

O quadro abaixo mostra a proporção de mulheres que estão engajadas no emprego informal que, apresenta-se superior à dos homens. Contudo, ambos os sexos aparecem quase em igualdade de proporção no trabalho informal do setor agropecuário.

A Tabela II.3 demonstra esta afirmativa de acordo com a metodologia específica acima mencionada.

Tabela II.3. Brasil: Proporção de ocupados sem cobertura de seguridade social, por sexo, segundo atividades, 1981-1988 (percentagem).

Tipo de Atividade	1981		1988	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Agricultura	98.1	90.5	96.7	89.6
Indústria	25.2	15.4	25.4	19.2
Construção	25.4	45.3	21.3	49.4
Comercio	40.4	33.1	42.6	37.4
Serviços	69.5	29.1	71.9	35.6
Social	14.4	12.8	16.2	16.5
Administ. Púb.	9.2	20.4	8.8	20.1
Outras Ativs.	12.7	17.0	13.8	23.5
TOTAL	54.0	48.0	51.7	48.0

Fonte: IBGE, Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, 1981 e 1988.

Percebe-se que a proporção da população total ocupada e sem previdência social foi alta para as mulheres, mas não tão mais que para os homes ocupados, em 1981. Em 1988, esta proporção representou 51,7% de mulheres ocupadas e sem previdência social e 48,0% dos homens ocupados e que permaneciam sem previdência social, representando uma significativa incorporação das mulheres no mercado de trabalho.

3. A demografia da força de trabalho: A população economicamente ativa (PEA) e suas transformações

Torna-se importante um entendimento da evolução das características da força de trabalho no Brasil, nas áreas rural e urbana, no que diz respeito ao seu crescimento e às mudanças ocorridas em sua estrutura de idade, sexo e nível de escolaridade.

Tendo-se em conta as variações conceituais na base de dados,⁵ pode-se afirmar que, entre 1950 e 1980, a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu significativamente a uma taxa média de 3,2% ao ano. Este aumento se deu, basicamente, pelo aumento da participação feminina, que passou de 14,6% em 1950 para 27,2% em 1980, e da entrada nas idades ativas (20-40 anos), de gerações que nasceram na década de 50 (décadas na qual se verificou a mais alta taxa de crescimento populacional).⁶

Na última década, houve um intenso movimento de incorporação da força de trabalho feminina na População Economicamente Ativa (PEA). O Censo Demográfico de 1980 registrou mais de 12 milhões de mulheres economicamente ativas.

As características estruturais do emprego e desemprego também sofreram alterações significativas nesse período com a diminuição da participação do setor agropecuário na absorção de mão-de-obra. Concomitantemente, observou-se um incremento do emprego no setor secundário, especialmente na indústria de transformação e na indústria de base. Embora o nível de formulação da economia, neste período, tenha crescido em todos os setores produtivos, o setor informal da economia aparece como um componente do processo de "modernização" da agricultura. Isto significa que sua proliferação vem se dando em períodos de maior crescimento do PIB e em períodos de menor intensidade de seu crescimento, resultante de épocas recessivas.

Estima-se que, em 1988, 42% da PEA estava engajada nas atividades informais. No Nordeste, esta proporção atingiu 63%, em contraste com 34% verificado na Região Sudeste.⁷

Na área rural ocorreram profundas transformações, principalmente no período entre 1960 a 1980. Aproximadamente 28 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca das cidades e cresceu a participação de assalariados no total do emprego rural, principalmente das pessoas ocupadas e com carteira de trabalho.

Nos anos oitenta, a PEA continuou a crescer em virtude das razões demográficas e do aumento acelerado da participação feminina no mercado de trabalho tanto rural como urbano e nos setores formais e informais da economia.

⁵ O último Censo Agropecuário foi o de 1985 e o critério adotado para conceituar população rural referia-se àquela população residente em estabelecimentos agropecuários de 1 hectare até mais. O último Censo Demográfico foi realizado em 1991, porém, seus dados ainda não se encontram disponíveis. Os censos demográficos não coletam dados sobre as várias ocupações das pessoas, mas a "ocupação principal". Por esta razão o Censo Demográfico, que também é base de dados da PNAD, subestima o número de mulheres inseridas no trabalho. A pergunta sobre a "ocupação principal", as mulheres rurais, que consideram seu trabalho agrícola "uma ajuda", tendem a responder que sua ocupação principal é o trabalho doméstico.

⁶ Camarano, A. A. e Beltrão, K., "Brasil: Uma abordagem das Questões Relacionadas à sua População, Março 1991, "Background Paper" elaborado para a Missão de Revisão de Programa e Formulação de Estratégias (PRSD) - Brasil, Brasília.

⁷ Idea, Camarano, A.A. e Beltrão, K.

As taxas estruturais de desocupação e as de desemprego conjuntural calculadas para as regiões metropolitanas, correspondentes às dos setores modernos da economia, compatibilizaram-se com o desempenho da economia. Atingiram valores mais elevados no ano de 1984, sendo que em 1990, as taxas de desemprego aberto das Regiões Metropolitanas voltaram a crescer.

No Nordeste, esta taxa tem se situado em níveis também elevados.

Todas estas diversidades que têm sido observados possuem hipóteses explicativas que, em sua maioria, associam-se a fatores ligados a transformações estruturais como também à mudanças culturais de hábitos da sociedade brasileira. Entre estes fatores encontram-se a acelerada urbanização que marcou o período, a crescente monetização da produção agrícola, e intensificação das migrações e a conseqüente atomização das famílias e grupos de vizinhança, o aumento da participação das mulheres -principalmente as casadas- no trabalho assalariado fora do lar e o maior acesso aos meios de comunicação de massa, direcionando os níveis de informação e os padrões de aspiração da população.

Verifica-se também que, o trabalho feminino é uma variável dependente de outras, principalmente daquelas relacionadas às características demográficas da família: presença da filhos, idade dos filhos, situação conjugal, além do nível educacional da mulher trabalhadora.

As possibilidades e necessidades de arranjos domésticos variam ainda, para as mulheres no campo e na cidade. Bruschini (1985) chama a atenção para a estrutura destes arranjos que é mais formalizada no mercado de trabalho não-agrícola, onde predominam relações de trabalho tipicamente capitalistas com jornadas regulares e nítida divisão entre o trabalho produtivo e o reprodutivo.

Por outro lado, a natureza do trabalho no campo permite maior entrosamento das diversas atribuições femininas, sendo frequente a concomitância de atividades produtivas e reprodutivas que a mulher realiza em casa, na roça e com a criações. Essa mesma simultaneidade de ocupações leva à subestimação do trabalho feminino no campo, considerado não como "trabalho" mas como "ajuda" ao homem, com base no trabalho doméstico que se constitui em atribuição feminina que lhe foi tradicionalmente conferida e que, introjetada pela mulher, faz com que se torne difícil a ela perceber a dupla ou tripla jornada de trabalho que desenvolve.

É fato, que a maior facilidade de conciliação de papéis na zona rural, faz com que a presença de maior número de filhos ou sua idade não restrinja o trabalho das mulheres. Por isto, qualquer que seja a idade dos filhos, a quantidade de atividades realizadas pelas mães são em maior quantidade no campo do que a cidade.

Atualmente, os estudos sobre a mulher trabalhadora rural (Bruschini, 1985) salientam a desvantagem relativa sofrida pela mulher com o impacto da industrialização sobre o trabalho rural. Este impacto incidiu sobre as mulheres, desestruturando as formas de organização da unidade de produção onde elas possuíam um papel definido e complementar e tirando-lhes as possibilidades de adquirir excedentes das atividades artesanais que antes desenvolvia. Os

produtos artesanais foram, gradativamente, sendo substituídos por produtos industrializados e, como consequência, as mulheres viram-se forçadas a engrossar o contingente de trabalhadoras que se assalariavam e, por vezes, como empregadas sazonais, as trabalhadoras rurais denominadas -"bóias frias".

Havia uma organização do trabalho da unidade de produção no campo em que as mulheres e jovens desempenhavam, refletindo uma divisão equitativa entre os membros da família e, por vezes a complementariedade econômica do trabalho do homem, chefe da unidade, dava-se pela venda de produtos feitos pela mulheres como artesanato, doces, pães ou queijo.

O acentuado crescimento da entrada das mulheres na força de trabalho contribuiu, significativamente, para transformações na composição da população economicamente ativa. Esta modificação no perfil demográfico das mulheres brasileiras, nestes últimos quarenta anos, apresenta ritmos distintos e especificidades, de acordo às características sócio-culturais das regiões que compõem o país e até mesmo do estado da federação brasileira onde se insere o trabalho da mulher. Estas diferenciações no ritmo desta inserção também são devidas à marcada tendência do crescimento populacional urbano e de uma transição demográfica brusca com uma queda nas taxas de fecundidade e mortalidade.

A evolução da participação da mulher, na população economicamente ativa da zona rural e suas especificidades refletem mudanças culturais, econômicas, institucionais e sociais como foram analisadas pelos autores Rios Neto, Vieira e Goza, (1990) em 13 estados brasileiros agrupados em cinco grupos, em: "Participação Feminina na PEA rural: O papel do Estado Civil no Padrão de Atividade".

Dimensionar a População Economicamente Ativa (PEA) feminina nos países em desenvolvimento não é um fácil empreendimento. Os dados são, em sua maioria, incompletos porque a mulher aparece frequentemente como membro inativo, apesar de seu trabalho ser imprescindível para a sobrevivência da unidade familiar de produção. A "cultura do trabalho", que é identificada como que ela própria avalie suas atividades como tal.

Este dimensionamento torna-se ainda mais difícil porque as atividades desempenhadas pela mulher no setor produtivo, muitas vezes podem ser combinadas com que a mulher apresente a tendência de subestimar a atividade produtiva que realiza e a não reconhecer como trabalho outra que, apesar de produtivas, as considere como domésticas, mesmo que sejam provenientes da transformação de alimentos.

A contradição está no fato de que, é como se as mulheres desenvolvessem atividades produtivas, mas que fossem tidas por elas como extensão de seu trabalho doméstico. Em sua maioria, as mulheres respondem aos entrevistadores das Pesquisas Censitárias, Agropecuárias ou às Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNADs) que têm como profissão, "dona de casa". Desta forma, ela é excluída da PEA ainda que devesse fazer parte da mesma.

Contudo, nos últimos dez anos, o registro do trabalho das mulheres tem crescido. Os questionários do Censo e das PNADs foram elaborados de forma a diminuir, o mais possível, a inclusão da resposta "inativo". Em finais dos anos 80, as pesquisas de amostra domiciliar (PNADs) registraram que mais de 35% da PEA era composta por mulheres. Este dado representava 21 milhões em início dos anos noventa. (Tabela II.4)

Torna-se importante enfatizar que, há que se detectar diferenças no padrão de atividades das mulheres rurais de acordo com questões regionais de carácter sócio-cultural que, por sua vez, provêm das determinações agroecológicas às quais, o pensamento social destinou espaços territoriais do homem e da mulher.⁸

Tabela II.4. Brasil: População economicamente ativa, por sexo, 1981-1988 (milhões).

Ano	Ambos os Sexos	Mulheres	Total de Mulheres %
1981	47.542.5	14.849.2	31.2
1983	50.940.7	16.812.2	33.0
1985	55.098.5	18.473.1	33.5
1988	61.047.9	21.415.9	35.1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1981-1988.

Nota: Os dados correspondem à população acima de 10 ano de idade e inclui pessoas cuja idade é ignorada e exclui a população rural da Região Norte.

Quanto à distribuição de renda familiar, per capita, em unidades de salários mínimos 1980, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), 1988, a Tabela V indica que 46% de brasileiros vivem em condições de pobreza, sendo que a proporção de pobreza crítica alcança quase 24% desta população⁹ e nelas as "mulheres chefes de família ocupam grande parcela", de acordo com estudos realizados por Castro (1988).

⁸ Entende-se aqui como espaços territoriais do homem e da mulher aquelas áreas de trabalho que o pensamento social as definiu como pertencentes a um ou a outro. Assim, a floresta, o mar o menos, atualmente, a terra para agricultura foram tradicionalmente "prioridade territorial" (como espaço de trabalho) pertencente ao homem. Da mesma forma, a casa e especialmente a cozinha o foi ou ainda o é, de acordo com a formação do pensamento social, território da mulher.

⁹ Tabela V, "Distribuição da Renda capta familiar" - Brasil, 1988. Em termos absolutos, estas porcentagens demonstram que mais de 32 milhões são criticamente pobres. Fonte: IBGE, 1988/PNAD, tabulação especial, Deflator: INPC.

Tabela II.5. Brasil: Distribuição da renda *per capita* familiar, 1988.

Renda Familiar (<i>per capita</i>) in 1980 Unids. de Salario Mínimo	População (milhões)		
	Número Absoluto	%	Cum. %
Ac. de 1/4 s.m.	32.634	23.7	23.7
1/4 a 1/2 s.m.	30.958	22.5	46.2
1/2 a 1 s.m.	32.032	23.3	69.5
1 a 2 s.m.	22.054	16.0	85.5
2 a 3 s.m.	8.148	5.9	91.4
3 a 5 s.m.	6.145	4.5	95.9
5 a 10 s.m.	4.087	3.0	98.9
10 a 20 s.m.	1.303	0.9	99.8
20 s.m. ou mais	283	0.2	100.0
Inf. incompletas	3.738	---	---
Total	141.382	100.0	---

Fonte: IBGE - 1988, Tabulação Especial/PNAD, Deflator INPC, in Castro 1988.

Uma análise da incidência da pobreza relativa realizada em 1981 demonstra que este problema provem, acima de tudo, da natureza das questões rurais (Homem de Melo e Fonseca 1981). De acordo com os autores, a proporção de população pobre é sistematicamente alta nas áreas rurais em relação às urbanas ou às áreas metropolitanas. Um outro fator que emerge destas análises é que a pobreza no Brasil tem um forte componente regional.

Todos estes dados são de grande relevância para os formuladores de políticas. Considerando-se a mobilidade populacional que, por vezes, é reflexo e se reflete em problemas na distribuição espacial de investimentos, nem políticas rigorosas de redistribuição populacional, nem transformações radicais no sistema econômico-político resultariam em mudanças significativas no perfil da distribuição espacial futura, a nível das grandes regiões.

B. A Produção Nacional de Alimentos

1. Considerações gerais sobre a produção nacional de alimentos: Problemas para um diagnóstico e para propostas de soluções

Um diagnóstico sobre a produção e abastecimento alimentar no Brasil deve conter uma preocupação prospectiva. Esta preocupação reflete a necessidade do estabelecimento de uma Política Econômica, a médio e longo prazo para o país que considere as estimativas de produção e consumo de alimentos em relação às necessidades nutricionais da população e o nível de renda familiar *per capita*.

De acordo com dados do IBGE 1974/1975, grande parcela da população brasileira apresentava baixos níveis de renda registrando para as classes de abaixo de 3,5 salários mínimos por família, altos gastos com alimentação isto é, 43 a 63% da despesa total. Estes dados foram verificados nas regiões Sul e Nordeste, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁰

O desempenho da produção agrícola nacional transformou-se, a partir de fins da década dos anos sessenta. O crescimento agrícola concentrou-se nos produtos de exportação (soja, café, laranja, cacau, cana-de-açúcar e fumo). Os produtos alimentares da dieta básica (arroz, feijão, milho, mandioca, batata, carne suína e ovos), para o consumo nacional, apresentaram níveis de produção per capita estagnados ou em declínio. Isto resultou numa elevação dos preços relativos dos produtos alimentares, justamente antes da recessão de 1981/1983.

Em consequência, os altos preços dos produtos alimentares e suas tendências tiveram impacto desfavorável na distribuição da renda da população, agravando-se a pobreza e a desnutrição e diminuindo as possibilidades de acesso à educação.

Contudo, o valor anual das perdas agrícolas chega a alcançar um desperdício de US\$ 5.4 bilhões em alimentos por ano, de acordo com cálculos realizados pela Coordenadoria de Abastecimento do Estado de São Paulo. Esta projeção considera apenas perdas agrícolas decorrentes de ineficiência nos processos de colheita, transporte e armazenagem de grãos, hortaliçação das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), "não há falta de alimento no mundo. A fome é resultado da pobreza, desigualdade social e ignorância". Portanto, a educação e, especialmente a capacitação para a produção e transformação de alimentos tem grande importância na qualidade de vida da população rural, mais que o aumento da renda.

Um outro componente da preocupação acima mencionada relacionase à dimensão continental do Brasil e sua diversidade ecológica que produz a mobilização populacional de uma região para outra, fazendo com que pequenos produtores agrícolas estejam sempre à procura de terras férteis, mais do que à busca de capacitação ou treinamento para a melhoria da qualidade da produtividade e para alcance de melhores preços para seus produtos.

Para um diagnóstico da produção e abastecimento alimentar, torna-se importante considerar estes movimentos migratórios de pequenos produtores em busca das frentes pioneiras e de expansão de fronteiras agrícolas. Estes movimentos imprimiram especificidades na ocupação regional pela agropecuária.

As diferenciações ecológicas, a existência de regiões mais desenvolvidas com infra-estrutura de estradas, portos, armazéns, energia e comunicação e a mobilização de diferentes tipos de produtores que promoveram a ocupação de determinadas regiões brasileiras, de acordo com suas características sócio-culturais e seus hábitos alimentares e diferentes condições cognitivas de assimilação de inovações tecnológicas demonstram a relevância, mas também, a complexidade

¹⁰ Homem de Melo, F. e E. G. Fonseca, Prálcool, Energia e Transportes, São Paulo, Editora Pioneira, 1981.

de elaborar-se um diagnóstico do setor de produção de alimentos e, dentro dele, a contribuição da mulher nesta produção.

Avaliar as políticas agropecuárias frente a mulher produtora de alimentos¹¹ prescinde do estabelecimento de uma metodologia para relacionar comparativamente a evolução do desempenho do setor que se deu de forma desigual, mas em concordância com a política econômica e agrícola de períodos de tempo definidos e cujo desempenho apresentou-se não uniformemente nas diferentes regiões brasileiras:

2. A incorporação das zonas agroecológicas pela pequena e média produção agropecuária: A saída encontrada para apoiar o desempenho da economia nacional

As zonas agroecológicas têm sido as áreas onde se instalaram as "frentes de expansão" da pequena produção de alimentos de subsistência e, em direção a estas é que, estes produtores têm se mobilizado em diferentes períodos de tempo que caracterizam a evolução do setor agropecuário. Em direção a estas zonas agroecológicas também se instalaram as "frentes pioneras", pela mobilidade espacial de pequenos produtores que incorporaram novas regiões à economia de mercado, através de atividades agropecuárias.

Como conceitualizado por Martins (1975), a "frente pionera", ao significar a incorporação de novas áreas com potencial de recursos naturais à economia de mercado, se apresenta como fronteira econômica porque dela, os pequenos produtores podem retirar produtos que assumem um valor no mercado. As "frentes pioneiras", de acordo com o mesmo autor, sempre têm se instalado como empreendimentos econômicos, seja uma grande fazenda, uma cooperativa ou mesmo, empreendimentos de colonização.

Os pequenos produtores que a ela se integram produzem para a subsistência mas, principalmente para gerar uma economia de excedente. Estes pequenos produtores têm, em sua maioria, se vinculado a um empreendimento conseguindo, por fim, adquirir a propriedade da terra.

A propriedade da terra, e o título que legitima sua posse pelo pequeno produtor, garante o acesso ao capital financeiro. A terra sendo comprada passa a agregar valor com a possibilidade de obter financiamento para alguma cultura ou tecnologia de produção de alimentos da agropecuária e estes proprietários estabelecem relações econômico-sociais com o mercado local ou regional.

¹¹ De acordo com o Documento "Guia para elaboração da análise dos componentes da Pesquisa", entende-se como: Mulher Produtora de alimentos aquela que forma parte da força de trabalho familiar nas pequenas e médias unidades de produção agropecuária, que desenvolve atividades produtivas na parcela familiar, além de suas atividades reprodutivas ou domésticas. (Convênio IICA/BID, ATN/SF-4064-RE)

A "frente de expansão", se instala em fronteiras agroecológicas em que a terra, sendo parte de terras devolutas,¹² não assumem o mesmo valor, acima referido. Os pequenos produtores da "frente de expansão" são os ocupantes ou "posseiros".¹³ Esta excedente demográfico que, um espaço de alguma outra fronteira econômica levou à expulsão de pequenos produtores ou pela produção de excedentes que a unidade de produção do pequeno e médio produtor possa gerar.

Nestas áreas, as condições econômicas e de qualidade de vida são medidas pela capacidade produtiva, obtida com base na estrutura familiar, na lógica camponesa ou com base na capacidade de adoção de tecnologias que possam dar rentabilidade aos recursos naturais apossados e ao trabalho dispendido nesta área com potencial natural. Estes pequenos produtores agrícolas possuem peculiaridades econômicas, sociais e culturais provenientes de sua origem como pequeno produtor.

Esta tipologia de pequenos produtores e sua unidade produtiva familiar que têm sido integrada às "frentes pioneiras" e às "frentes de expansão" tem caracterizado e definido a pequena produção em geral. Este pequenos produtores têm se estabelecido em terras compradas ou adquiridas, desenvolvendo relações sociais com a economia de mercado de formas diversas e em tempos adversos, de acordo com os fluxos e refluxos de sua movimentação no espaço regional. Direcionavam-se para as zonas agroecológicas a procura de terra "boa" para que, trabalhando alguns hectares de uma grande extensão de terra adquirida ou apossada, dela pudesse obter produtos para a subsistência e para a geração de excedentes com o trabalho dos membros da família e sem a utilização de instrumentos modernos e de tecnologias intensivas.

Este marco conceitual nos permite compreender os estágios e a evolução da pequena produção e o desempenho econômico-social que desempenhou, por produzir para o mercado interno e apoiar o processo de industrialização do país. Para isto, a pequena produção agrícola foi incorporando novas terras pela utilização da força de trabalho de pequenos produtores contidos em sua unidade familiar.

Este fenômeno desigual e, que se apresentou nas diferentes regiões brasileiras, teve como uma de suas bases alguns empreendimentos como os "programas de colonização" que, na verdade, também surgiam como resultante de mecanismos políticos e de alívio de tensões sociais. Estes programas surgiram sob forma de políticas de uso e posse da terra e formuladas pelo Estado.

¹² Terras devolutas são aquelas pertencentes ao poder público, mas não demarcadas pelo Estado. Podem ser denominadas como "Unclaimed public lands", como tratadas por Kinzo (1986).

¹³ "Ocupantes" ou "Posseiros" são produtores autônomos que têm acesso à terra e dela se apossa, como recurso à subsistência da unidade de produção familiar e procuram dela extrair excedentes da produção e construir benfeitorias, para garantir a posse da terra pela possível aquisição do título de propriedade dado pelo poder público.

Assim se entende a produção de produtos agrícolas como resposta à necessidades da balança comercial que buscaram na força de trabalho dos imigrantes europeus e japoneses os protagonistas para os programas de colonização do início do século, instalando-se na Região Sudeste e respondendo eficientemente à economia agro-exportadora. Entende-se, também, o resurgimento de Programas de Colonização nos anos 30, com os intentos de implantação das Colônias Nacionais,¹⁴ principalmente na Região Centro-Oeste pelo Governo Vargas e a funcionalidade da pequena produção no início do processo de industrialização.

Outros surtos de Programas de Colonização foram promovidos pelo Estado, como aquele que caracterizou a abertura da Fronteira do Paraná, nos anos de 1950/1960, quando a pequena produção baseada na produção principalmente do café, em terras virgens do oeste do estado teve expressão e importância na agroexportação e no apoio ao processo de industrialização.

Durante os anos de 1970/1980 tiveram lugar os Programas de Colonização oficiais e privados da Amazônia Legal, respondendo às necessidades do Estado e de suas alianças com setores internacionais e a burguesia industrial nacional, instalando-se com a agropecuária intensiva e absorvedora da "modernização" tecnológica.

Neste período a pequena produção apoiou e, de forma subordinada contribuiu para a "modernização" no campo cedendo-lhe pequenas áreas de terras, pertencentes a pequenos produtores do sul, que foram incorporadas por grandes produtores para a agroexportação. Estes pequenos produtores, sem condições de competir com a grande produção, foram atraídos pelas terras virgens do Norte e Centro-Oeste do Brasil e pela maior quantidade de terras em relação aos 6 ou 10 hectares que possuíam no sul, assim como, pelo pioneirismo que tem caracterizado o pequeno produtor. Além destes fatores, os programas de "apoio ao pequeno produtor" implementados pelo Estado impulsionaram a pequena produção para que, mais uma vez, esta se mobilizasse em direção às frentes pioneiras e às frentes de expansão.

Em todos estes Programas de Colonização que surgiram e resurgiram em diferentes regiões e áreas agroecológicas e, em determinado tempo histórico-político da formação sócio-econômica brasileira, a participação das mulheres e sua contribuição sócio-econômica e política apresenta-se sob diferentes formas:

- no apoio à unidade familiar ao impulso ao pioneirismo em direção ao "sertão";
- na invisibilidade de sua coragem em enfrentar as condições de ocupantes-posseiros. Esta invisibilidade esconde um potencial de participação a ser desenvolvido, utilizando-se das formas de organização associativista. Isto porque, as mulheres, em geral, lutam pela defesa de seus direitos somente quando se sente ameaçada pela

¹⁴ Ver estudo realizado sobre as Colônias Nacionais, desenvolvido por Camara Neiva, I., "O outro lado da Colônia: Contradições e Formas de Resistência Popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás", Tese de Mestrado, UnB, Brasília 1984.

retirada de algum bem que abale a subsistência de seus filhos ou da unidade familiar, como um todo. Torna-se importante levá-la à consciência de que elas possuem direitos como cidadãs;

- na própria atividade produtiva na agropecuária, como complementação ao trabalho dos homens e;
- assumindo a gerencia da unidade de produção familiar para possibilitar o assalariamento dos homens em atividades fora da unidade familiar de produção, tanto na área rural como urbana.

Em todos estes períodos, as mulheres trabalhadoras do setor da pequena produção agropecuária tiveram diferentes e importantes papéis, sem deixar de atender à produção de alimentos primários e transformados, para a subsistência e reprodução da força de trabalho da unidade familiar. Ademais, sempre estiveram preocupadas em gerar renda excedente proveniente tanto dos produtos alimentares como dos recursos naturais para a confecção de artesanatos e vinculando-se ao mercado local, através da criação de alternativas de comercialização.

3. O desempenho da agropecuária na produção de alimentos

Entre 1948 e 1969, o produto real da agricultura cresceu 4.2% ao ano, em média, excedendo a taxa de crescimento populacional (2.9% a.a.), como demonstrado pelas contas nacionais, nos anuários estadísticos do IBGE. Embora este crescimento tenha sido inferior, tanto ao do PIB (6.2% a.a.), em relação à evolução apresentada pela economia brasileira, essa diferença é tida como normal.

O crescimento da agropecuária não foi gradual e contínuo, neste período. Nos anos 1950-1953 e 1962-1964, a agricultura cresceu apenas 2.8% e 2.5% a.a. respectivamente. Nesses períodos intermediários, houveram acidentes climáticos que obstaculizaram o crescimento do setor originando crises de abastecimento, com consequências socio-econômicas e políticas.

Examinando-se as estatísticas agropecuárias dos últimos trinta anos da agricultura brasileira percebe-se uma redistribuição espacial da produção agrícola, o que teve efeitos positivos para a diversificação regional da produção.

O desempenho da oferta de alimentos no período, como calculado por Mendonça de Barros J.R. 1977, apresentam índices de produtos alimentícios, de produtos agrícolas industrializáveis, e exportáveis com taxas médias anuais de crescimento da produção de alimentos de 4.96% no período 1950-1959 e de 5.8% entre 1960 e 1969.¹⁵ Estas taxas são consideradas satisfatórias

¹⁵ Os autores utilizaram para o cálculo dos índices de alimentos, os seguintes produtos: abacaxí, arroz, batatas, cebola, feijão, laranja, mandioca, milho, banana, coco, tomate, e uva. Quanto aos produtos industrializáveis incluíram os produtos: algodão, amendoim, cana, fumo e soja; entre os exportáveis incluíram: cacau, café, mamona e agave.

se considerarmos que, na década de 50, a urbanização e o crescimento da renda *per capita* foram fatores que incidiram na demanda de alimentos.

O crescimento da produção de industrializáveis foi de 6.59% e 5.76% em 1950 e 1960 respectivamente foram também satisfatórios. Contudo a produção de exportáveis teve um crescimento acentuado somente na década de 50 (6.21% a.a.) quando foi considerado como período do êxito da exportação de café, após a guerra. Este fato correspondeu ao auge do desempenho da colonização e abertura da fronteira do Paraná, com uma alta taxa migratória procedente do Nordeste e do Sul do país. As terras eram apropriadas para o café e para o cultivo de produtos de subsistência. Chegou-se depois à "conclusão" que a área não era própria para a cafeicultura porque as condições climáticas eram desfavoráveis. E, foi nesta área onde, depois de alguns anos, instalaram-se as grandes áreas de produção de soja.

Na década de 1960, o desempenho da fronteira do Paraná torna-se baixo, atingindo (1.92% a.a.), que correspondeu às primeiras calamidades climáticas provindas das geadas que queimaram milhares de pés de café. Adicionado-se a este fator, um grande período de superprodução de café fez despencar o preço no mercado internacional, levando o Estado a incentivar a erradicação do café. Percebe-se que a política Cambial, instrumento importante na transferência de renda da agricultura de exportação posicionava-se, naquele momento, contra a agricultura de exportação.

Todos estes problemas levaram ao desestímulo à cultura do café no oeste paranaense e ao gradual "insucesso" do Programa de Colonização, o qual foi acompanhado pela implantação de centros urbanos, atualmente cidades importantes nascidas com a abertura da Fronteira do Paraná. A despeito da discriminação contra a agricultura de exportação, neste período, em que o processo de industrialização estava em curso, a agricultura apresentou um desempenho aceitável. Foram incorporadas outras grandes áreas de novas terras e verificado um incremento da expansão de frentes de agricultura comercial em áreas de fronteira.

No período entre 1969 e 1980, os dados contas nacionais mostram um crescimento razoável da agricultura. Porém, o produto real da economia apresentou um crescimento médio de 8.6% a.a. e o da indústria, 9.7% a.a., em média. Estes resultados de desempenho foram considerados excelentes, o produto real da agropecuária evoluiu à taxa idêntica a do período anterior (4.2% a.a.). Foi um período de rápida expansão das exportações, inclusive agropecuárias, e de incentivos do Estado ao apoio ao setor (Muller 1992).

Contudo, a período entre 1981-1988, apresentou um desempenho da agropecuária não uniforme: os anos compreendidos entre 1981 e 1984 foram de forte recessão e o crescimento real do setor em correspondência às dificuldades conjunturais da economia como um todo foi de 2.4% a.a.; entre 1985-1988, o crescimento agrícola retornou, apesar dos desestímulos e ameaças do governo de retirar o apoio ao setor.

A análise da evolução da produção entre 1969 e 1980 mostram que o desempenho da agricultura se deveu ao rápido crescimento e maior produtividade de um grupo de produtos e da estagnação de outros.

Os produtos de crescimento rápido faziam parte daqueles produtos incluídos na cadeia de verticalização e que receberam intenso apoio governamental, como o arroz e o milho. Estes produtos deixaram de ser produtos básicos alimentares e passaram a serem considerados como "modernos".

O arroz, que tinha sua produção vinculada à abertura de terras virgens de fronteira, passou a ter alta produtividade pela tecnificação e produção em áreas irrigadas, como no Rio Grande do Sul. O crescimento da demanda por milho, antes tido, também, como alimento básico, deveu-se à sua utilização como insumo na produção de frangos e de suínos, fazendo com que como resposta, o milho se tornasse uma lavoura produtiva e passasse a ser considerada como lavoura "moderna".

Além destes produtos alimentares, a soja e a laranja tiveram uma evolução produtiva considerável, como resultado dos estímulos do mercado externo que, assim como o trigo passaram também a ser considerados como cultivos "modernos", recebendo fundamental apoio governamental.

Contudo, outros produtos alimentares como o feijão e a mandioca continuaram a ser considerados como lavouras "tradicionais". Ainda dentre este grupo que se tornaram ou se mativeram como "tradicionais", o amendoim perdeu lugar à soja, o algodão arbóreo e o café passou a receber apoio cada vez menor do Estado pelas próprias razões de perder preço no mercado mundial. Neste grupo de "tradicionais" inclui-se, também, a batata e a banana.

A Tabela II.6, a seguir, mostra a produção das principais lavouras desses grupos, nos períodos 1970-1980 e 1980-1989. Evidencia-se que houve forte expansão da área total do grupo de "modernos" (com 50.7% entre 1970 e 1980, representando o auge da expansão da soja, e 17.1% no período 1980-1989).

É importante notar a considerável expansão da cana-de-açúcar e da laranja. Percebe-se o aumento de produtividade refletidos pelo aumento mais rápido da produção do que da área.

Tratando-se do grupo de cultivos "tradicionais", o crescimento foi nulo da área colhida entre 1970 e 1989; entre 1970 e 1980 houve aumento de 9%, mas a área diminuiu 7.3% no período seguinte. Os cultivos que mais perderam área foram o algodão arbóreo, o amendoim e a mandioca. Cresceram de área a banana, o café e o feijão. Neste grupo, as evoluções da produção e da área mostram quedas ou estagnação de produtividade. O feijão aumentou sua área no período 1970-1980, mas registrou queda de produção e de forma semelhante apresentou-se a evolução do cultivo da mandioca. O café, contudo, apresentou crescimento de área, mas foi pouco o avanço de produtividade, a nível nacional.

Tabela II.6. Brasil: Variação percentual da área cultivada de produtos agrícolas tradicionais e modernos, 1970-1987.

Produtos	Variação Percentual Entre Anos			
	Variação da Área		Variação da Prod.	
	1970-79	1979-87	1970-79	1979-87
Modernos				
Algodão Herbáceo	-31.8	16.8	-10.0	39.1
Arroz	23.9	-14.8	24.6	18.3
Cana-de-açúcar	55.6	56.4	88.4	74.3
Laranja	172.4	59.8	225.1	64.1
Milho	14.1	9.3	40.8	25.7
Soja	547.6	34.0	770.0	53.4
Trigo	41.3	20.0	49.9	83.8
Área	50.7	17.1		
Tradicionais				
Algodão Arbóreo	-1.9	-72.6	-53.5	-74.2
Amendoim	-58.0	-64.8	-50.6	-64.9
Banana	34.9	30.5	-10.7	23.7
Batata Inglesa	13.6	-11.9	-6.2	11.0
Café	1.0	19.4	23.3	-1.5
Feijão	25.6	12.7	-8.4	13.2
Mandioca	1.1	-9.7	-18.9	-4.5
Área	9.0	-7.3		

Fontes: IBGE, Anuário Estadístico, vários anos, e LSPA, in Mueller 1992.

As informações sobre as atividades pecuárias mostram o crescimento do produto real em 4.1% a.a., em média, entre 1971 e 1988, mostrando reduzido efeito sobre a produção.

a. A incorporação de terras à agropecuária e à produção de alimentos

Os Censos Agropecuários de 1950 a 1985 possuem informações sobre a incorporação de terras à agropecuária. A desagregação destes dados, entre os anos de 1950 e 1970 somaram 62.3 milhões de hectares aos estabelecimentos agropecuários e 14.9 milhões de hectares às lavouras. Em 1950 as áreas de estabelecimentos totalizavam 231.9 milhões de hectares e as áreas em lavoura, 19 milhões, e 33.9 milhões de hectares.

Nos períodos acima mencionados, a expansão da fronteira se deu da forma mais intensa na zona de áreas chamadas de primeira geração de fronteira: os estados de Santa Catarina e Paraná.

O estado do Paraná respondeu por 22.5% do total nacional, o que demonstra o impacto da abertura da "Fronteira do Paraná" sobre a incorporação de terras á agricultura e pecuária.

No período entre os anos 1970 a 1985, cobertos pelos Censos Agropecuários de 1970, de 1975, de 1980 e de 1985, a desagregação dos dados pode apresentar variáveis relativas à área dos estabelecimentos agropecuárias e da área em lavouras.

Verificando-se se os dados para o país como um todo observa-se que, nos 15 anos do período, a área em estabelecimentos aumentou em 82.1 milhões de hectares, fato que significou um maior vigor na expansão em relação aos 62.3 milhões de hectares incorporados nos 20 anos do período anterior.

Neste período, o Estado proporcionou a implatação dos Programas de Colonização na Amzônia Legal que apresentava potencial para absorver excedente populacional e potencial para o uso de recursos diversos inclusive naturais. Para esta região dirigiram-se populações provenientes do Sul e do Nordeste brasileiro a procura de terras agricultáveis para a produção de alimentos para a subsistência da unidade familiar e para a geração de excedentes provenientes da agricultura e de outras atividades, na área rural ou urbana. Estabeleceram-se, principalmente, em Rondônia, Mato Grasso, Pará e Maranhão onde incorporaram 53.7 milhões de hectares dos 82.1 milhões que representaram o total para o Brasil, no período 1970-1985.

No que diz respeito à àrea em lavouras, o incremento foi de 8.4 milhões de hectares no período 1970-1985, verificando-se na zona de áreas agrícolas tradicionais do Sudeste-Sul -São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Este fato foi resultante da considerável substituição de pastagens por cana-de-açucar em São Paulo, impulsionado pelo Programa do Alcool (PROALCOOL), e pela introdução da soja no Rio Grande do Sul.

Podemos comparar os incrementos da àrea total dos estabelecimentos agropecuários e da área em lavouras das décadas seguintes:

Tabela II.7. Brasil: Incremento da área total dos estabelecimentos agropecuários e da área de lavoura, 1950-1985.

Período	Aumentos na área em estabelecimentos (1000 ha)	Aumentos da área em lavouras (1000 ha)
1950-1960	18.119	9.356
1960-1970	44.167	5.588
1970-1980	70.710	15.120
1980-1985	11.433	3.276

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário - 1985.

Como se evidencia da análise dos dados, foi vigoroso o processo de incorporação de terras à agropecuária na década de 1970. Os 70.7 milhões de ha adicionados no período de 1970-1985 resultam dos deslocamentos populacionais, financeiros e de instrumentos agrícolas e da implantação de infraestrutura subsidiada pelo Estado para apoiar os Programas de Colonização, tanto oficiais como privados, na Amazônia Legal.

b. O perfil da produção de alimentos da agropecuária das regiões Sul e Nordeste do Brasil

Região Sul

A expansão das culturas de abastecimento interno tem se dado em ritmo bem inferior ao registrado para o conjunto das lavouras de exportação. Evidencia-se uma tendência marcante na evolução da agropecuária brasileira, nas últimas décadas, relativa à expressiva diferença entre as taxas de crescimento da produção de diversos produtos.

Este resultado é parte das mudanças ocorridas com a modernização da agricultura e com a introdução e expansão da soja, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, adicionando-se também o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar, no estado de São Paulo, como visto anteriormente. Conseqüentemente, a evolução da produção de 13 produtos no período 1965/80 na região sul do país, mostra que as taxas anuais médias de crescimento da produção de cultivos alimentares tradicionais, como feijão, mandioca e banana apresentaram-se negativas ou bastante reduzidas, situando-se abaixo dos percentuais de expansão demográfica das populações, a nível regional e nacional, no mesmo período. (Ver Tabela VIII, IX)

Contudo, vários cultivos alimentares como o tomate, cebola, trigo, arroz, batata e milho têm apresentado crescimento da oferta compatível como o ritmo de expansão da população e com a elevação da renda per capita, no período. Isto mostra uma flexibilidade do sistema de produção agropecuária do sul do país para absorver o impacto da rápida penetração da soja. As razões para este comportamento se baseiam na grande disponibilidade de terra de boa qualidade no Paraná, na possibilidade de "poupar" terras de pastagens para poder converter-las à produção de lavouras e aos significativos aumentos de produtividade obtidos na produção de alguns alimentos.

As lavouras de abastecimento interno que tiveram crescimento da produção, como a cebola, o tomate e o trigo, pode-se dizer que não competiram com a soja porque o trigo é uma cultura de inverno e a cebola e o tomate são produtos que ocupam pouca área para produção, em relação às demais culturas alimentares.

Tabela II.8. Brasil e zonas de expansão da fronteira - área em estabelecimentos agropecuários e área em lavoura, 1970-1985.

	Área em Estabelecimentos Agropecuários (milhões ha)					Área em Lavouras (milhões ha)				
	1970	1975	1980	1985	Varição 1970-1985	1970	1975	1980	1985	Varição 1950-1970
	Brasil	294.15	323.90	364.85	376.29	82.14	33.98	40.00	49.10	52.38
Zona A	86.23	88.84	90.58	90.30	4.07	13.26	15.09	17.39	18.50	5.24
Zona B	41.24	41.02	43.28	43.15	1.91	7.20	7.31	9.42	8.95	1.75
Zona C	21.65	22.51	23.82	24.90	3.25	6.05	7.06	7.89	8.01	1.96
Zona D	48.04	50.31	52.93	53.67	5.63	1.81	3.24	3.93	4.52	2.71
Zona E	62.71	79.59	105.39	116.43	53.72	3.80	5.12	7.61	9.20	5.40

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Tabela II.9. Brasil e zonas: Área em estabelecimentos agropecuários e área em lavouras; 1950, 1960 e 1970.

	Área em Estabelecimentos Agropecuários (milhões ha)				Área em Lavouras (milhões ha)			
	1950	1960	1970	Varição 1950-1970	1950	1960	1970	Varição 1950-1970
	Brasil	231.86	249.98	294.15	62.29	19.04	28.40	33.98
Zona A	77.71	79.30	86.23	8.52	9.70	12.08	13.26	3.56
Zona B	33.07	37.11	41.24	8.17	3.57	5.67	7.20	3.63
Zona C	13.35	17.33	21.65	8.30	2.03	4.43	6.05	4.02
Zona D	38.50	40.27	48.04	9.54	0.46	1.08	1.81	1.35
Zona E	39.59	39.24	62.71	23.12	1.93	3.46	3.80	1.87

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1950, 1960 e 1970.

A lavoura de trigo precedeu a de soja, no sul do país. Contudo, o êxito comercial da soja transformou o trigo em cultura coadjuvante, permitindo a ele que, durante o inverno, utilizasse de forma mais intensiva o capital fixo (terra, máquinas e equipamentos). Além disto, o agricultor pode manter elevada a sua liquidez financeira ao longo do ano, beneficiando-se do crédito de custeio subsidiado para ambos os cultivos. Isto fez com que a produção de trigo aumentasse na dependência da expansão da soja. A esses fatores, acrescentam-se os subsídios concedidos pelo Estado, principalmente no período 1974/79.

Sob a rápida penetração da soja, verifica-se também que o sistema de produção de lavouras, no Paraná, experimentou substancial expansão no período 1965/80. O plantio de leguminosas registrou acréscimo de área de 2,304 milhões de hectares, impulsionando a expansão do sistema. O Paraná conseguiu superar o impacto provocado na agropecuária brasileira pela entrada do Brasil no mercado internacional de soja. Registrou, também, acréscimos na área de feijão, batata inglesa e amendoim e, finalmente, no caso do milho e do fumo a variação positiva da área cultivada superou a taxa de expansão do sistema produtivo.

A evolução da produção de leite, nas regiões sul e Sudeste, mostrou-se insuficiente para atender à demanda potencial, pois em 12 anos registrou acréscimo de apenas 16%.

Ainda, no que diz respeito à oferta de proteínas de origem animal, a produção de carne avícola cresceu de forma substancial no período de 1973-1985, impulsionada pelas oportunidades de exportação e pela demanda interna, já que representa fonte de proteína a custo mais baixo que a carne bovina. A carne avícola, ao contrário da bovina já alcançou níveis tecnológicos elevados e com uma produtividade que já pode crescer pouco. Contudo, tanto a carne avícola como a bovina são produtos que podem gerar conflito exportador. Uma das causas é que o abastecimento interno tenderá a se agravar se a política cambial e/ou aumentos na produtividade contribuírem para elevar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

A demanda por frutas e por legumes e verduras, não deverá encontrar limitações impostas pela disponibilidade de fatores de produção ou pela concorrência entre os mercados interno e externo. Sendo assim, os pontos críticos no abastecimento alimentar das regiões Sul e Sudeste, nas próximas décadas poderão ser a falta de leite e derivados, de carne bovina e avícola. Pode-se ainda prever a necessidade de um aumento substancial na produção de milho e soja para a fabricação de rações destinadas ao consumo animal.

Todos estes fatores que impactam no desempenho agropecuário ao qual o pequeno produtor é o responsável por esta produção, afetam ainda mais as mulheres produtoras de alimentos que têm gerado renda familiar excedente, através de seu trabalho produtivo nas unidades familiares.

Quanto a infra-estrutura disponível, as regiões Sul e Sudeste quando comparadas com as outras regiões do país, são privilegiadas. Possuem equipamentos de armazenagem, vias de escoamento da produção providas de relativas extensões das redes ferroviárias e rodoviárias e constatam-se que a maior parte das safras, é escoada pelas rodovias e hidrovias do Sul e Sudeste. Ainda assim, existem lacunas e deficiências que representam elevação de custos dos produtos, atingindo o consumidor final, e perdas significativas da produção obtida, resultando em menores quantidades de produto levadas para o mercado. Como estas regiões, torna-se importante ampliar a infra-estrutura concedendo benefícios imediatos para uma perspectiva de desenvolvimento agropecuário de médio prazo.

Região Nordeste

i. Visão geral das tendências e características sócio-econômicas da população nordestina

A tendência verificada para a Região Nordeste é a de um distanciamento no que tange ao comportamento econômico, social e demográfico do restante do país. Abrigando aproximadamente 40 milhões de habitantes nos dias atuais e três Regiões Metropolitanas, a região Nordeste é a segunda em contingente populacional, apresentando o maior percentual de população rural e de famílias pobres do país. Apresenta também a maior taxa de analfabetismo,

de mortalidade infantil e de fecundidade, a menor esperança de vida ao nascer e o menor grau de urbanização. (Ver Tabelas Complementares, em Anexo)

No que se refere à dinâmica demográfica, tem-se observando no Nordeste, um fenômeno semelhante ao ocorrido no restante do país: queda dos níveis de mortalidade, fecundidade e um crescimento de população nas áreas urbanas. Com exceção da queda de fecundidade, que se acelerou nesta década, os dois outros processos têm ocorrido em menor ritmo do que na média nacional.

Considerando-se que as regiões Sul e Sudeste já se encontram em estágios bem adiantados em seus processos de transição demográfico, no que diz respeito:

- à fecundidade e urbanização e que;
- a forma e ritmo do crescimento populacional têm sido pouco sensível às mudanças na taxa de mortalidade e na continuação do processo de transição demográfica brasileira, como um todo; o crescimento da pequena produção dependerá do que possa ocorrer com a população nordestina.

Além disto, a população nordestina vem perdendo participação no total da população nacional, em virtude de expressivos fluxos migratórios que se dirigiram para fora da região em direção às expansões de fronteiras ou para as áreas urbanas, nos diferentes períodos da evolução do setor agropecuário, no contexto da economia brasileira.

Dos aproximadamente 35 milhões de habitantes residentes no Nordeste, em 1980, 51% localizava-se nas áreas urbanas. A distribuição desta população pelos nove estados que compõem a Região também se dá de forma desigual.

Isto nos leva a afirmar que, cada estado Nordestino tem sua especificidade, principalmente no que concerne às condições de trabalho da mulher, produtora de alimentos, provenientes do setor agropecuário.

Mesmo apresentado um menor grau de urbanização do país, o Nordeste também apresentou um crescimento bem mais elevado da população urbana (4.1% a.a. na década de setenta) do que da rural (0,6%), como resultado de fluxos migratórios rurais-urbanos o que tem ampliado o processo de urbanização regional, principalmente na zona litorânea. As regiões metropolitanas de Salvador e Fortaleza apresentaram nos anos setenta, crescimento significativo.

- ii. Aspectos gerais da produção de alimentos do setor agropecuário no Nordeste, evolução da demanda alimentar e condições de infraestrutura

Da análise dos resultados do setor agropecuário do Nordeste entre 1965 e 1985 verificou-se que:

- no que se relaciona com o setor agrícola, o que se pode observar é uma tendência negativa da evolução das culturas de subsistência, em detrimento da expansão positiva de culturas industriais como a cana-de-açúcar, cacau e fumo. Esta tendência se fundamenta no incremento da produção que se deveu à expansão da área cultivada. A cana-de-açúcar expandiu-se mais pelo incremento da área do que pela produtividade da terra;
- como respeito ao setor pecuário, evidencia-se uma expansão da pecuária bovina, tendo havido aumento de áreas em pastagens com relação à áreas total.

A situação de produção de alimentos básicos no Nordeste agrava-se mais, quando se percebe uma projeção crescente das áreas de pastagens somadas em conjunto com o crescimento da produção da cana-de-açúcar e cajú, como retirando-se grande porcentagem da área total destinada ao setor primário da produção.

O Nordeste é uma região importadora de alimentos, mesmo levando-se em conta que o nível de consumo está aquém das necessidades da população. Esta situação resulta das frequentes crises de abastecimento causadas por calamidades climáticas, questões do uso da terra, crédito e outros fatores de ordem sócio-político-culturais.

Por vezes, a oferta de alguns produtos como a carne bovina, leite e outras fontes de proteínas de origem animal não apresentam maiores problemas, mas a demanda é reprimida frente aos níveis de preços que esses produtos alcança e à capacidade de compra dos consumidores que, em sua grande maioria são de baixa renda.

Enfim, o que se torna necessário buscar são estratégias de melhoria de abastecimento alimentar para a região. Uma das estratégias poderia ser proporcionar o aumento dos fatores de produtividade. Desta forma, estariam em segundo plano a expansão da área cultivada e as importações de alimentos. Algumas recomendações de estratégias são apresentadas por Suarez e Libardoni (1992).

Uma estimativa do consumo alimentar, por níveis de renda, somente seria significativo se dispuséssemos de informações coletadas recentemente e de forma sistemática, sobre orçamentos familiares e dispêndio de alimentos da população nordestina.

Os produtos que têm sido estudados como mais representativos da dieta básica do nordestino são: arroz, feijão, mandioca, milho, batata-doce, batata-inglesa, carne bovina, carne suína, aves, carne ovina/caprina, óleo vegetal, leite, ovos, abacaxi, cebola, tomate, banana, laranja, café e açúcar. Contudo, torna-se importante ressaltar que uma das maiores dificuldades encontradas por pesquisadores sobre a produção e a demanda alimentar do Nordeste é a disponibilidade e qualidade das estatísticas até então produzidas sobre o assunto, para se projetar demandas futuras de alimentos.

Outra razão pode ser devida à falta de coleta sistemática de informações sobre o setor e seu desempenho e a dificuldade de se detectar as dimensões que o setor informal tem adquirido, no setor agropecuário. Pode-se afirmar que este setor adquiriu maior expressão no Nordeste, onde as circunstâncias climáticas são adversas, o nível de escolaridade é baixo e ainda é alta a taxa de fecundidade, encontrando-se mulheres como mais filhos que em outras regiões brasileiras.

Quanto a estrutura da posse da terra do Nordeste, as situações são insustentáveis sob o ponto de vista da capacidade produtiva.

Nos estabelecimentos até 10 hectares, cada trabalhador tem ocupado em média 0.95 hectares em 1970; 0.83 hectares em 1975; 0.90 hectares em 1980 e 0.85 hectares em 1985. Nos estabelecimentos do estrato seguinte (10 a 50 hectares), a área média por trabalhador era de 5.74 hectares em 1970; 5.74 hectares em 1975; 5.25 hectares em 1980 e em 1985.

Com relação a área média por pessoas ocupadas nos estratos de 1000 hectares e mais, era de 147.50 hectares em 1970; 157.50 hectares em 1975; 119.82 hectares em 1980 e 120.93 hectares em 1985.

Tabela II.10. Brasil: Área média de terra em ha/trabalhador, Nordeste, 1970-1985.

Estratos p/Tamanho de Estabelecimento	1970	1975	1980	1985
até 10 ha	0.95	0.87	0.90	0.85
de 10 a 50 ha	5.74	5.74	5.25	5.30
de 1000 ha e mais	147.50	157.50	119.82	120.93

Fonte: FIBGE.

A média geral da área ocupada por pessoa, para o Nordeste como um todo, considerando todos os estratos de área, foi de 9.82 hectares em 1970; 8.90 hectares em 1975; 9.48 hectares em 1980 e 9.86 hectares em 1985.

Outro dado importante que demonstra as condições de pobreza do Nordeste é a participação relativa das despesas com arrendamento da terra e a parceria que nos pequenos estabelecimentos chegavam a 11% e que nos médios e grandes estabelecimentos ascendia a apenas 3% e 2% respectivamente.

As conclusões sobre a demanda alimentar têm considerando o aumento da população e das condições de baixa renda. Especificamente, não tem sido considerado o fenômeno da crescente urbanização e o efeito da mudança de hábitos de consumo.

Destacando-se apenas os cinco produtos considerados mais importantes (arroz, feijão, milho, carnes bovina e frango), observa-se que o Nordeste já é hoje deficitário em relação à produção desses cinco produtos.

As projeções realizadas para o ano 2000 estimam que a demanda por arroz aumentará em 74%, a do feijão em 28%, a do milho em 27%, a da carne bovina em 200% e a da carne de frango em 163%, todos em relação ao ano base de 1987. Estes dados colocam um grande desafio sobre a capacidade produtiva regional.

C. A Política do Estado sobre a Produção de Alimentos

1. Evolução da política do estado sobre a produção de alimentos: Para o mercado interno ou externo?

Como já mencionado, a agropecuária sofreu profundas transformações causadas como efeito da Política de Modernização Agrícola, a partir dos anos 60. Suas origens advém dos anos 50, quando se pretendia acelerar o processo de substituição de importações. Esses objetivos vieram a ser efetivamente implementados a partir de 1964, com o regime militar, dentro de um contexto que trazia implícito uma modernização conservadora, via internacionalização e que promovia a aceleração do processo de industrialização.

A política econômica implantada que gerou o "milagre brasileiro" permitiu alterações profundas nas alianças com os setores tradicionais da oligarquia agrária, de forma a que se privilegiassem as formas "modernas" ou "empresariais" de produção agrícola. Assim estímulos e subsídios à produção industrial avançaram sobre o meio rural efetivando transformações nas bases econômicas da sociedade. A agricultura, por sua vez, foi sendo incorporada a este processo, surgindo os complexos agroindustriais apoiados no capital industrial e financeiro que encontraram novas formas de realização dentro da agricultura.

A agricultura, simultaneamente, mesmo respondendo às necessidades da política econômica continuou a exercer sua função tradicional de fator de equilíbrio no balanço de pagamentos. O setor agrícola passava a ser consumidor de produtos industriais e ao mesmo cumpria sua função de regulador da balança comercial.

Este modelo agrícola se fortaleceu com a internacionalização dos pacotes tecnológicos proporcionados pela "Revolução Verde". Este pacote apresentava-se como fórmula de elevação da produtividade média através da introdução de sementes "melhoradas" que vinham acompanhadas do uso integrado de máquinas e insumos químicos. O apoio à pesquisa, outro componente do pacote, objetivava o aperfeiçoamento da metodologia de pesquisa, por produto, permitindo maior agilidade nas descobertas de defensivos em relação a cada ambiente agroecológico. Por outro lado, as exigências técnicas deste pacote em termos de máquinas agrícolas, fertilizantes, fungicidas, etc., eram considerados compatíveis com a

internacionalização das grandes empresas de máquinas e insumos agrícolas que pretendiam fortalecer o parque industrial brasileiro.¹⁶ O momento era realmente propício, mas foi superado.

Era um momento tão propício que a agricultura brasileira pôde tirar proveito da elevação brusca dos preços de produtos agrícolas no mercado internacional, durante a década de 60. Cresceu a agrícola um aumento de produção e produtividade. E, mais, a atratividade dos preços internacionais atuou como impulsor à erradicação de certas culturas e à substituição de algumas por outras demandas providas do mercado internacional.¹⁷

Estes efeitos da política econômica traria consequências sobre a questão agroalimentar e, demandaria uma reestruturação da organização social da produção, da qual a mulher produtora de alimentos possuía importante papel, porém, não era contemplada.

Este fluxo de capital financeiro exterior aliado à auforia do impulso ao "desenvolvimento" geraram também excedentes para fins especulativos.

Em 1971, com a queda da bolsa de valores que havia experimentado expansão significativa, a aplicação destes excedentes foram dirigidos para o mercado de compra de terras agrícolas. Conseqüentemente, houve um aumento do preço da terra que, de 130% entre 1966-71, experimentou um aumento de 2000%, entre 1971-1977.

A estes fatores adicionaram-se a implementação de obras de infraestrutura pelo governo promovendo uma maior valorização da terra, agora, não somente pela atração que exerciam as culturas agrícolas para exportação.

Ocorreu, neste momento, o que sempre foi e tem sido elemento crucial da questão agrária: somente a posse titulada da terra garantizava o acesso aos recursos creditícios disponíveis. A estes fatores de tensão social somou-se a "omissão" do Estado na fiscalização do crédito que foi concedido aos proprietários titulares de terra para gerar sua produtividade e que foi utilizado, até mesmo, para a compra de mais terras. Cresce, novamente, a pressão sobre a questão da terra que tentou ser solucionada pela implementação das Leis da Terra, em vários estados.

Neste contexto da modernização, surgem políticas agrícolas de crédito rural, de geração de tecnologias com a implantação das atividades de pesquisa agropecuária pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), de ações de extensão rural e capacitação desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Tecnologia e Extensão Rural (EMBRATER) e suas sucursais nos estados, as EMATERs, em meados dos anos 70 que funcionaram como instrumentos da Política Agrícola, ajustados às diretrizes do Sistema Nacional de Crédito Rural. Para entender ao cerne

¹⁶ Ver tabelas complementares, em Anexos 1 e 2.

¹⁷ A este respeito ver Câmara Neto (ibid.) e Ronaldo Coutinho Garcia, Determinantes e Conseqüências da Crise Agroalimentar. IPEA, Brasília 1984.

da questão agrária, a Reforma Agrária prevista no Estatuto da Terra e estabelecido em 1964, pelo primeiro governo militar, criou-se Programas de Colonização, oficiais e privados, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), "selecionando pela exclusão", os pequenos produtores da agropecuária, sem terra ou descapitalizados.

Como estes Programas de Colonização direcionavam-se para a abertura de novas fronteiras agroecológicas, a eles se integravam os pequenos produtores das "frentes pioneiras e de expansão", que, mesmo descapitalizados, tinham a possibilidade de ascensão socio-econômica condicionada aos recursos naturais disponíveis nas áreas de colonização familiar e condicionada à capacidade de trabalho da unidade familiar.

Estes pequenos produtores das "frentes pioneiras e de expansão" foram os implementadores e orientadores, por determinado tempo, da política implícita de Produção de Alimentos de consumo básico. Impulsionaram a Política de Comercialização de Produtos, de armazenamento da produção, de regularização fundiária, por força das representações institucionais destas políticas, a nível local e como atuação da extensão da burocracia federal das instituições centrais, estabelecendo a relação poder central versus poder local: Comissão de Financiamento à Produção (CFP), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e Instituto de Reforma Agrária (INCRA), com funções respectivamente compatíveis com as atividades mencionadas.

2. A evolução desigual da produção de alimentos: uma produção à busca de novas zonas agroecológicas

A crise atual da produção de alimentos de consumo básico não surge como um fenômeno imprevisto. A tendência de chegar-se a níveis incontroláveis de suprimento alimentar já havia sido projetado por diversos estudiosos do assunto, como Fernando Homem de Melo, em "O Problema alimentar no Brasil", 1983; Mendonça de Barros e Graham, "A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos", 1978 e outros. As análises do impacto da modernização da agricultura levou a uma relativa eficiência para culturas dinâmicas ou "modernas", desenvolvidas por médios e grandes produtores com uso de tecnologia intensiva e tendo obtido resultados exitosos nos períodos de conjuntura externa favorável. Mas, os resultados para o setor de alimentos não teve a mesma sorte.

De acordo com Suárez, M., 1992, "nos anos 80 consolidam-se na agricultura, duas tendências iniciada em décadas anteriores: a primazia da produção agroexportadora e agroindustrial e a modernização da agricultura. A consolidação dessas tendências afetou todos os agricultores que tradicionalmente produziam alimentos básicos, mas atingiu de maneira mais severa aqueles organizados nos modelos da produção familiar - organização produtiva que, em geral, inclui a participação das mulheres não apenas como reprodutoras das condições da produção, mas também como participantes diretas na produção de alimentos.

O processo de modernização da agricultura teve, como afirma Martine, G. 1987, "um efeito desagregador sobre a pequena produção e, portanto, sobre o consumo, pois transformou produtores rurais em subconsumidores urbanos", como consequência do desenvolvimento tecnológico dirigido às culturas "dinâmicas", que, entre outros fatores promoveu a reconcentração de terras e êxodo rural.

Nenhuma Política de Segurança Alimentar explícita foi formulada pelo Estado, objetivando o crescimento da produtividade dos produtos da alimentação básica em que o Estado pudesse dispender pesquisa tecnológica, ou incentivos indiretos. Como consequência do desenvolvimento de Políticas de incentivo aos produtos "modernos" exportáveis, atualmente, a disponibilidade de alimentos da cesta básica do brasileiro não tem acompanhado o crescimento populacional. Dentre estes alimentos básicos, culturalmente aceitos continuam sendo o feijão e o arroz. Têm grande valor nutritivo e constituem-se em fonte de calorias, proteínas, ferro e vitaminas. Além destes, a mandioca é de grande importância para a população nordestina e o milho, o trigo e a soja que também são consumidos in natura ou transformados em farinhas.

Em 1975, foi desenvolvida uma pesquisa nacional sobre nutrição no Brasil que evidenciou baixos índices de nutrição, mostrando que, dois terços da população era subnutrida. Já há alguns anos, as estatísticas vêm demonstrando a queda da produção dos produtos de alimentação básica, em favor do crescimento da produção de cultivos que recebiam incentivos como resposta à demanda externa. Desde e proteínas por habitante vem caindo.¹⁸

A produção per capita de feijão e mandioca vem declinando de forma significativa desde meados da década de 60. O arroz, que vinha se mantendo estável, declinou entre 1980-84 (quando iniciou a tecnificação do arroz, para exportação). O milho tem apresentado pequenos aumentos de produção per capita, apenas 10-15% dele é disponível para o consumo da população brasileira e o restante é destinado ao consumo animal, exportado ou desperdiçado. A soja teve um acelerado crescimento, respondendo à demanda externa, mas, atualmente tem tido um mercado interno, substituindo os óleos de amendoim e algodão.

Torna-se evidente, pela projeção da evolução dos produtos da alimentação básica, a deterioração progressiva de sua disponibilidade global, apresentando reflexos sobre a população de baixa renda e sobre as mulheres produtoras de alimentos que, tendo escassez de produtos primários não os pode transformar e portanto, gerar renda complementar à unidade familiar, como já explicitado.

¹⁸ Esta pesquisa foi realizada pelo IPEA/INAN e teve como um dos pesquisadores Martine, G. A primeira versão de um trabalho que resultou da análise de dados da pesquisa foi "A Panela do Povo em Tempo de Crise", apresentado nos Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, Aguas de São Pedro 1984.

Tabela II.11. Brasil: Evolução da produção *per capita* de alimentos básicos, 1969-1984* (em kg/hab/ano).

Período	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Trigo	Soja
1960-1964	74.8	24.5	279.8	149.8	8.1	3.9
1964-1968	79.9	27.4	314.6	141.0	8.0	6.7
1968-1972	72.6	25.7	323.0	150.4	15.6	18.6
1972-1976	76.1	22.0	259.0	155.0	21.2	72.6
1976-1980	76.4	18.4	220.6	153.8	24.0	103.4
1980-1984	70.0	18.0	182.2	163.3	17.3	115.7

* Médias ponderadas.

Fontes: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil (vários anos) e IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 1985.

É importante ressaltar-se que, o que determinava, em grande parte, os níveis de produtividade destas culturas era a fertilidade natural da terra agregada ao trabalho do pequeno produtor e sua unidade familiar e a propriedade da terra que dava acesso a um crédito restrito subsidiado e a orientações técnicas providas do apoio governamental. Estas culturas eram, muitas das vezes consorciadas com culturas permanentes como o café. A uso intensivo da mecanização e de insumos à agricultura e o apoio governamental a determinadas culturas, como já discutido, foram fatores de expulsão de pequenos produtores do campo que dirigindo-se para as áreas urbanas tornavam-se assalariados do campo, quase em sua maioria. Por outro lado, acrescendo-se às razões providas da política econômica diminui-se, também, a possibilidade dos pequenos produtores tornarem-se pioneiros à procura de zonas agroecológicas propícias à culturas de produtos alimentares, sem o emprego de capital.

Em consequência, aumenta a escassez da produção de alimentos, para o consumo básico, fazendo com que seu preço chegasse, gradativamente, a níveis altos e dificultando sua compra pelas camadas de baixa renda cujo padrão aquisitivo tornava cada vez menor.

3. As políticas econômicas e as políticas agrícolas refletindo sobre a produção de alimentos

Evidencia-se a não existência de uma Política de Segurança Alimentar no Brasil. Em relação às Políticas Públicas explícitas para o setor Agropecuário, em geral, que possam apoiar a produção a nível micro, através do desenvolvimento de tecnologias simplificadas e apropriadas aos pequenos produtores, também inexistem.

Uma política de Preços seria outra alternativa, porém a regulação de preços tem, na verdade, apoiado a Política de Redução ou Extinção da Inflação.

O crédito agrícola que é o apoio fundamental à produção existiu mas com poucas condições de acesso pelo pequeno produtor e, atualmente, existe porém ainda sem condições de acesso aos pequenos e, sim, aos médios e grandes produtores, desde que, os juros altos e a persistência da alta inflação têm impedido este acesso.

Por outro lado, a questão da propriedade da terra foi e continua a ser um grande entrave ao acesso ao crédito que garantiria o retorno dos empréstimos aos Bancos.

As questões da regularização fundiária, portanto, permanecem, como um fator de bloqueio a qualquer modalidade de crédito agrícola que possa estar direcionado para o pequeno e médio produtor. Todos estes fatores têm incidido sobre o setor agropecuário de forma a discriminar o pequeno produtor, em relação às políticas de apoio ao desenvolvimento rural.

Os problemas agrários têm raízes estruturais, tornando-se importante explicitar alguns deles:

Primordialmente é importante ressaltar que, a definição da Política Cambial pelo Estado, de certa forma, foi formula para beneficiar e incentivar as exportações de alguns produtos agropecuários, principalmente em razão das mini-desvalorizações do cruzeiro, a partir de 1968.

Por outro lado, as cotações externas para os produtos exportáveis eram favoráveis às exportações. Adicionando-se a estas Políticas, os subsídios governamentais para alguns produtos têm atuado de forma a provocar baixa da produtividade de culturas para o consumo básico interno, como o caso do trigo.

A agricultura para exportação passa a ser mais rentável que a agricultura para produção de alimentos destinados ao consumo interno, tendo ocorrido um crescimento acelerado dos produtos para exportação e estancado a produção de cultivos que fazem parte da dieta básica alimentar da população brasileira.

Estes fatos têm provocado um aumento real dos preços dos produtos agroalimentários, o que se traduz em decréscimo do poder aquisitivo das famílias de menor renda ou, ao caso extremo da fome e desnutrição.

As conseqüências para o Nordeste têm sido mais drásticas, desde que a produção de alimentos tem alcançado baixas taxas de crescimento e a alta de seus preços têm provocado o decréscimo mais rápido do poder aquisitivo da população, principalmente aquela estabelecida no Nordeste brasileiro, porque:

- a renda per capita da região é menor;
- as estatísticas demonstram um consumo maior de feijão e mandioca que tiveram seus preços mais elevados, relativamente aos demais produtos da dieta alimentar,

- o trigo não substituiria nem a mandioca e nem o feijão, encontrando o bloqueio alimentar da não existência de hábito do consumo do trigo, atualmente subsidiado pela Governo.

Como já mencionado, em finais da década de 1970, observa-se o crescimento acentuado da produtividade de culturas voltados para a exportação, como o soja e o trigo, mas também, um implemento à produtividade da cana-de-açúcar em contraposição ao decréscimo na produção dos produtos da cesta básica da população brasileira, gerando, como acima explicitando, um grande deficit no abastecimento de produto alimentar.¹⁹ Os fatores responsáveis foram:

- desequilíbrio tecnológico provocado pelo desenvolvimento de tecnologias para as culturas de exportação, em detrimento da pesquisa e da validação de tecnologias apropriadas para o aumento da produtividade das culturas para o mercado interno;
- estabelecimento de uma política cambial que, implicitamente, incentivou a produção para a exportação e, portanto, beneficiou o grande produtor;
- reversão dos preços dos produtos agropecuários de exportação que, a partir de 1983, apresentaram níveis favoráveis. Após um decréscimo nos níveis de preços dos produtos do setor, em 1981/1982, estes voltaram a crescer;
- incentivo governamental para a substituição do combustível proveniente do petróleo pelo combustível do alcool de cana-de-açúcar, em início dos anos 80, respondendo a uma Política Econômica de múltiplas alianças que penalizou a pequena produção. O pequeno produtor foi expropriado de sua terra de trabalho, para dar lugar à cana-de-açúcar que chegou à porta de sua casa;
- severa recessão econômica, agudizada em 1981, diminuindo o poder aquisitivo de grande parte da população e forçando a redução do consumo de alimentos;
- desfavorável desempenho da produção de alimentos, ocorrido com maior gravidade no período de 1977-1988, diminuindo o estoque de abastecimento de produtos.

Como resultado destas contradições e desequilíbrios gerados pelas transformações na agricultura e nos setores industriais criou-se um deficit no abastecimento de produtos de consumo interno e o setor agropecuário apresentou os seguintes dados, entre 1977 e 1984:

- aumento da produção da cana-de-açúcar de (74%);
- incremento das exportações de produtos agropecuários de (11%);

¹⁹ A análise foi realizada tomando-se o período compreendido entre 1977 a 1984, pois os anos 1978 e 1979 não podem ser tomados como base, devido ter ocorrido problemas climáticos: assim, foi analisado o período 1980 a 1984, com base em 1977.

- redução dos produtos alimentares; (12% em relação ao conjunto dos produtos/per capita).

Em síntese pode-se dizer que houve:

- a. bom desempenho na utilização substitutiva do petróleo pelo álcool, solução para energia;
- b. razoável desempenho na exportação de produtos nacionais.
- c. deficiente desempenho na produção de alimentos.

Conclui-se que, ao retomar os fatores que afetaram a composição da agricultura e os analisando sob um outro ângulo temos que:

- o desenvolvimento de tecnologias para as culturas de exportação que geraram o desequilíbrio tecnológico resultaram em maior lucratividade para estas exportações. Apesar do preço desfavorável no mercado internacional da soja, em 1980/1982, esta cultura teve um incremento da ordem de 2 milhões de hectares, enquanto o arroz decresceu em 800 000 ha, no centrosul do país em 1977/1984;
- em relação à Política Cambial, esta foi mais favorável á exportação de produtos agrícolas que anteriormente; esta política tende a continuar pressionada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela necessidade de equilibrar a balança de pagamentos;
- quanto às cotações externas; verificou-se sua melhoria:
 - . 1980/1982 - houve perda na relação de troca com os demais países;
 - . 1983 - houve uma melhoria das cotações, provocada pelo crescimento da economia mundial e pela frustação da safra americana;
- quanto à expansão da cana: após o *boom* de 1979-1982, atualmente existem poucos projetos que sustentam sua expansão e uma posição não clara do Governo sobre esta questão,
- preço dos produtos alimentares mais baixo, em relação aos dos produtos de exportação. Mas, reduziram-se os salários, reduziu-se a demanda por produtos alimentares e, portanto, reduziram-se seus preços;

Tomando-se como ano base 1990, para conseguir-se atingir a mesma produção *per capita* de 1980, esta deverá crescer a 6% ou 7% a.a..

- em relação ao possível *deficit* de abastecimento de alguns alimentos básicos, produzidos no Nordeste:

Mandioca e milho no Nordeste brasileiro foram realizadas pela Fundação João Pinheiro, sediada no estado de Minas Gerais, durante o período projetado que foi de, 1988 ao ano 2000.

Por exemplo, sobre as áreas previstas a serem colhidas para o arroz em 1988, da magnitude de 1.15 milhão de hectares, projetou-se uma área adicional de 255 mil hectares para que a região se auto-abastecesse e não necessitasse importar. O mesmo foi projetado de ano e ano.

Com relação ao abastecimento de feijão, as projetos indicaram que mantidas as condições prevaescentes, em termos de crescimento de área colhida, rendimento e consumo, a área de alimentos básicos, a ser colhida, deveria ser de 2.44 hectares para que o Nordeste se tornasse independente de importações de arroz no ano de 1988, e assim por diante.

Estes dados indicam a necessidade de um crescimento global das áreas cultivadas com arroz, feijão e outros produtos da alimentação básica como também, com mandioca e milho.

A porcentagem de produção para viabilizar a auto-suficiência era de 88.3%. A Tabela II.12, a seguir mostra dados de projeção de déficits para o Nordeste o deve fornecer um alerta aos formuladores de políticas.

Tabela II.12. Brasil: Projeção do *deficit* no abastecimento de arroz no Nordeste e do acréscimo de área a ser colhida para a região tornar-se auto-suficiente até o ano 2000.

Ano	Déficit (T)	Rendimento (kg/ha)	Área Projetada (ha)	Acréscimo de Área	
				(ha)	(%)
1988	327 429	1 283	1 148 714	255 206	22
1989	366 478	1 283	1 165 745	285 864	25
1990	407 335	1 283	1 183 077	317 734	27
1991	450 067	1 283	1 200 717	351 340	29
1992	489 132	1 283	1 218 668	382 134	31
1993	529 828	1 283	1 236 935	414 252	34
1994	572 214	1 283	1 255 523	447 392	36
1995	616 355	1 283	1 274 436	482 281	38
1996	662 322	1 283	1 293 680	518 655	40
1997	706 261	1 283	1 313 259	583 496	42
1998	751 914	1 283	1 333 178	589 274	44
1999	799 344	1 283	1 353 444	626 936	46
2000	848 612	1 283	1 374 061	666 100	48

Fonte: Valores calculados a partir das projeções de área, produção, rendimento e consumo realizadas pela Fundação João Pinheiro.

Tabela II.13. Brasil: Projeção do déficit no abastecimento do feijão no Nordeste e do acréscimo de área a ser colhida para a região tornar-se auto-suficiente até o ano 2000.

Ano	Déficit (T)	Rendimento (kg/ha)	Área Projetada (ha)	Acréscimo de Área	
				(ha)	(%)
1988	119 622	375	2 442 549	318 992	13
1989	120 900	375	2 490 417	322 400	13
1990	122 650	375	2 539 542	327 067	13
1991	122 998	375	2 589 969	327 995	13
1992	122 695	375	2 641 747	327 053	12
1993	122 115	375	2 694 924	325 640	12
1994	121 489	375	2 749 551	323 971	12
1995	120 671	375	2 805 682	321 789	11
1996	119 675	375	2 863 373	319 133	11
1997	116 600	375	2 922 680	310 933	11
1998	113 268	375	2 983 664	302 048	10
1999	104 659	375	3 046 388	279 091	9
2000	105 762	375	3 110 916	282 032	9

Fonte: Valores calculados a partir das projeções de área, produção, rendimento e consumo realizadas pela Fundação João Pinheiro.

III. AS POLÍTICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO

Este capítulo trata das políticas específicas para o setor agropecuário adotadas pelo Estado. Identifica-se que estas surgiram somente nos anos setenta, visto que as políticas agrícolas anteriormente formuladas constituíram-se em fundamento central às políticas econômicas.

Enquanto nas políticas macro-econômicas, o setor agropecuário jogou importante papel ao processo de industrialização do país era de se esperar que as políticas específicas para o setor considerasse também os pequenos produtores agrícolas, grupo que muito contribuiu a este processo de industrialização e, entre este, o grupo de mulheres trabalhadoras rurais pelo papel e atribuições que passou a exercer na agricultura.

As consequências do modelo de desenvolvimento que centrou-se no processo de industrialização por substituição de importações provocou uma urbanização acelerada, com um intenso fluxo migratório campo-cidade. Este fato, determinou a saída do homem do campo à procura de trabalho assalariado nas áreas urbanas e a permanência da mulher que passou a ocupar, em muitos casos, a chefia da unidade familiar de produção rural. Contudo, mesmo que este fenômeno estivesse ocorrendo, as políticas agrícolas e agrárias que se formularam pouco levaram em consideração as condições de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais e, bem dizer, nada fizeram para uma mais eficiente execução daquelas políticas em que este grupo estava presente.

O caso mais expressivo e exemplo de uma das conquistas dos movimentos sociais, no final dos anos oitenta foi a inclusão da mulher nas questões da reforma agrária as quais foram incluídas na Constituição de 1988. Em seu artigo 189 que versa sobre os beneficiários da distribuição dos imóveis rurais pela reforma agrária consta um parágrafo único, em que fica expresso que "o domínio, concessão e uso da terra serão conferidos ao homem e à mulher, ou a ambos e independentemente do estado civil".

Portanto, em algumas destas políticas para o setor agropecuário, o movimento social de trabalhadoras rurais obteve êxito mas, questões exitosas e apoiadas em leis necessitariam de seguimento por estes mesmos movimentos para que as políticas agrícolas considerassem, em sua execução, a importância da contribuição do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, inserindo-as efetivamente nos programas e projetos como participantes e beneficiárias destas políticas.

A. Descrição das Políticas de Terra, Crédito, Capacitação, Pesquisa, Extensão Agrícola e Desenvolvimento Rural

1. As políticas da terra: Corolários da reforma agrária

A Reforma Agrária representa intervenção na realidade e mudanças, por vezes, profundas nas relações sociais, o que é somente possível com base no poder político. Significa, por sua vez, a supremacia de uma forma de construção social sobre outras. Portanto, a Reforma Agrária fundamenta-se na existência da distribuição desigual na sociedade e, portanto, numa questão de

Direitos Humanos. Podemos conceituá-la, de acordo com a realidade agrária brasileira, como um problema técnico que se viabiliza através do poder político e da crise de legitimidade do Estado.

Assim sendo, a Reforma Agrária constitui-se em um dos elementos da questão agrária que deve ser analisada através da identificação objetiva dos problemas agrários. Relegar os problemas agrários, em seu todo, levaria ao tratamento isolado da Reforma Agrária que, no Brasil, transformou-se em uma questão técnica com grande peso político.

A demanda por Reforma Agrária permaneceu como parte dos debates parlamentares do Congresso brasileiro, de 1930 a 1964. A cada nova reivindicação da população rural por reforma fundiária e, portanto, quebra da dualidade latifúndio-minifúndio, a resposta continha um componente sugestivo de uma iniciativa político-institucional. As demandas surgiam como componente de uma crise política e as respostas quase sempre fortaleciam a legitimidade do Estado.²⁰

Assim, foram criadas as instituições como o Departamento de Obras Contra a Sêca (DNOCS), o Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A), o Serviço Social Rural (SSR) e, até mesmo, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) surgiu deste "desvio de expectativa".

O Estatuto do Trabalhador Rural foi resultante destes "arranjos" e foi criado para proteger, através de contrato formal, os "bóias-frias". Porém, pouco ou nada protegeu, promovendo efeito contrário com a reprodução do trabalho sem contrato e incremento de trabalhadores da agricultura ao sistema previdenciário.

As explicações às resistências para aprovação de medidas reformistas no campo são complexas, mas relacionam-se com o poder político da oligarquia rural brasileira. Somente em 1941, a Política de Colonização de terras devolutas foi regulamentada e iniciaram-se ações governamentais para o estabelecimento das Colônias Agrícolas Nacionais. Outras propostas de Reforma Agrária foram rejeitadas pelo Congresso ainda no Governo Vargas (1947). Por outro lado, a política populista de Vargas utilizava da população rural como grupo de manobra política e, com este intento e respondendo aos problemas agrários, criou-se a "Comissão Nacional de Política Agrária", em 1952.

Da mesma forma, após várias demandas por Reforma Agrária criou-se o Serviço Social Rural. A proposta foi apresentada por Vargas, em junho de 1952, e só foi aprovada pelo Senado em Maio de 1955 e regulamentada no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em 1956. Muitas das iniciativas de apoio à solução dos problemas agrários foram originados no governo Vargas, como também outras relativas ao estabelecimento de uma Política Nacional, objetivando

²⁰ Tomamos como referência a análise realizada por Aspásia Camargo, *A Questão Agrária: Crise do Poder e Reformas de Base (1930-1964)* in: *O Brasil Republicano*. São Paulo DIFEL, 1983.

reduzir os "desequilíbrios regionais" que, de certa forma promoveu as bases para o processo de industrialização do país.

No Governo Kubitsckek uma estratégia desenvolvimentista agrária foi implementada com a consolidação do projeto SUDENE de engenhosamente dissolveram-se propostas de redistribuição de terras. Todos estes atos têm demonstrado a capacidade do Estado brasileiro de intervenção na economia.

O Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, demonstra que os problemas rurais sempre se vincularam aos problemas urbanos e o rompimento da combinação entre relações de trabalho e produção direta se deu pelos próprios trabalhadores. O Estatuto visava ampliar para os trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos. O pagamento de parte do salário em espécie foi substituído or pagamento em dinheiro, reduzindo-se o padrão de vida dos trabalhadores em termos reais.²¹

Mas, o Estatuto do Trabalhador Rural já respondia á visibilidasde que os trabalhadores rurais adquiriram, como força política real e potencial. Iniciou-se então, a aplicação de mecanismos de subordinação e contrôle do trabalhador rural,²² primeiramente com o Estatuto do Trabalhador Rural é posteriormente, com o estabelecimento da Lei no.4504 de 30/11/1964, o denominado Estatuto da Terra, promulgado pelo primeiro Presidente do regime militar, Castello Branco.

Foi, exatamente, a partir de 1964 com um regime autoritário burocrático que, os mecanismos de subordinação passam a desestruturar todas as formas de representação substituindo-as por um processo que combinava integração e repressão que, gradativamente, iam-se consolidando. Todo município passa a ter ser Sindicato que se vinculava às Federações de Trabalhadores Rurais. Estes, por sua vez, estavam conformados dentro do quadro representativo da Confederação dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). Os Sindicatos eram atrelados ao Estado, uma vez que dependiam dos recursos federais obtidos pela arrecadação do Imposto Sindical, tendo sido estruturados nos moldes dos sindicatos urbanos estabelecidos no Governo Vargas.

Neste contexto, o Estatuto da Terra foi tido como fundamento para a Reforma Agrária, a suposta lei de reforma agrária constante na Emenda Constitucional que assegurava a desapropriação das terras mediante pagamento da dívida pública e a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que posteriormente foi denominado INCRA. O Estatuto da Terra continha os mecanismos de intervenção do Estado nos níveis de Reforma Agrária e Desenvolvimento

²¹ Martins (1975) mostra que esta extensão de mesmos direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais se deu juntamente com o incremento da produção de alguns produtos agrários, especialmente cana-de-açúcar, em consequência da exclusão de Cuba do mercado açucareiro americano.

²² As Ligas Camponesas que congregavam os trabalhadores sem terra, de acordo com Belato, (1981), "não são importantes pelas lutas que travaram, mas pelo efeito que produziram naquela região conflagrada e pelo contágio sobre as outras regiões".

Agrícola. Em essência, como afirma Bruno, (1987) "o perfil de reforma agrária explicitado no texto é o projeto de modernização do latifúndio. É a proposta para forçar os setores mais retrógrados a se modernizarem".²³

A ocupação de novas terras caracterizou a formação da sociedade brasileira, mediante distintas leis, regimes fundiários, distintas atividades produtivas e diferente característica populacional. O processo de colonização agrícola fundamentou-se na produção familiar. Consistia no controle do espaço tido como "vazio demográfico" e onde diferente tipos de pequenos produtores se dirigiram. O modelo de Programas de Colonização e Assentamento populacional consubstanciado no Estatuto da Terra era de cunho "moderno" e "racional"; tratava-se de um dos espaços à modernização da agricultura.

Portanto, os Programas de Colonização e assentamento dos anos 70 foram propícios para a solução temporária à Reforma Agrária e foram tidos como "válvula de escape" aos conflitos sociais no campo. Promoveu condições para a mobilização populacional das Regiões Nordeste e Sul do país em direção a novas fronteiras agroecológicas, onde também se desenvolveram Políticas de Cooperativismo, de Extensão Agrícola, de Crédito e Capacitação do pequeno produtor.

O tamanho da terra que variava entre 50 hectares a 200 hectares seria paga, depois de um tempo de carência, em um período de 10 ou 12 anos e o pequeno produtor do Sul ou do Nordeste, em sua maioria, via-se atraído a vender sua pequena parcela de terra de 6 a 10 ha. para dirigir-se às frentes pioneiras e de expansão.

O "Estatuto da Terra" de 1964 estabelecia uma nítida diferença entre ações de colonização e de reforma agrária, levando à criação de duas instituições distintas: O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que implementava projetos de colonização e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que deveria desenvolver a reforma agrária, mas dedicou-se à tributação da terra. Em 1971, no governo Médici, fundiu-se os dois institutos e criou-se o INCRA. A reforma agrária estava assim protelada pelos cadastros e recadastros e a partir de então, o INCRA passou a desenvolver somente programas de colonização.

O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) muda de nome e passa a ser Programa de Integração Nacional (PIN), com ênfase na colonização da Amazônia. Cortou-se o norte do país com a estrada "Transamazônica", entre as regiões Nordeste e Norte do país e, de acordo com

²³ De acordo com a autora e suas palavras, assim diz: "a opção pela reforma agrária deveu-se sobretudo e imediatamente à visão da estrutura fundiária como obstáculo estrutural à modernização e à industrialização". Defende a idéia de que o projeto reformista de Castelo Branco ultrapassava os limites da retórica e da resposta política ao conjunto de movimento pelas reformas de base. A racionalidade econômica de sua proposta encontra-se amplamente justificada no Plano de Ação Estratégico do Governo - PAEG que deterct a o latifúndio como obstáculo estrutural à continuidade do crescimento econômico e como limitador efetivo à possibilidade de modernização tecnológica. O PAEG defende a necessidade de intervenção do Estado "visando realizar uma reorganização da estrutura fundiária".

Graziano (1985), uma longa estrada ligando "os homens sem terra do Nordeste", com as terras sem homens da Amazônia" e, ao seu longo, o INCRA assentou "colonos", retirantes da seca nordestina. Estes se instalaram nas chamadas agrovilas. O fracasso deste programa de colonização, uma alternativa de alívio de tensões sociais, foi tão grande que o próprio INCRA passou a estimular a colonização privada, através da alienação de grandes áreas de terras devolutas.

Em 1980, no governo Figueiredo, acirram-se os conflitos pela posse da terra e se fizeram algumas desapropriações restritas à áreas onde se localizavam os casos de conflitos pela terra.

As soluções para as questões da terra basearam-se numa política de militarização da terra com a criação do GETAT e do GEBAM, grupos que se vincularam ao Ministro Especial de Assuntos Fundiários, um general que também era secretário do Conselho de Segurança Nacional.

A partir de 1985, com a volta ao Governo Civil, a Reforma Agrária volta à pauta das demandas e discussões do Congresso e da Constituição de 1988.

No Governo Sarney propõe-se o 1o. Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) assinado pelo recém criado Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) e pelo INCRA. Foi apresentado no 4o. Congresso dos Trabalhadores Rurais, pelo Ministro Nelson Ribeiro "no cumprimento da Lei no. 4.504 de 30.11.64, Estatuto da Terra". Dizia, ainda, que por tratar-se de assunto de tal relevância, o PNRA deveria ser antes discutido com a sociedade civil e com as legítimas representações dos trabalhadores e proprietários rurais, desde que dizia respeito à aplicação de uma lei que havia sido regulamentada há mais de 21 anos atrás.

Como era de se esperar, a proposta do PNRA recebeu críticas favoráveis e contrárias. Um dos erros estratégicos foi considerá-la como algo novo, quando o 1o. PNRA, de 1966, cuidou, no governo Castello Branco, da implementação dos cadastros previstos no Estatuto da Terra, objetivando um conhecimento da realidade agrária para cobrança do Imposto Territorial Rural. Em 1968, foi elaborado o 2o. PNRA que deu ênfase à tributação e à colonização, deixando de lado a reforma agrária.²⁴

A proposta do PNRA de 1985 apresenta-se como um "programa de prioridade absoluta no concerto da política de desenvolvimento agrícola". O objetivo geral era "mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso (da terra) que atendessem aos princípios

²⁴ De acordo com o Estatuto da Terra, a colonização se faz em terras não ocupadas anteriormente, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado, ou em terras adquiridas do Estado por preço irrisório e que a colonização privada recebeu incentivos do governo para ocupá-las pela venda, (ver Kinzo, M.D., "Small Producers and the State: Agriculture on the Amazon Frontier", 1986.) A reforma agrária, de acordo com o 2o. PNRA, é feita em terras que já têm dono ou terras privadas sejam particulares ou do governo. Portanto, prevê-se a criação de novos donos pela ocupação de terras privadas.

da justiça social e ao aumento da produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural”.

Como objetivos específicos, o PNRA/1985 apresentava:

- "contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas buscando o atendimento prioritário do mercado interno;
- possibilitar a criação de novos empregos no setor, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a sub-utilização da força de trabalho;
- promover a diminuição do êxodo rural, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes."

De acordo com os dados cadastrais de 1978 e das Estatísticas Tributárias de 1984, os "beneficiários potenciais da reforma agrária eram cerca de 7.1 milhões de trabalhadores rurais" e a proposta do MIRAD/INCRA, previa o assentamento desses trabalhadores em 15 anos, num total que incluía latifúndios por exploração e dimensão e terras da União, -de 481.2 milhões de hectares -que, dividida entre a estimativa de 7.1 milhões de trabalhadores rurais daria uma área de parcela de aproximadamente 68 hectares para cada trabalhador rural. Estes cálculos que mostravam a grande disponibilidade de terras gerou grandes controvérsias e um custo político grande.

Entre as políticas propostas, além da prioridade do envolvimento e ação articulada dos governos dos estados, outras ações foram previstas:

- política de apoio à produção e à organização dos assentamentos, através do estímulo a todas as formas de associativismo;
- crédito operacionalizado por procedimentos simplificados e com condições especiais de juros e correções monetárias;
- reorientação dos programas de Pesquisa Agropecuária (via EMBRAPA), de Assistência Técnico-Educacional e Difusão de Tecnologia (EMATER), de Educação Rural (MOBRAL), de formação profissional (SENAR) e Programas Especiais para viabilizar medidas adotadas. E, outras ações imediatas para 1985-1986 foram também definidas.

No que dizia respeito às mulheres rurais, o MIRAD criou, em 1986, a "Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural" para possibilitar sua maior participação no processo de reforma agrária.

A Constituição de 1988 levou a questão agrária e os problemas fundiários a um impasse. Após os esforços do PNRA/1985, este deixou questões que puderam ser manipuladas pela ala conservadora do Congresso Constituinte.

De acordo com Soriano e Freitas, (1990) "a inserção no texto constitucional de um conjunto de dispositivos que permitiriam mudanças na estrutura fundiária do país esteve, aparentemente, próxima de ser tornar realidade na Constituinte". O resultado das eleições de 1986 demonstrava que a correlação de forças na Constituinte favoreceria às tendências conservadoras. No entanto, articulações de políticos comprometidos com a questão conseguiram espaços que garantiriam a conquista de algumas das reivindicações da população rural.

As propostas partiram de diferentes movimentos sociais ligados ao campo. A Campanha Nacional de Reforma Agrária (CNRA) apresentou um documento que sintetizava os esforços de diferentes instituições documento semelhante. A votação nas subcomissões refletiam as disputas dentro das subcomissões.

Como Relatório Final da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária restaram somente dois artigos, sendo um sobre a função social da terra e outro sobre a criação de Varas de Justiça Agrária, na Justiça Federal. Foi, logo após, enviando para a Comissão da Ordem Econômica.

A discussão centrou-se no artigo que caracterizava a função social do imóvel e que dispõe em seu parágrafo único: a "função social" é cumprida quando o imóvel é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado". Esta proposição apresentou-se como mais retrógrada que o Estatuto da Terra, promulgado em 1964. Outra questão polêmica foi sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, assegurando ampla defesa ao assegurado.

Na proposta de CNRA e na do MIRAD/INCRA a desapropriação por interesse social teve um caráter de sanção, porque a propriedade não estava cumprindo a sua obrigação social. Na Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte houve esforços para que o texto final se aproximasse, o mais possível, das aspirações dos trabalhadores na defesa da reforma agrária, para garantir futuras conquistas na promulgação da legislação ordinária.

O Art. 188 da Constituição de 1988 declara que a "destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política nacional de reforma agrária e o Art. 189, versa sobre os beneficiários da distribuição dos imóveis rurais pela reforma agrária que, receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo Único: "O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei".

Os movimentos que antecederam o processo de reivindicações na Constituição de 1988 contaram com a participação dos grupos de representação dos trabalhadores rurais, inclusive das

mulheres trabalhadoras rurais. A "Carta das Mulheres aos Constituintes", 1986, sob a iniciativa do Conselho dos Direitos da Mulher (CNDM) foi elaborada com base na consulta nacional ao movimento social de mulheres. Nela foi estabelecido a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos.²⁵

Após a Constituição de 1988, tomaram-se algumas medidas para que se levasse a efeito uma Política Fundiária. Os obstáculos foram grandes e, sobretudo fundamentaram-se na crise econômica, institucional e de governabilidade em que o país tem estado imerso.

O plano de Governo do Presidente Fernando Collor de Melo, "Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional", caracterizou-se pela tentativa de retirar muitas das funções antes exercidas pelo Estado. Entre as propostas, tentou-se a extinção dos estímulos e incentivos estatais para alteração do modelo de crescimento gerador de distorções sócio-econômicas.

Contudo, a Reforma Agrária ou a questão da terra não entrava em pauta, mas privilegiava-se a reformulação da Política Agrícola, colocando como principal desafio a ser enfrentado por seu governo: a produção de alimentos, com a priorização de projetos de investimentos na área de alimentos.

O Instituto de Reforma Agrária e outras instituições de apoio à agropecuária foram extintos, por força das Reformas do Estado: Reforma Administrativa, Programa de Desregulamentação, Desestatização e Privatização das Empresas Estatais, embora muitas voltassem, logo após, a funcionar.

2. A política de crédito

O crédito rural constitui-se em apoio a produtores e cooperativas rurais com recursos financeiros, desempenhando importante função junto à agricultura, uma vez que subsidia o período de cultivo e crescimento das culturas até que o produtor possa saldar suas dívidas pela comercialização dos produtos.

Após a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR (lei 4.829, de novembro de 1965) houve uma expansão no crédito concedido ao setor agrícola.

De acordo com Silva (1978), o sistema de crédito rural para custeio e investimento, a juros subsidiados, tornou-se o agente responsável pela aceleração do processo de modernização da agricultura.

²⁵ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que rege os contratos de trabalho no setor secundário e terciário é de 1943. Em 1962, como já mencionado neste texto, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural à semelhança das leis empregatícias da área urbana. Isto, mais uma vez, reforça a influência do urbano-rural na sociedade brasileira.

A viabilização da modernização na agricultura fundamentou-se na tecnificação e utilização intensiva de insumos industriais para o aumento da exportação de produtos agrícolas, através de crédito para o grande produtor - o exportador.²⁶

O crédito rural subsidiado constituiu-se em um instrumento de articulação e alianças entre os proprietários rurais e o grande capital, principalmente nos ramos industriais de apoio à produção agrícola, principalmente a agroindústria e com recursos financeiros da área urbana dirigidos à aplicação produtiva na agricultura e, por vezes, à especulação de terras e aos próprios bancos. A expansão do montante de crédito resultavam de depósitos nas instituições bancárias e aqueles provindos de débitos criados pelos bancos contra si mesmos, em função de um reembolso posterior. Os recursos alocados concentravam-se nas mãos de alguns poucos e, assim apenas uma parcela dos agricultores foi beneficiada pela política oficial de crédito agrícola.

Como menciona Mueller (1982), "É verdade que as políticas agrícolas propriamente ditas têm sido marcadas por casuísmos e por avanços e recuos dentro do emaranhado de subsídios, preços mínimos, quotas, tabelamentos, garantias, etc." Uma série de Programas Especiais, como os que receberam recursos do Banco Mundial, como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), no Nordeste, no qual previa apoio aos pequenos produtores com tecnologia e insumos, mas que, também, grande parte dos recursos serviam de apoio à manutenção da estrutura burocrática do Estado.

O acesso ao crédito pelo pequeno produtor foi sempre restrito e esteve condicionado ao título de propriedade da terra, como garantia concreta ao financiamento.

O pequeno produtor privado das condições exigidas pelo crédito rural e principalmente da terra, viu-se frente ao desafio de tentar diversificar suas atividades, entre as quais, alguns dos membros da unidade familiar recorriam ao trabalho assalariado, às atividades comerciais ou no comércio, à produção artesanal e a outras atividades muito embora com pequeno êxito, frente à agropecuária estruturada.

À primeira vista, a expansão de recursos financeiros para o crédito ao pequeno produtor, a partir de 1970, pode ser interpretado como "apoio", refletindo resultados significativos ao desenvolvimento.

Contudo, algumas avaliações realizadas demonstram que tal expansão do crédito rural não atingiu de forma igualitária, todas as classes de produtores rurais, nem todas as regiões de forma equitativa.

Dados de pesquisa levantados por estudiosos do assunto demonstram que a política de crédito beneficiou mais a região Centro-Sul do país, desde que, esta região dedicou-se ao cultivo de

²⁶ A literatura sobre as questões de desenvolvimento, política agrícola e modernização no campo foram amplamente discutidas por José Graziano de Silva, Bernardo Sorj, Charles Mueller, Fernando Homem de Melo e outros.

produtos voltados para atender ao modelo agro-exportador e à oferta de tecnologias e insumos provindos do setor industrial. Desta forma, privilegiou os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Essa forma de concentração do crédito rural pode ser considerada como duplamente injusta, por canalizar subsídios tanto para regiões como para aqueles segmentos de produtores com melhor situação econômica, Fagundes (1987).

Desde finais da década de sessenta até o momento atual, pode-se identificar inúmeras Resoluções do Banco Central procedendo a mudanças nas normas do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). De modo geral, essas mudanças acentuavam a diferenciações de benefícios entre as categorias de produtores.

Segundo as conclusões de Fagundes (1987), constata-se que ao longo do período estudado pela autora, de 1969 a 1985, as sucessivas mudanças nas taxas de juros do SNCR foram mais uma tentativa de acompanhar as taxas da inflação, além de refletir os aspectos conjunturais da política econômica adotada, do que as derivadas de uma análise cuidadosa do setor e de suas necessidades.

Para uma concordância com os objetivos do Sistema Nacional de Crédito Rural, este deveria:

- "estimular o incremento ordenado dos investigadores rurais;
- favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários;
- possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente dos produtores abaixo dos pequenos, dos pequenos e dos médios..".

Entretanto, pode-se verificar que estes objetivos não foram atingidos.

As normas criadas para a concessão do crédito rural, suas constantes modificações e a burocracia institucional estabelecidas foram, entre outros, fatores determinantes da exclusão dos pequenos produtores ao acesso a esses recursos.

A análise da sistemática de administração dos recursos do crédito, da concentração desses recursos nas mãos dos grandes produtores e a análise da burocracia estatal que contribuiu para excluir os pequenos produtores do acesso ao crédito confirmam que o crédito rural no Brasil desviou-se de seus objetivos iniciais, de acordo com afirmações de Santos e Ramos (1988).

Estes mesmos autores analisaram os dados disponíveis e demonstraram que, entre 1966 e 1976, a participação dos pequenos produtores foi reduzida de 34% para 11% no montante do crédito destinado à agricultura. Por outro lado, os grandes produtores elevaram a sua participação de 20% para 53%, sem muita alteração desta proporção, até o momento rural.

Desta forma, mesmo que se reconheça que o crédito rural é um instrumento hábil de política agrícola e capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento do setor, as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor para beneficiar-se deste instrumento são grandes e os impactos na pequena produção são, realmente reduzidos.

Agregando-se a estas dificuldades de acesso do pequeno produtor ao crédito, sua gradativa descapitalização, sua produção provinda de pequenas parcelas de terras, o corte de subsídios e a redução de recursos para este grupo que, de acordo com o Banco Central, em 1985, foram aplicados um valor real inferior ao aplicado em 1973 e a elevação da taxa de juros são todos fatores que têm agravado, ainda mais, a situação econômica dos pequenos produtores.

É fato que, não somente os pequenos produtores mas também os médios e grandes não têm condições de assumir taxas de juros tão altas, impostas ao crédito rural. Essas taxas, associadas aos baixos preços dos produtos agrícolas principalmente aqueles que compõem a cesta básica e que provêm da pequena produção são fatores que têm contribuído para afastar definitivamente esses produtores do crédito rural.

As consequências são muitas, mas a que mais afeta a pequena produção é a migração das áreas rural para urbanas, levando a impulsionar o processo de concentração e reconcentração de terras.

Além disto, as exigências burocráticas do setor bancário não são compatíveis com o baixo nível de escolaridade do pequeno produtor rural, levando-os à desistência em obter o crédito que necessita. As justificativas para estas exigências não são convincentes, uma vez que, já foi demonstrado que a inadimplência em relação ao crédito rural é desprezível quando se trata de pequenos produtores.

Como já mencionado, a exigência do título definitivo de propriedade da terra como garantia do financiamento rural obtido é outro fator de exclusão do pequeno produtor.

Neste caso, esta exigência atinge fortemente a mulher rural que não consegue obter crédito se o título não estiver em seu nome e esta é, na maioria das vezes, a situação comum.

Evidencia-se, também, grande parte dos pequenos produtores de alimentos básicos não possuem a propriedade da terra e sim o direito de trabalho sobre determinada área sendo, portanto, excluídos do acesso ao crédito, já de imediato.

Porém, a questão que causa maior impacto no pequeno produtor é aquela relacionada aos preços pagos aos produtos provindos da pequena unidade produtiva rural que dificilmente alcançam níveis satisfatórios. Na maioria das vezes, estes preços não chegam a cobrir os custos de produção e este fato é agravado porque, os próprios pequenos produtores pouco valorizam o produto de seu trabalho e daquele proveniente de sua unidade familiar.

Outro instrumento de política agrícola o qual vinculou-se ao crédito rural é o seguro agrícola. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) foi considerado como um

recurso que poderia ser utilizado pelo pequeno produtor para proporcionar segurança contra as adversidades climáticas, o surgimento de pragas e doenças diversas. Contudo, pouco tem sido instrumento de apoio do pequeno produtor e sim de apoio às instituições financeiras para que não sofram prejuízos.

A Constituição de 1988 determinou Fundos Constitucionais para as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste a fim de apoiar o processo de desenvolvimento destas regiões, através de investimentos em infra-estrutura e outros.

De acordo com o "Projeto de Reconstrução Nacional" e as Políticas Agrícolas nele incluídas, o padrão ou modelo de financiamento deve contar com parcela mínima de participação do Estado.

O conjunto de medidas econômicas deste Plano criou uma linha de financiamento de projetos agrícolas. Tratava-se dos Fundos de Aplicações Financeiras providas de poupança rural. Previa-se, também, a formação de um banco privado de crédito rural cooperativo para o que recomendava-se um impulso ao movimento cooperativo.

Contudo, a viabilidade da pequena produção está demandando uma total reformulação do sistema produtivo e com uma orientação específica para o grupo de produtores rurais. Esta reformulação poderia corrigir as distorções provocadas pelo Sistema Creditício que nos últimos 30 anos concentrou a maioria dos recursos públicos para beneficiar pequeno contingente de produtores agrícolas.

3. Políticas e programas de capacitação, pesquisa agropecuária e extensão rural

A intensificação das transformações nas relações campo-cidade dos anos 80, acompanhou o intenso processo de modernização e de ocupação de novas terras, pela expansão da fronteira agrícola. Houve uma interdependência entre estas Políticas, impulsionando o pequeno produtor e sua unidade familiar à adoção de novas tecnologias que exigiam novos conhecimentos.

Neste contexto é que foram criadas instituições de pesquisa e geração de tecnologias agropecuárias (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Tecnologia e Extensão Rural (EMBRATER), as Empresas Estaduais de Extensão Rural (EMATERs) as quais atuaram, até quando, a Política Agrícola do Governo Collor decidiu propor que a difusão de tecnologia deveria ser desenvolvida em colaboração com o setor privado.

Em fins da década de sessena criou-se o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA) no Ministério da Agricultura, objetivando estimular, orientar e coordenar a pesquisa agrícola nacional.

Porém, de acordo com análise realizada por alguns autores, entre eles Carvalho (1992), o DNPEA não conseguiu acompanhar a demanda do setor agropecuário por novas tecnologias

exigindo mudanças que levaram à criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973. A EMBRAPA foi criada como um órgão público vinculado ao Ministério da Agricultura e com uma política científica definida de acordo com as necessidades do país.

A pesquisa agropecuária e seu modelo de ação pode ser evidenciado pela análise de documento da EMBRAPA (1984):

"O modelo institucional de pesquisa da EMBRAPA estabeleceu duas dimensões básicas de atuação:

1. execução direta da pesquisa através de centros nacionais de pesquisa por produto, centros regionais de recursos para pesquisa e unidades de pesquisa de âmbito estadual;
2. ação coordenadora, programática e normativa das pesquisas de âmbito estadual que, por delegação, seriam realizadas por empresas estaduais ou programas integrados, também desenvolvidos no estado ou por outras unidades de pesquisa. Este conjunto compõe e então chamado Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária -SCPA, liderado pela EMBRAPA.

O modelo de execução de pesquisa preconizado pela EMBRAPA foi o chamado "modelo concentrado". Partiu-se do pressuposto de que o país não dispunha de recursos financeiros em abundância, de massa crítica de pesquisadores e de massa crítica de empresários que se dirigissem aos institutos e formassem, eles próprios, os seus sistemas de produção. A alternativa seria, portanto, dirigir as pesquisas para determinadas atividades e produtos, de modo a viabilizar a montagem de sistemas de produção para oferecer aos agricultores e pecuaristas.

Assim sendo, aos centros nacionais de pesquisa e aos centros regionais de recursos caberiam as funções de desenvolver trabalhos, principalmente de seleção de genótipos e modificação do meio ambiente, enquanto aos sistemas estaduais de pesquisa caberia a responsabilidade de adaptar tecnologias e gerar soluções de pesquisa.

Os centros nacionais de pesquisa seriam caracterizados, de modo geral, pela grande concentração de pesquisadores, pessoal de apoio e recursos financeiros voltados para um produto ou, no máximo três produtos agrupados. Uma equipe multidisciplinar altamente qualificada produziria conhecimentos científicos capazes de gerar tecnologias para compor um número máximo de sistemas de produção, com as peculiaridades de cada região.

Por sua vez, os centros regionais de recursos estariam dirigidos aos estudos de levantamento de recursos naturais e sócio-econômicos da região e de aproveitamento desses recursos da forma mais racional, usando o equilíbrio da relação planta/animal/solo/ambiente, para desenvolvimento de sistemas de produção para os produtos de maior vocação da região estudada.

Ao sistema estadual de pesquisa caberia a adaptação da tecnologia gerada nos centros nacionais de produtos ou a geração de tecnologia restrita aos produtos chamados de interesse local, por não serem contemplados pela programação dos centros nacionais.

A EMBRAPA foi responsável pela geração de conhecimentos para a reestruturação e dinamização do complexo agroindustrial brasileiro. A instituição e suas pesquisas contribuíram para o desenvolvimento tecnológico do setor agrícola.

Porém, torna-se difícil dimensionar o impacto das pesquisas agropecuárias sobre os produtos, pelo fato de não poder-se separar a pesquisa da influência dos demais instrumentos utilizados para o desenvolvimento do setor.

As recomendações provindas das agências de pesquisa, em sua maioria são de aplicação mais ampla, isto é, para grandes, médio e pequenos produtores. Quando adotada, cada categoria de produtores usará esses conhecimentos de acordo com a necessidade e na medida de suas possibilidades. Essas tecnologias não são poupadoras de mão-de-obra, como no caso das tecnologias mecânicas. São tecnologias que tendem a aumentar a demanda por serviços, com uso mais intensivo da força de trabalho rural e, especialmente, aquela da unidade familiar, onde a mulher está inserida.

Porém, observa-se que não houve preocupação em criar e indicar tecnologias destinadas e ou facilitadas no seu uso, à mulher rural produtora de alimentos e participante direta do processo produtivo.

Demonstra-se que o maior obstáculo à adoção de tecnologia esteja situado no próprio ambiente sócio-econômico da pequena produção. Esse ambiente seria especialmente discriminatório no caso dos pequenos produtores.

Na verdade, a política econômica vigente, à medida que aumenta o preço dos insumos, reduz o preço da produção agrícola e aumenta a flutuação dos preços, e com isso torna inviável o processo de adoção de tecnologias que exigem maiores investimentos de maiores riscos na fase de implantação.

A moderna tecnologia, associada ao uso intensivo de "insumos modernos" e, portanto, a maiores inversões de capital, tem possibilidades reduzidas de ser adotada pelos pequenos produtores. Na existência de situações de grande incerteza, o produtor preferirá adotar tecnologias que dispendam menos recursos financeiros e procurando, ademais, reduzir o seu risco.

A EMBRAPA, como instituição, caracteriza-se por apresentar uma forte concentração de pesquisa em áreas estratégicas. Essas áreas dizem respeito a produtos destinados à alimentação, à exportação, a produção de energia na agricultura, a produtos destinados ao processamento industrial e ao aperfeiçoamento racional dos recursos naturais.

A partir do Decreto Presidencial, de outubro de 1990 que atribuiu à EMBRAPA a coordenação do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural, esta instituição tem repensado a metodologia já utilizada para melhor interagir com a sociedade e melhor planejar e executar as ações implícitas em suas novas funções.

As atribuições da EMBRAPA, atualmente, estão inseridas dentro da política global de modernização da agricultura. Porém, há necessidade de que os pesquisadores levem em consideração que os pequenos produtores são os responsáveis pela maior parte da produção de alimentos básicos e que, portanto, os programas de pesquisa também devem responder às necessidades destes e da unidade de produção familiar como um todo, onde a mulher trabalhadora rural contribui expressivamente para a geração de renda desta unidade.

Com relação à Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, esta política juntamente com a pesquisa e o crédito, podem ser consideradas como os principais instrumentos de política tecnológica utilizados no Brasil, pós-guerra.

As atividades de assistência técnica e extensão rural no Brasil iniciaram-se em fins da década de quarenta, com base na experiência norte-americana dos "Land Grant College"²⁷ que trabalhavam sob o tripé formado pela pesquisa, difusão de técnicas agrícolas e treinamento de pessoal. Algumas análises sobre este modelo, como a realizada por Padilha (1984), o considera como fora do contexto das necessidades do país e, portanto, surgido como necessidade externa ao Brasil.

Em 1974, com a transformação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR para Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, entidade pública, formalizou-se o SIBRATER²⁸.

Atribui-se ao SIBRATER alguma influência na mudança das políticas agrícolas, de modo a favorecer mais os pequenos produtores embora com impacto insignificante. Contudo, contribuiu às mudanças nos cursos de formação universitária e na modernização de instituições que se beneficiaram das inovações do Sistema, principalmente pelo fato de contar com técnicos/administradores formados pelo Sistema.

Torna-se evidente que as atuações do Sistema levaram a definido impacto na modernização da agricultura, desde que, tal fato resultou também da interiorização mais intensiva de técnicos de ciências agrárias e da forma abrangente de ação do SIBRATER.

²⁷ O sistema "Land Grant College", cuja filosofia básica se apoiava no princípio da integração do Ensino-Pesquisa-Extensão, resultou na criação de um serviço de extensão rural nos Estados Unidos, tendo como objetivo principal orientar o agricultor e sua família de pessoal técnico dotado de treinamento específico para este fim.

²⁸ SIBRATER - Sistema composto pela EMBRATER, que o coordenava e por 25 empresas públicas estaduais de extensão rural, vinculadas às secretarias de agricultura, em todas as Unidades da Federação.

O SIBRATER atuou massivamente em todas as unidades da federação. Constituiu-se por empresas estaduais, vinculadas às Secretarias de Estado da Agricultura e coordenadas, a nível federal, por órgão do Ministério da Agricultura.

A atribuição central da assistência técnica e extensão rural constituiu-se na transfência de tecnologia agropecuária e gerencial, com vistas à melhoria da produção e da produtividade dos cultivos da terra. Pretendeu atingir os pequenos e médios produtores.

Em relação às mulheres trabalhadoras rurais, o Sistema desenvolveu atividades voltadas, principalmente, às áreas de saúde, nutrição e educação, ignorando que as mulheres na área rural já estavam integradas nas atividades agrícolas.

A Política Agrícola para os anos 90 tem buscado reativas a produção de alimentos, mas, não tem considerado a contribuição das mulheres nesta produção e, portanto, não definiu tecnologias adequadas nem ao pequeno produtor e, tem tampouco, às mulheres trabalhadoras do setor agropecuário.

A capacitação das mulheres trabalhadoras rurais levando-as ao domínio da tecnologia de produção e de transformação de alimentos torna-se imprescindível, conferindo maior racionalidade e eficiência às atividades produtivas da agropecuária.

A transferência de tecnologia pela EMATER sempre privilegiou o pequeno produtor homem em detrimento da capacitação da mulher nas atividades produtivas da área rural. A ela destinavam-se programas de assistência social e não técnica, quando as mulheres já encontravam-se trabalhando nas diversas fases da produção agrícola. Seu trabalho produtivo era, implicitamente, considerado como extensão dos trabalhos domésticos dentro da casa e ao seu redor, sendo que estas últimas atividades têm sido fatores de discriminação das mulheres na aquisição do conhecimento técnico.

4. As políticas de desenvolvimento rural

Entre estas políticas, podemos mencionar a Política de Desenvolvimento de Comunidade, apoiando as populações das áreas rurais e urbanas na redução da pobreza. A Política de Reforma Agrária, como amplamente descrita e suas variantes ou soluções desviantes como a Política de Desenvolvimento Rural Integrado, os PDRI, com financiamentos externos para "apoio ao Pequeno Produtor", como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAAP) e o apoio dado ao desenvolvimento de programas de geração de renda são considerados como políticas de desenvolvimento rural.

Estes, em sua maioria, tornaram-se projetos de *social welfare* marcados pelo assistencialismo, muito embora alguns tenham logrado aumentar a renda da unidade familiar, mas, como geralmente acontece, as questões de gênero não foram incorporadas na formulação destes projetos.

Muitas são conclusões sobre as falhas dos PDRI's que podem ser extraídas da análise da implementação destes programas:

- a) houve falta de um enfoque global no qual as estratégias das políticas de desenvolvimento rural pudessem ter caráter nacional, mas com uma perspectiva que as vinculasse às necessidades do mercado interno e externo;
- b) as estratégias de desenvolvimento rural estavam dentro de um contexto econômico e político a fim de serem formuladas e implementadas junto a níveis de decisão mais altos, tentando evitar-se contradições com outros objetivos da política econômica;
- c) houve a necessidade de identificação de "grupos-meta" e como neles se inseria o trabalho das mulheres rurais, para a formulação de políticas pertinentes;
- d) faltou a participação dos beneficiários nas etapas de formulação de idéias de projetos agropecuários, portanto, envolvimento dos pequenos produtores para que estes se apropriassem de seu projeto;
- e) para esta participação havia necessidade de capacitar os pequenos produtores e sua unidade familiar em gerência, o que pouco se evidenciou, fazendo deles os próprios avaliadores de seus projetos, em termos administrativos e de seguimento, do que se propuseram;
- f) faltou ter dado importância à incorporação das mulheres nos projetos de desenvolvimento rural, não como sujeitos - acessório do projeto - ou como "um componente do projeto representado pelo trabalho para ou com a mulher" - mas como parte integrante do mesmo, tornando-as agentes e beneficiárias produtoras, em condições de equidade;
- g) faltou ter buscado a sustentabilidade das atividades de desenvolvimento rural, com avaliações "ex-ante", e "ex-post" dos projetos, considerando-se não só os aspectos quantificáveis, mas também as variáveis qualitativas nas atividades de análises de custo-benefício ou de custo-efetividade;

Como lição primordial das análises dos PDRI's, apresenta-se a importância de ter possibilitado selecionar e definir, estrategicamente, o marco institucional onde um programa de desenvolvimento rural pudesse ser implementado, considerando-se a presença de fatores políticos e técnicos a serem enfrentados em sua implementação.

Finalmente, sem esgotar-se as lições apreendidas dos PDRI's, torna-se relevante enfatizar a atual necessidade de busca do desenvolvimento das ações descentralizadas, atendendo ao estabelecido na Constituição de 1988.

Este processo tem sido amplamente preconizado pelo Estado, para que os recursos e benefícios das diferentes fontes cheguem às unidades de produção familiar do setor agropecuário. Só assim, os pequenos produtores e entre eles as mulheres trabalhadoras rurais, os verdadeiros protagonistas do desenvolvimento rural, terão condições de serem os beneficiários diretos da política agropecuária.

Um programa dirigido ao desenvolvimento rural do Nordeste foi o "Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais" - PAPP. O PAPP foi administrado, primordialmente, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Adotou uma estratégia de Desenvolvimento Rural Integrado, articulando as atuações de diversos componentes orientados ao apoio à produção em todos os estados do Nordeste brasileiro.

Com recursos providos do Banco Mundial, o projeto foi elaborado tendo-se em conta uma duração de 15 anos e como meta atingir diretamente a 2 milhões de unidades familiares rurais e pretendia incorporar outras 800 mil unidades de produção rural através de atividades afins, influenciadas pelo PAPP.

Para alcançar seus objetivos, o PAPP enfatizou o componente de mercado com vistas a facilitar o acesso dos pequenos produtores ao mercado de produtos, insumos e alimentos básicos, buscando conseguir o aumento da sua produção agrícola e de sua renda.

Estratégicamente, alguns componentes do Programa foram implementados por cooperativas e associações de produtores com o apoio de entidades estaduais e orientadas para:

- a organização e compra da produção;
- o abastecimento de insumos agropecuários e de alimentos básicos;
- oferecimento de infra-estrutura de apoio e de serviços de informação e orientação do mercado agrícola.

A avaliação da execução do PAPP realizada "ex-post" demonstra a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de supervisão e de avaliação periódica dos impactos sobre os pequenos produtores e alterar-se a logística da administração dos recursos e programação dos serviços prestados para alcançar os objetivos propostos e o público alvo previamente definido.

B. As Mulheres como Participantes e Beneficiárias das Políticas

As mulheres trabalhadoras rurais tiveram uma participação ativa nas reivindicações de direitos, quando o movimento social liderado pelos Sindicatos, Federações e pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e mediatizado pelo CNDM atuavam junto à elaboração da Constituição de 1988.

Aos Congressos da CONTAG participavam os grupos de mulheres rurais, os grupos dos "Sem Terra" aos quais elas davam seu apoio impulsionando o movimento na retaguarda e com sua "invisibilidade" mostraram coragem em prosseguir em suas reivindicações.

Como já mencionado, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) teve um papel de facilitador nas negociações em prol dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais e urbanas. As conquistas fazem parte de leis constitucionais que necessitam ser regulamentadas como leis ordinárias para o trabalhador rural e as trabalhadoras rurais. Da mesma forma, deveriam ser criados mecanismos de vigilância e acompanhamento da aplicação dessas leis.

Estes procedimentos são imprescindíveis não só para a valorização e aquisição de "status" para a mulher, mas sobretudo, para que a avaliação contínua da aplicação das leis possam ser subsídios para a revisão constitucional.

Se as mulheres são participantes e beneficiárias das Políticas constitui-se em uma questão retórica: é algo que pode ser afirmado como atuação nula. A não ser, no caso específico do processo Constitucional de 1988, a mulher tem sido relegada nas Políticas e Programas, embora o crescimento da participação das mulheres como população economicamente ativa tenha crescido de 6 milhões, em 1970 para mais de 12 milhões, em 1980. Em relação ao total da população brasileira (Censo 1980), as mulheres correspondem a 27,4% da População Economicamente Ativa, PEA.

Alguns Programas ou Projetos específicos foram implantados em algumas instituições ou Ministério, mas, estes embora tivessem alguns resultados positivos também reforçaram a discriminação do tratamento das mulheres, como trabalhadoras. Entre eles destacava-se o Programa de Apoio à Mulher Rural que foi criado e implementado pelo Ministério da Agricultura, exercendo certa influência sobre a extinta Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (EMBRATER) na mudança de diretrizes dos programas dirigidos às mulheres rurais. Outros programas governamentais foram implantados como o Programa para a mulher Rural dentro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1985, tendo, porém pouco apoio e pouco poder de decisão para desenvolver-se com vistas à obtenção de mudanças necessárias.

O Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) presta assessoria a órgãos governamentais voltados para a agropecuária e tem buscado incorporar as questões das mulheres rurais brasileiras, como agentes e beneficiárias dos projetos de desenvolvimento rural.

C. As Políticas Específicas para as Mulheres Rurais ou Produtoras de Alimentos

É importante ressaltar que as políticas dirigidas ao setor rural têm, geralmente, excluído a mulher como produtora e as políticas de geração de tecnologias a extensão rural que existiram consideravam a mulher como trabalhadora "dentro da casa", responsáveis pela reprodução da força de trabalho da unidade familiar. Mesmo as tecnologias de transformação de produtos

primários da agropecuária eram transferidos para a mulher e pelas mulheres extensionistas sociais, profissionais também discriminadas na então existente Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) como não dominadoras da tecnologia. Os homens, extensionistas técnicos, dirigiam-se para o homem, pequeno produtor, transmitindo-lhe tecnologias mais adequadas ao sistema produtivo.

De acordo com Olinger (1985), considerando-se a importância do papel das mulheres rurais na contribuição à melhoria da qualidade de vida e dos indicadores de saúde das famílias rurais, através da educação sanitária e alimentar e às atividades desenvolvidas pelos jovens na agropecuária, dentro do contexto da pequena produção, a assistência técnica e extensão de trabalho no campo. Afirmava ainda que, era mais fácil trabalhar como jovens do que com adultos.

Neste sentido, as ações desenvolvidas pelas "extensionistas sociais" ou domésticas, institucionalmente ligadas à EMBRATER e EMATER's dos estados, estas seguiam um programa definido pela Empresa. A EMBRATER, por si só, representava, em última instância, "o grande fazendeiro", patrimonialista e que ditava as políticas de apoio ao pequeno produtor. As "extensionistas sociais" trabalhavam para o "patrão", junto às mulheres rurais através de programas de educação nutricional, sanitária e em outras atividades de acordo com as expectativas das mulheres. Estas ações, contudo, podem ser consideradas como as únicas ações, contudo, podem ser consideradas como as únicas ações governamentais dirigidas a este extrato de trabalhadores rurais.

Após estas iniciativas, outras ações esparsas e sem muito apoio institucional dirigidas à mulher rural foram desenvolvidas em alguns estados, no sentido de incorporar as mulheres rurais ao desenvolvimento da agroindústria ou, o mais usual, ao desenvolvimento de atividades que as vinculasse, ainda mais, "ao dentro de casa" através da transmissão de conhecimentos de técnicas de fabricação de alimentos caseiros. As demais ações da ATER dirigiram-se aos pequenos produtores - homens.

Em períodos mais recentes, a extensão rural pública sofreu grandes transtornos que iniciaram com o próprio descrédito governamental para com o setor agrícola e que culminaram com drásticos cortes de recursos financeiros federais, a serem repassados aos estados da federação. Em consequência, a partir de 1987/88, o problema tornou-se mais sério e a solução foi o início do "desmonte" do SIBRATER foi dissolvida através de decreto do poder executivo, tendo como justificativa expressa, a implantação da reforma tributária imposta pela Constituição de 1988. Apesar de ter sido reconstituída através de Decreto Legislativo, no mesmo ano e tendo retornado a atuar como instituição voltada à função de coordenadora do Sistema, a EMBRATER foi novamente extinta através de atos da "Reforma Administrativa" do Governo Collor, implementada a partir de março de 1990. Desde outubro de 1990, através de um decreto presidencial ficou estabelecido que, a coordenação do SIBRATER passaria a ser de responsabilidade da EMBRATER, excetuando-se as áreas vinculadas ao programa de reforma agrária.

Portanto, o Programa de Capacitação e o Programa de Organização da Mulher Rural desenvolvido pela extinta EMBRATER e o Programa de Apoio à Mulher Rural do Ministério da Agricultura, iniciado nos anos 80 podem ser considerados como os únicos que desenvolviam um trabalho para as mulheres ou com as mulheres.

O CNDM chegou a contar com uma coordenação específica de trabalho com as mulheres rurais, mas, as limitações do CNDM como Conselho vinculado ao Ministério da Justiça não lhe proporcionava condições para um trabalho mais efetivo.

Com a política de redução do Estado, o CNDM passou a ter funções não executivas, mas somente de fórum para discussões concernentes às questões da mulher e fornecer subsídios aos organismos do Estado.

O fato é que, embora existessem os programas e, em alguns deles as mulheres tivessem sido considerada, a implementação foi bastante limitada.

Assim aconteceu com Programas voltados para as mulheres trabalhadoras implantados em alguns dos organismos governamentais que atuam no meio rural como o Instituto Nacional de Colonização, hoje integrado ao Ministério da Agricultura.

Porém, muito poucos ou quase nenhum programa privilegia as mulheres como contribuidoras na produção de alimentos. Os programas de assentamento rural, como os do Departamento Nacional de Cooperativismo (DENACOOOP), em que a questão do associativismo, via cooperativismo é implementada, este programa não contou com um diagnóstico em que se pudesse considerar as mulheres trabalhadoras rurais, como agentes participantes.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) presta assessoria ao DENACOOOP e tem como política inserir as mulheres trabalhadoras rurais como agentes beneficiárias dos projetos de desenvolvimento rural.

Da mesma forma, mantém uma assessoria específica para as questões da mulher rural no INCRA. "Estes fatos são promissores e poderão representar um grande avanço, apesar de ser por influência externa, na visão de desenvolvimento do Governo Federal, que diante de outras prioridades importantes, não tem manifestado interesse específico nas questões da mulher rural.²⁹

²⁹ Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Trabalho elaborado para ser apresentado pelo Governo brasileiro nos Seminários Subregionais sobre a execução do Plano de Ação da FAO para a integração da mulher ao desenvolvimento 1991.

As Políticas do Setor Agropecuario

Políticas	Mulheres rurais/Incorporadas
- Estatuto da Terra-1964	Não
- Plano Nacional de Reforma Agrária-1985	Não
- Política da Terra/Constituição de 1988	O Art. 188 da Constituição/1988 concede "título de domínio e concessão de terra ao homem e à mulher;
- Política de Crédito	Não
- Políticas e Programas de Capacitação	Incluiu-se a mulher; Não como produtora rural;
- Política de Pesquisa Agropecuária	Não incluiu a mulher rural;
- Políticas de Desenvolvimento Rural	Não

Programas de Projetos para a Mulher Rural - Brasil

Instituições, programas e projetos	Descrição	Áreas de ação	Observação
- Programa de Capacitação (EMBRATER)	- Executado p/Ext.Social EMBRATER	-EMATER Estados (dentro da casa)	Não considerava a mulher rural como produtora
- Programa de Org. Mulher Rural (EMBRATER)	- EMBRATER/PNUD/ UNIFEM	Tentativa de Organ. Assoc./MR	Extinguiu-se a empr. e o progr.
- Programa de Apoio à Mulher Rural (Minist. Agric.)	- Coord. da Mulher Rural (Min. Agr.)	Ativ. de geração de renda	Pouca imp. dada pelo Ministerio e acabou/Prog.
- Coordenação de Apoio à Mulher Rural)	- CNDM/Min. Justiça	Legislação rural/temas afins	O Conselho passou a órgão normativo.
- Programa para a Mulher Rural	- Inst. Nac. de Ref. Agr.	MR/questão da terra	O programa foi desativado

IV. A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA PRODUÇÃO NACIONAL AGROPECUÁRIA

Este capítulo trata da participação feminina no setor da agricultura e de sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB). A participação das mulheres no setor da agropecuária no Sul representa 28.7% e no Nordeste representa 23.0%, enquanto que nas regiões Norte e Sudeste e Centro-Oeste do Brasil representam, respectivamente, 10.8%, 15.4% e 6.0%.

Nas últimas duas décadas ocorreu uma rápida inserção da mulher no mercado de trabalho, em geral e expressivo aumento de mulheres na População Economicamente Ativa. Nos anos oitenta, elas representavam 35% da mão-de-obra brasileira. Embora esta taxa de participação econômica seja considerada alta, as mulheres têm ocupado os níveis mais baixos da escala ocupacional, recebendo um salário médio que representa 54% daquele recebido pelo homem e a taxa de desemprego é também alta.

As mulheres trabalhadoras rurais no Sul do país desempenham atividades agropecuárias e se empenham na transformação de produtos para a venda nas feiras e mercados locais, dedicando-se, mais que em outras regiões, à comercialização de produtos da área rural. Apresenta, portanto, uma taxa de participação como população economicamente ativa mais alta que aquela apresentada pelas mulheres trabalhadoras rurais de outras regiões.

A. O Emprego Feminino no Setor Agrícola

Para entender as mudanças nas questões do emprego feminino no setor agropecuário é importante reportarmo-nos ao anteriormente exposto e demonstrado sobre o que ocorreu com o setor agrícola no Brasil e com a unidade familiar camponesa, nestas últimas décadas.

A deterioração do salário real que caracterizou o crescimento da economia brasileira e o aumento do desemprego a partir da recessão, no início dos anos 80, levaram a uma queda no padrão de vida da família trabalhadora e, desta forma, seus membros passaram, por força das contingências, a buscar alternativas para garantir sua sobrevivência. As estratégias de sobrevivência, Bilac (1978); Madeira (1983) demonstraram que a família trabalhadora brasileira, dificilmente tem conseguido sobreviver com o salário de uma só pessoa. Em 197, o valor real do salário mínimo era 54% do que havia sido em 1960. Duas décadas após, seu valor real correspondia a 66% do de 1960 (SEADE 1983).

O Censo Demográfico, de 1980, mostra que existiam no Brasil mais de 17 milhões de famílias (64% do total), cujo rendimento mensal per capita era igual ou menor que o salário mínimo.

A entrada da mulher no mercado de trabalho foi significativa e embora ainda existam incongruências na metodologia de coleta de dados nos Censos Demográficos e nas Pesquisas Nacionais de Domicílios (PNADs), as taxas refletem a evolução da participação da mulher na população economicamente ativa (PEA).

É fato que existe um subregistro desta participação principalmente motivado pela dificuldade de captar-se dados junto ao setor informal da economia. Porém, existe uma concordância em que, nos últimos decênios, cresceu notavelmente o registro da participação feminina na PEA. No final dos anos oitenta, segundo as PNADs, mais de 35% da PEA era composta por mulheres, o que significou 21 milhões e meio em 1988 e cerca de 25 milhões no começo dos anos noventa.

De acordo com estimativas realizadas pelo CELADE, com base nos Censos Demográficos, entre 1970 e 1990 a força de trabalho feminina cresceu em 180% em relação à masculina que foi de 71% durante o mesmo período.

A composição do emprego feminino pode ser analisado com base na Tabela IV.1 que mostra a PEA segundo setores de atividades:

Tabela IV.1. Brasil: População economicamente ativa segundo sexo e setores de atividade econômica e nos anos 1977, 1981, 1985 e 1988 (Porcentagem)

Ambos Sexos				
	1977	1981	1985	1988
Agricultura	36.0	29.3	28.5	24.3
Indústria	23.2	24.7	22.1	23.3
Serviços	40.8	46.0	49.4	52.4
Mulheres				
Agricultura	28.7	19.8	18.4	14.7
Indústria	11.9	13.0	12.4	12.7
Serviços	59.4	67.2	69.2	72.6
Mulheres/Total				
Agricultura	24.9	21.1	21.5	21.2
Indústria	16.0	16.4	18.7	19.0
Serviços	45.4	45.6	43.3	48.4
Total	31.2	31.2	33.4	34.9

Fonte: Mulheres Latinoamericanas em Dados, Vol. BRASIL, FLACSO / Brasil, 1992.

As precárias condições de rendimento do trabalhador individual fez com que a família e, principalmente a mulher, passasse a ter um papel fundamental para contrabalançar a queda no seu padrão de vida, destacando-se portanto a importância da renda da mulher ou do menor, sobretudo entre a população do campo. Na área rural, a mulher, por vezes, permaneceu como chefe da unidade de produção agrícola em substituição ao homem que se viu forçado a mobilizar-se para o assalariamento nas cidades. Esta situação ainda ocorre em algumas regiões do país, principalmente no Nordeste, mas com menos expressividade. A mulher já decide por

criar menor número de filhos, o que lhe dá maior mobilidade e a cidade lhe oferece mais opções de emprego e de seguro social.

Além da deterioração da qualidade de vida da família brasileira, a década de 70 configura um período de mudanças significativas na composição familiar que se apresenta menor que dantes. Isto resulta das questões relativas á dinâmica demográfica do país.

De acordo com dados de Altman (1983), houve uma brusca queda da taxa de fecundidade, entre 25 e 30%, no período de 1965 a 1975, que prosseguiu até 1980 e se estendeu a todas as regiões do país, embora a níveis diferentes, sendo que entre a população urbana de baixa renda foi onde ocorreu a maior queda na taxa de fecundidade: 27% entre 1970 e 1976. As classes médias e altas da área urbana apresentaram uma redução de 22%, enquanto para a população rural de baixa renda essa taxa caiu em 16%.

As razões encontradas para o surgimento destes fatos são diversos, mas, centram-se nas condições econômicas com que a família brasileira se confrontou com a recessão econômica. Como já mencionado, o processo de urbanização e de criação de empregos industriais urbanos provocou um exôdo rural, sem precedentes. Cresceu a participação das mulheres no trabalho assalariado fora do lar e o maior acesso aos meios de comunicação de massa influenciou nos níveis de informação e nos padrões de aspiração da população. Com isto, diminuiu o número de filhos por família e a maior disponibilidade de meios de controle da prole favoreceu esse processo. Houve uma queda geral da taxa de fecundidade.

Verifica-se também que houve um aumento de 350% nas separações legais, entre os anos de 1960 e 1975, acompanhadas por um aumento significativo do número de uniões livres que passam de 6,5% em 1960 para 11,8 em 1980. Estes dados têm efeito no comportamento da força de trabalho da mulher que parte à busca de alternativas de emprêgo tanto no campo como na cidade.

É importante ressaltar-se que houve um crescimento de 45% de mulheres chefes de família, na década de 70, Altemann (1983). Em 1980, essas famílias chegam a 15.6% do total (4 milhões de unidades), apesar da frequente subestimação das famílias chefiadas por mulheres motivadas por uma questão ideológica de acordo, com, Bruschini (1986). A simples presença do homem na unidade produtiva faz com que ela atribua a ele a chefia, mesmo em casos que é, efetivamente, a mulher que gera os rendimentos para a família.

A chefia da mulher é um fenômeno predominantemente urbano, associado à pobreza Barroso (1978). Os dados sobre chefia feminina constituem um dos vários indícios do anacronismo da lei brasileira que, mesmo tendo um avanço com a Constituição de 1988, na prática as desigualdades permanecem em diversas áreas.

Muitas das reivindicações dos grupos de mulheres, nos anos entre 1975-1985 foram alcançadas e, no que diz respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários, a Constituição de 1988

assegurou importantes direitos à trabalhadora rural, à empregada doméstica e à mulher trabalhadora nos diversos setores produtivos.

Pode-se inferir que esta acelerada incorporação feminina no mercado de trabalho, numa décadas de condições econômicas adversas, possa ser explicada pela hipótese da substituição e complementação da renda mediante a proliferação das ocupações subremuneradas e pelo visível crescimento do setor informal da economia, em as áreas de atividades.

O setor terciário cresceu a taxas aceleradas neste período, o que pode estar associado ao resurgimento do setor informal e pela demanda do setor público que se desmantelou com as exigências de novos papéis do Estado e como consequência de momentos de crise da economia.

As taxas estruturais de desocupação e as de desemprego conjuntarais calculadas para as regiões metropolitanas correspondentes às dos setores modernos da economia, apresentaram uma correspondência com o seu desempenho.

Atingiram valores mais elevados no ano de 1984, sendo que em 1990, as taxas de desemprego aberto das Regiões Metropolitanas voltaram a crescer. Este fato poderá levar a indicar uma evocaçã da vida no campo pelas mulheres trabalhadoras, onde delas dizem ter encontrado "mais fartura" que na cidade.

Todas estas diversidades e inferências que têm sido evidenciadas possuem explicações que, em sua maioria, associam-se a fatores ligados a transformações estruturais e conjuntarias, e a mudanças culturais, mas que podem ter um caminho de "refluxo", através da vinculação ao trabalho que as mulheres possam ter ligando-se aos produtos da área rural e desenvolvendo atividades de transformação de produtos primários, mesmo em empresas urbanas de produção agroindustrial.

Portanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho poderá crescer junto a setores como a de produção de alimentos, com aumento do emprêgo da mão de obra feminina junto à comercialização de produtos transformados. A mulher rural já produz alimentos com produtos primários transformados e os comercializa nas feiras ou locais próximos e, por vezes, para compradores certos e regulares, da área urbana.

Contudo, esta situação de comercializadoras de excedentes de produtos alimentícios transformados tem se escasseado cada vez mais, em algumas regiões brasileiras, principalmente na Região Nordeste em virtude da crise econômica vivenciada pelo Brasil que tirou possibilidades das mulheres rurais desenvolverem atividades de transformação de produtos que, de cert forma, necessita não só de produtos agrícolas mas de outros produtos, por vezes industrializados, aos quais têm pouco recurso financeiro para adquirí-los. Além disto, a nível estrutural, o país optou por um modelo de desenvolvimento que, de certa forma, privilegiou a indústria em detrimento da melhoria da produtividade agropecuária.

Ao contrário, como já mencionado, o setor agropecuário forneceu apoio ao processo de industrialização do país e hoje sofre as consequências da acelerada urbanização, que se deu às custas de políticas implícitas que deram impulso ao processo de migração campo-cidade.

B. Re-estimação do Emprego Feminino no Setor Agrícola

A re-estimação do emprego feminino necessitaria, acima de tudo de unificação na metodologia do sistema de coleta de informações, principalmente do Censo Demográfico e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD), para melhor dimensionar as atividades das mulheres, especialmente aquelas trabalhadoras da área rural. Porém, antes destas modificações faz-se importante promover mudanças na própria visão que a mulher possui sobre o seu trabalho produtivo.

Estes fatores e outros de caráter estrutural que têm impactado no desempenho agropecuário ao qual o pequeno produtor tem sido o responsável por parte da produção, afetaram ainda mais as mulheres produtoras de alimentos.

Com as políticas de modernização, impulsionadas nos anos 60 e 70, intensificou-se o fluxo migratório campo-cidade. A população urbana, que constituía-se 31% da população brasileira, em 1940, passou a experimentar aumentos progressivos, atingindo a magnitude de 68% em 1980.³⁰ O homem, chefe da unidade familiar de produção rural sai à procura de emprego nas áreas metropolitanas, as filhas dirigem-se à procura do trabalho doméstico nas cidades e a mulher passa a responsabilizar-se pela unidade de produção familiar.

É importante ressaltar-se que houve um crescimento de 45% de mulheres chefes de família, na década de setenta. Em 1980, essas famílias chegam a 15,6% do total de 4 milhões de pequenas unidades familiares, apesar da frequente subestimação das famílias chefiadas por mulheres motivada, não só por questões ideológico-culturais, mas também porque a legislação civil o levava a tal.³¹

A chefia da mulher é um fenômeno predominantemente urbano, associado à pobreza. A acelerada urbanização que levou à intensificação do fluxo migratório, se, por um lado, fez com que o marido saísse à procura de emprego assalariado nas grandes cidades fez, por outro lado, que as mulheres jovens buscassem o emprego doméstico na cidade. Nesta, elas procuravam o apoio familiar e a procriação, mesmo sem que o homem assumisse um casamento, de onde advinham todas as dificuldades de manutenção própria e de arcar com o compromisso assumido com a família que deixou no campo. Contudo, na maioria das vezes, estas jovens mulheres eram

³⁰ Último dado oficial processado e obtido do Censo de População. A partir dessa data existem projeções com diferentes metodologias e, portanto, com variações nos totais.

³¹ Até 1988, chefia da família era atribuída, por lei, ao homem mesmo que este não tivesse renda, mas fosse parte da unidade familiar.

e têm sido as que assumem a chefia da família na área urbana e aquelas mulheres que permaneceram no campo, enquanto a homem saía à busca de emprego na cidade, assumiram a chefia da unidade familiar.

Neste momento, somente uma pequena parcela de mulheres permanecem na área rural assumindo a chefia da família e tal fato varia muito em relação às questões regionais e à maior proximidade da unidade produtiva da área urbana, entre outros fatores.

A participação das mulheres no setor da agropecuária no Sul representou, em 1988, 28.7% e no Nordeste representou 23.0%, enquanto que nas regiões Norte e Sudeste e Centro-Oeste do Brasil representaram, respectivamente, 10.8%, 15.4% e 6.0%.

A participação das mulheres e sua contribuição sócio-econômica e política apresenta-se sob diferentes formas:

- no apoio à unidade familiar, impulsionando o pioneirismo em direção ao sertão, compartilhando da necessidade de busca de trabalho para a pequena produção rural que demandasse menor emprego de capital e maior produtividade, incorporando-se às terras virgens das fronteiras agrícolas;
- na invisibilidade de sua coragem em enfrentar as condições de ocupantes-possesores. Esta invisibilidade esconde um potencial de participação a ser desenvolvido, utilizando-se das formas de organização associativista. Isto porque, as mulheres em geral, em situações problemas lutam por uma causa e, quando se trata, por exemplo, ameaça de retirada do direito do uso da terra de trabalho e, principalmente, se ameaçada pela retirada de algum bem que possa abalar a subsistência de seus filhos ou da unidade familiar, como um todo, ela apresenta sua resistência em entregar bens que adquiriu por direito;
- na própria atividade produtiva na agropecuária, como complementação ao trabalho dos homens;
- assumindo a gerência da unidade de produção familiar para possibilitar o assalariamento do homem em atividade fora da unidade familiar de produção, tanto na área rural como urbana e responsabilizando-se pelas atividades agrícolas e pecuárias.

As mulheres trabalhadoras do setor da pequena produção agropecuária desempenham diferentes e importantes papéis. Contudo, a questão maior a ser considerada é que, nem sempre, esta participação é visível.

Os intentos de quantificar a contribuição do trabalho doméstico à economia nacional não têm sido exitosos e nem têm modificado esta tradição existente, além de persistir o questionamento se esta variável dimensionada melhoraria as condições de trabalho das mulheres. Uma das

causas deste fato e que explica o porque o IBGE possui dados somente sobre o PIB per capita e o PIB geral reside em que só as atividades tradicionalmente consideradas econômicas, foram parte das contas nacionais.

Portanto, a presença das mulheres dados de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil somente torna-se visível se trata de atividade econômica ou seja, se são mulheres assalariadas dentro de uma organização formal ou realizando alguma atividade comercial por conta própria. Extrair deste tipo de atividades aquelas relativas ao âmbito doméstico e aquelas vinculadas ao trabalho agrícola sazonal não é tarefa fácil, principalmente em setores como o da agropecuária.

Como tem sido enfatizado neste texto, as próprias mulheres rurais e de outras áreas, evidentemente, declaram sua atividade no âmbito doméstico, registrando-as portanto como donas de casa, ou do trabalho das mulheres e terá peso subestimado à sua contribuição total ao produto interno bruto, principalmente, quando o questionário utilizado, no que se refere ao item "ocupação", é restritivo.

A entrada da mulher no mercado de trabalho foi significativa e embora ainda existam incongruências na metodologia de coleta de dados no Censos Demográficos e (PNADs), as taxas refletem esta incorporação da mulher tanto no trabalho urbano como rural.

É fato que existe um subregistro desta participação principalmente motivado por dificuldades de captar-se dados junto ao trabalho da mulher rural e junto ao setor informal da economia, onde infere-se que é onde a mulher mais participa. Porém, existe uma concordância em que, nos últimos decênios, cresceu notavelmente o registro da participação feminina na PEA. No final dos anos oitenta, segundo as PNADs, mais de 35% da PEA era composta por mulheres, o que significou 21 milhões e meio em 1988 e cerca de 25 milhões no começo dos anos noventa.

De acordo com estimativas realizadas pelo CELADE, com base nos Censos Demográficos, entre 1970 e 1990 a força de trabalho feminina cresceu em 180% em relação à masculina, que foi de 17% durante o mesmo período.

A re-estimação do emprego feminino necessitaria, neste momento que a Constituição de 1988 outorgou à mulher o direito de ser, também, considerada chefe de família, de fazer com que ela própria reconheça que seu trabalho é trabalho com valor reconhecidamente monetário e com contribuição para a unidade familiar e para a sociedade. Ao mesmo tempo, que se procedessem à modificações na metodologia do sistema de coleta de informações para melhor dimensionar as atividades das mulheres, principalmente das trabalhadoras rurais cujo trabalho produtivo encontra-se imbricado e difuso, junto às atividades reprodutivas ou domésticas. À pergunta sobre a "ocupação principal", as mulheres rurais, em sua maioria, tendem a responder que sua ocupação principal é o trabalho doméstico.

Uma forma de demonstrar-se uma subestimação da PEA feminina, nos diversos setores da economia, em especial da área rural, pode ser obtida pela unidade da informalidade nos setores mais formais da economia. Através da mensuração da proporção de ocupados que não têm

Social, utilizando-se de metodologia como a encontrada em "Mulheres em Dados (FLACSO-Brasil, 1992). Esta metodologia pode mostrar a proporção de mulheres que estão engajadas no emprego informal que, apresenta-se superior à dos homens. Contudo, ambos os sexos aparecem quase em igualdade de proporção de participação no trabalho informal do setor agropecuário.

Portanto, quando se analisa a proporção de ocupados sem cobertura de Seguridade Social, por sexo, e segundo atividades em 1981 e 1988, a porcentagem de mulheres na agricultura é de 98.1%, em 1981 e 96.7% em 1988. Por outro lado, a porcentagem de homens na agricultura também sem cobertura de seguridade social é também alta, 90.5% em 1981 e 89.6% em 1988. (IBGE, Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, 1981 e 1988).

Tratando-se da análise do total de ocupadas e sem seguridade social, em 1988 a proporção representou 51.7% de mulheres ocupadas e sem previdência social e 48.0% dos homens ocupados e que permaneciam sem previdência social (IBGE). Este dado reflete uma significativa incorporação das mulheres no mercado de trabalho.

Dimensionar a População Economicamente Ativa (PEA) feminina, especialmente da área rural, não é um empreendimento fácil. Os dados contém distorções porque a "cultura do trabalho" assimilada pela mulher, que é identificada como "ajuda" ao marido e admitida pela mulher, fazendo com que ela própria avalie suas atividades como tal.

Este dimensionamento torna-se ainda mais difícil porque as atividades desempenhadas pela mulher no setor produtivo, muitas vezes podem ser combinada com as atividades reprodutivas ou domésticas, levando a mulher a subestimar a atividade reprodutivas ou domésticas, levando a mulher a subestimar a atividade produtiva que realiza e a não reconhecer como trabalho outras que, apesar de produtivas, as considere como domésticas, mesmo que sejam provenientes da transformação de alimentos.

Contudo, nos últimos dez anos, o registro do trabalho das mulheres tem crescido. Os questionários do Censo e das PNADs têm procurado diminuir, o mais possível, a incluso da resposta "inativo". Em finais dos anos 80, as PNADs registraram que mais de 35% da PEA era composta por mulheres. Este dado representava 21 milhões e meio de trabalhadoras em 1988 e cerca de 25 milhões em início dos anos noveta. (IBGE-PNAD 1981 E 1988).

Torna-se importante enfatizar que, há que se detectar diferenças no padrão de atividades das mulheres rurais de acordo com questões regionais de caráter sócio-cultural que, por sua vez, provêm das determinações agroecológicas às quais, o pensamento social destinou espaços territoriais do homem e da mulher.³²

³² Entende-se aqui como espaços territoriais do homem e da mulher aquela áreas de trabalho que o pensamento social as definiu como pertencentes a um ou a outro. Assim, a floresta, o mar e, nem tanto, atualmente, a terra para a agricultura foram tradicionalmente "propriedade territorial" (como espaço de trabalho) pertencente ao homem. Da mesma forma, a casa e especialmente a cozinha o foi ou ainda o é, de acordo com a formação do pensamento social, território da mulher.

O estudo de caso, de caráter exploratório realizado e que deu subsídios a este trabalho, teve como objetivo principal ouvir o que as mulheres rurais tinham a dizer sobre seu trabalho e dar um maior fundamento ao documento "A Política do Setor Agropecuário frente a Mulher Produtora de Alimentos". Foi definido o número de unidades de produção agropecuárias a ser estudadas e foi decidido entrevistar a mulher trabalhadora rural que mais trabalha nestas unidades, tomando-se 50 (cincoenta) casos no estado do Paraná e o mesmo número no estado de Santa Catarina na região Sul do país e 100 casos de estudo em municípios do estado do Ceará, localizado na região Nordeste. A orientação do referido trabalho, como um todo, partiu da Coordenação Geral do Projeto BID/IICA-Costa Rica. É importante ressaltar que buscava-se, na medida do possível, re-estimar o emprego feminino no setor agrícola, mas, enfatizou-se que o trabalho de campo, acima mencionado, não exigia uma representatividade estatística e nem o seria possível, uma vez que mais bem tratava-se de estudos de casos que, evidentemente, não se poderia generalizar seus resultados nem para os Estados, nem às Regiões em questão e, nem tampouco, para o Brasil.

Além disto, alguns dados apresentaram-se com "bias", desde que, tratando-se da região Nordeste onde foram aplicados 100 questionários no estado do Ceará, encontrou-se uma situação climática profundamente desastrosa provocada por um extenso período sem chuvas, dos mais duradouros dos últimos tempos.

C. A Contribuição da Mulher ao PIB Agrícola

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não torna possível obter a contribuição específica da mulher ao Produto Interno Bruto. Podemos, porém, apresentar o PIB por pessoa.

Esta dificuldade neste dimensionamento, acima citado, reside no fato de que, as mulheres têm participado no desenvolvimento sócio-econômico do país através das duas vias normais vinculadas ao trabalho doméstico e às atividades ligadas ao mercado econômico. Acrescenta-se, ainda, a este fato, a questão de que a contribuição das mulheres ao produto interno bruto tem sido condicionada pelas grandes mudanças na estrutura produtiva, principalmente, na estrutura da unidade de produção rural sem considerar as mudanças relativas à estrutura familiar. Como exemplo temos: as mulheres assalariadas temporárias - "as bóias frias", que são trabalhadoras rurais sazonais. Torna-se difícil incluí-las no PIB.

A questão maior a ser considerada é que, nem sempre, esta participação é visível. Uma das causas e que explica o porque o IBGE possui dados somente sobre o PIB per capita e o PIB geral reside em que só as atividades tradicionalmente consideradas econômicas, formam parte das contas nacionais.

Os intentos de quantificar a contribuição do trabalho doméstico à economia nacional não têm sido exitosos e nem têm modificado esta tradição existente, além de persistir o questionamento se esta variável dimensionada melhoraria as condições de trabalho das mulheres.

Portanto, a presença das mulheres nos dados de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil somente torna-se visível se trata de atividade econômica ou seja, as mulheres como assalariadas dentro de uma organização formal ou realizando alguma atividade comercial por conta própria. Extrair deste tipo de atividades aquelas relativas ao âmbito doméstico e aquelas vinculadas ao trabalho agrícola sazonal não é tarefa fácil, principalmente em setores como o da agropecuária.

Como tem sido enfatizado neste trabalho, as próprias mulheres rurais e de outras áreas, evidentemente, declaram sua atividade no âmbito doméstico, registrando-as portanto como donas de casa, ou seja, como inativas. Este fato leva a um subregistro do trabalho das mulheres e tem pêsso subestimado à sua contribuição total ao produto interno bruto, principalmente, quando o questionário utilizado, no que se refere ao item "ocupação", é restritivo, como no caso dos Censos Demográficos.

É evidente que a orientação institucional e aquela direcionada pelas próprias mulheres ao declarar como economicamente inativas, fundamentam-se nas tradições culturais que, como ressaltado no decorrer deste trabalho, estabeleceram uma determinada divisão do trabalho, pela qual cabe às mulheres a responsabilidade dos afazeres domésticos e aos homens aquelas atividades propriamente econômicas e públicas ou "fora de casa".

Tabela IV.2. Brasil: PIB dos estados de Santa Catarina, Paraná e Ceará, 1993.

	Estados		
	Santa Catarina	Paraná	Ceará
REGIÃO SUL			
PIB Per Capita (em US\$mil)	2 942	2 927	
PIB (em US\$milhões)	13 349.8	24 711.4	
REGIÃO NORDESTE			
PIB Per Capita (em US\$mil)			1 065
PIB (em US\$milhões)			6 776.3

Fonte: PIB/1991 - O valor do PIB total foi retirado da publicação "Brasil - Programa Econômico" do Banco Central; O PIB de cada Estado foi calculado pelo Datafolha usando os % do PIB nacional de 1985. Para obter os valores em US\$ foi usada a taxa cambial média do ano de 1991 (dólar livre) igual a Cr\$0,40661; PIB per capita (1991) - valores calculados pelo Datafolha usando o dado de população do Censo de Demográfico de 1991, in jornal Folha de São Paulo, 19/12/93.

Outrossim, é fato evidente que essa divisão tem se tornado mais flexível, porém, socialmente ainda se atribui às mulheres e elas próprias também admitem que o trabalho doméstico é responsabilidade delas, mesmo que participem no mercado do trabalho em atividades diversas.

Não sendo possível analisar a contribuição da mulher rural ao valor agregado (PIB) do setor agrícola, apresentaremos dados do PIB Per Capita (em US\$mil) e o PIB (em US\$ milhões) dos estados que foram selecionados para serem área de observação da pesquisa de campo, (Agosto/1993) e que são pertencentes às regiões Sul e Nordeste do Brasil.

V. AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS

Este Capítulo procura dimensionar a contribuição da mulher na produção nacional agropecuária, através da análise dos dados primários coletados pela aplicação de 50 questionários em cada um dos estados do Paraná e Santa Catarina, na Região Sul e 100 questionários aplicados no estado do Ceará, na Região Nordeste do país cujas questões foram dirigidas às mulheres chefes ou não da unidade de produção familiar.

Esta pesquisa define uma amostra aleatória do universo de pequenos produtores de três estados das regiões mencionadas e é importante ressaltar-se que constitui-se em um "survey" que não pretende ter representatividade e nem seria possível, dado o tamanho da amostra selecionada e as diferenças regionais, encontradas no Brasil como todo. A amostra é subdimensionada em relação à atual população brasileira - 147 053 940 (Censo Demográfico, 1991) e dentro desta o total de população rural brasileira.

Além disto, alguns dados apresentam-se com "bias", uma vez que, tratando-se da região Nordeste onde foram aplicados 100 questionários no estado do Ceará, os pesquisadores defrontaram-se, por ocasião da coleta de dados, com uma situação social de calamidade pública. O estado do Ceará e partes da região Nordeste experimentava, naquele momento, uma situação climática profundamente desastrosa com um período sem chuvas, dos mais duradouros dos tempos. Esta seca dizimou plantações e a fome fazia com que as populações procurassem diferentes alternativas de trabalho, enquanto que o governo organizou programas especiais de trabalho - "as frentes de trabalho", com apoio do governo federal e da sociedade civil para oferecer as mínimas condições da população rural enfrentar tão profunda crise social.

O "Mapa da Fome", elaborado a partir da "Campanha contra a fome" e liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", mostra o estado do Ceará como o estado em piores condições sócio-econômicas e numa situação de pobreza extrema.

A heterogeneidade apresentada pelo desempenho do setor agropecuário das regiões Sul e Nordeste e as diferenciações na contribuição do trabalho das mulheres da área rural nestas regiões, demandam uma análise dos dados da pesquisa de campo de forma separada. Quando, contudo, os dados estiveram agregados, estes foram analisados comparando-os pelas diferenciações identificadas.

Este desempenho diferenciado do setor da agropecuária, encontrado entre as duas regiões pesquisadas, resulta de fatores socio-econômicos e culturais e físico-geográficos complexos, mas sobretudo tem seu fundamento em fatores estruturais que determinaram a existência de diferenças regionais. Estas foram provocadas por um modelo de desenvolvimento, com dependência regional daquelas regiões onde iam sendo concentradas, gradativamente, os aglomerados industriais.

Desta forma, estas heterogeneidades fazem com que as recomendações de políticas tenham que ser, necessariamente, diferenciadas ou adaptadas às condições sócio-econômicas e culturais de cada região brasileira e até mesmo, por estados brasileiros.

A. Características Socioeconômicas do Sistema da Pequena Produção Camponesa no País

As características socioeconômicas do sistema de produção agropecuária brasileira possuem, como já mencionado, especificidades regionais que requerem um tratamento diferenciado, regionalmente.

Tratando-se da Região Sul, a formação da população rural é marcada pela lógica econômica camponesa de seus descendentes europeus. A propriedade da Terra é um bem com valor para a manutenção da unidade familiar e preservação da propriedade da terra para transmissão, através dos filhos, das práticas camponesas de seus ancestrais. Dedicam-se à produção de alimentos, porque o valor nutritivo de certos produtos é, para eles, de grande importância.

Estes pequenos produtores, do Sul do país preocupam-se com a geração de excedentes para a aquisição de outros bens. Possuem mais condições de utilização de maquinárias para o cultivo da terra e assimilaram, desde há muito, técnicas de conservação de alimentos, de confecção de doces em conserva e trabalham na transformação de produtos rurais.

Neste contexto, as mulheres trabalhadoras da agropecuária dedicam-se ao cultivo, ao cuidado com as criações e, principalmente à transformação de produtos em alimentos. O ordenamento do leite é de responsabilidade da mulher, assim como, a produção de queijos e derivados. A mulher participa da matança do porco e é responsável, junto com os filhos, pela preparação da carne para sua conservação na gordura que dele é retirada, como participa na conservação da carne de porco como alimento a ser consumido durante determinado período. Em todas estas atividades as mulheres desempenham importante papel e têm consciência de que são as provedoras da manutenção alimentar da unidade familiar. Na confecção de queijos e de embutidos, as mulheres trabalhadoras rurais do Sul têm, também, considerável participação.

Possuem condições sócio-econômicas mais estabilizadas que os pequenos produtores no Nordeste, Norte ou Centro-Oeste do Brasil. Os níveis de escolaridade também são mais altos e as possibilidades de encontrar alternativas de comercialização dos produtos e, mesmo, nas negociações realizadas pelas mulheres rurais do Sul são mais eficazes e favoráveis que os outras mulheres trabalhadoras rurais localizadas em outros pontos do país.

Assim sendo, possuem também mais poder de decisão que em outras regiões e, apresentam poucas condições de estabelecer comparações com as mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste. Por vezes, em fases de mais trabalho na agricultura e atarefados com outros trabalhos e com o cuidado com as criações, estas unidades familiares de produção contratam o trabalho assalariado de outras pessoas, de fora de sua unidade de produção.

Possuem, estes pequenos produtores, um nível de modernização tecnológica, voltada à agropecuária, grandemente diferenciada dos demais pequenos produtores provenientes ou estabelecidos em outras regiões do país, principalmente do Nordeste, excetuando-se os aqueles do Sudeste que se caracterizam como "small farmers".

Por outro lado, sua integração com o mercado e com os pontos de comercialização dos produtos é segura e, em proporção relativamente grande comparando-se com pequenos produtores de outras regiões, estes produtores estão associados a algum tipo de Associação de Agricultores, por razões de advém de seus ancestrais e por razões racionais, como empresários.

Tratando-se do pequeno produtor do Nordeste, as características são bastante adversas. A própria questão da propriedade da terra não é, por eles considerada com um valor ou um bem que é importante ser mantida pelo fato de constituir-se em bem a ser herdado pelos filhos e como meio de produção e subsistência da unidade familiar, como exposto para o caso dos pequenos produtores do Sul.

Os pequenos produtores rurais do Nordeste são, por necessidade e já por tradição, uma população migrante que pelas severas condições climáticas tiveram sempre que sair à procura de outras terras, embora sua expectativa e razão de poupar e obter certa reserva financeira sempre tenha sido a possibilidade de "voltar para sua terrinha natal". As precárias condições de posse da terra, escassez de água e pobreza dos solos são fatores que os tem forçado a mobilizar-se à procura de novas fronteira agrícolas, as "terras novas" que lhes têm fornecido condições para o trabalho agrícola e iniciando seu pioneirismo, quase sempre, como assalariados.

Assim é que ocorreu o fluxo migratório nordestino para as área de produção da borracha nativa da Amazônia, já no século passado. As mulheres permaneciam no campo nordestino, à espera da volta do marido. E, nas áreas do seringal, a escassez de mulheres fazia com que entre as listas de pedidos de artigos como, alimentos, produtos pessoais e outros, nesta fosse também incluído o pedido de "mulheres", como relata algumas cartas-pedido de trabalhadoras aos patrões seringalistas dos fins do século passado e arquivados como documentos históricos, na Fundação Cultural do estado do Acre.

Em tempos mais recentes, principalmente, nos tempos do "milagre brasileiro" e mesmo, durante a implementação da construção da nova capital do Brasil, Brasília, os homens nordestinos é que saíam à busca do assalariamento e com a proposição de remessa de recursos financeiros para sua unidade familiar que permanecia no campo. Desde que, a saída do homem dava-se, na maioria das vezes, por razões de desastres climáticos, criou-se o costume de denominar estas mulheres que ficavam no campo e com os encargos dos filhos de: "as viúvas da seca".

Esta situação ainda ocorre, mas, as mulheres já estão tendo mais coragem para não permanecerem à espera dos maridos, que muitas das vezes não chegam e se lançam em direção às áreas urbanas, à procura de emprego carregando consigo seus filhos. Nem sempre são bem sucedidas e o problema maior que elas encontram é buscar o como fazer com os filhos, para poderem trabalhar fora da casa.

As creches e escolas para estas crianças são em número reduzido, no Brasil e as alternativas de solução ao problema não são acessíveis a elas: ou deixam as crianças sós em casa, ou têm que pagar para alguém cuidar dos filhos, diminuindo, aia mais, sua renda que, na maioria das vezes

é de um salário mínimo (equivalente a US\$ 60 ou menos). Quando estas mulheres sós não encontram soluções ao problema mencionado, as crianças passam a fazer parte e engrossar o número de "meninos de rua" que tem se constituído em grave problema social no Brasil.

Mas muitas destas unidades familiares de produção ou mesmo chefiadas por mulheres permanecem na área rural, apesar das condições desfavoráveis não só climáticas, mas também de falta de apoio governamental em relação, de educação e de saúde, políticas habitacional e de previdência social.

Os dados da pesquisa de campo realizada pode nos fornecer dados que revelam a problemática da pequena produção nordestina, já mencionada. O Quadro IV (Pesquisa Ago/93) do Anexo 3 mostra os principais produtos agrícolas produzidos nas regiões pesquisadas e as marcantes diferenças regionais, já mencionadas.

A produção de produtos básicos à alimentação, como o milho, arroz e feijão tratando-se do estado do Ceará, mesmo que a área para a produção seja pequena, as unidades pesquisadas aparecem com uma produção igual a 0.0. Uma das razões parece ter sido o fato de que estes pequenos produtores não trabalham com a unidade de medida "tonelada" e sim com "litros" ou "pratos" de feijão ou de arroz", tendo dificultado a coleta de dados e a transformação destas unidades de pêso. Além disto, estes pequenos produtores não conseguem, em sua maioria, pensar em outra medida que não a que sempre utilizou para quantificar seus produtos e, muito menos convertê-las para aquelas utilizadas no Sul do país. Os coletores de dados, por sua vez, devido às condições de pobreza encontrada pelas severas condições climáticas que assolava o estado do Ceará, sentiram-se inoportunos e sentindo que estariam agredindo ou violentando as vidas destes pequenos produtores com tantas perguntas sobre sua produção e alimentação.

Quanto o valor da produção, na medida que mal estavam produzindo para a subsistência, pouco conhecimento tinham dos preços de mercado e este fato é demonstrado no Quadro IX do Anexo 3. A venda de "excedentes" representa privar-se de consumir ovos ou galinhas para, com o dinheiro obtido desta venda poder comprar outros produtos como sal, açúcar e até mesmo farinha de mandioca. Esta comercialização é feita, geralmente, com os vizinhos ou na beira da estrada e são as mulheres ou os filhos que se encarregam deste negócio.

Nem mesmo a mandioca que faz parte de sua alimentação cotidiana foi produzida, este ano, no estado do Ceará. Os pequenos produtores dedicaram-se à plantação da cana de açúcar comprometendo sua produção e negociando-a, antecipadamente, com os "intermediários", a serviço dos proprietários de usinas de açúcar. Porém, quando veio o momento do corte da cana, o preço abaixou e os "intermediários" quebraram com o contrato verbal e os pequenos produtores viram-se em condições econômicas mais agravadas, sem ter a quem e onde colocar sua produção.

Quanto aos produtos pecuários, os pequenos produtores do Ceará que possuíam uma vaca para a produção de leite, destinado ao consumo, já eram considerados como "privilegiados". Com a precária situação econômica, a venda de animais é a primeira a alimentação e a compra de

outros produtos que necessitam e não têm condições de produzir. Nestas situações econômicas precárias, as mulheres rurais desempenham importante papel e estimulam a família a permanecerem em seu "pedaço de terra", desde que pelo menos, dela conseguem comer. A cidade as amedronta a desejam que seus filhos possam ter mais chances de encontrar melhores condições de vida e possibilidades de emprego.

O tamanho da propriedade no estado do Ceará é pequeno, mas, o problema maior está na posse precária da terra: ou são posseiros ou são arrendatários e esta insegurança faz com que, nem mesmo, tenham a possibilidade de acesso ao crédito convencional ou alternativo. Alguns programas de crédito alternativo já foram implantados por algumas Instituições para seu pagamento com produtos. Mas, se não produzem excedentes, dificilmente poderão pagar o crédito.

A situação dos pequenos produtores do Sul é bastante diferenciada como demonstram os quadros citados, resultantes da pesquisa de campo. Como já explanado, as mulheres trabalhadoras do Sul têm um papel ativo na produção agropecuária e seu potencial de participação é um fator a ser melhor explorado, mas, as mulheres rurais do Nordeste possuem muita capacidade e potencialidade para apoiar a unidade familiar em situações difíceis, como a que estavam experimentado, no momento da realização da pesquisa.

Na verdade trata-se de regiões com diferente histórias de formação da pequena produção rural e com diferenças de desempenho agropecuário que também depende de programas agrários especiais que foram ou estão sendo desenvolvidos.

Contudo, o fator constante é que a falta de financiamento para o setor e as políticas agrícolas dirigidas aos médios e grandes produtoras para exportação afetou, grandemente, a pequena produção nestes últimos anos.

Com a falta de apoio à pequena produção não só ao acesso à terra como ao crédito, como à assistência técnica, principalmente, para as mulheres trabalhadoras rurais, a situação de pobreza rural se agravou, aprofundizou a situação de subemprego e houve um crescimento de microempresas familiares, principalmente no Sul e crescimento do setor informal da economia, como alternativa de sobrevivência.

Com todos estes problemas é de se esperar que a migração campo-cidade tenha crescido e como já exposto anteriormente, a população rural que era de 55% em 1960 decresceu para 26.3% em 1989. A taxa de crescimento da população rural no período 1981-1989 foi negativa (-0.3), enquanto a taxa de crescimento urbano, no mesmo período, foi de (3.2). Isto significou alta taxa de migração rural-urbana e um fracionamento da unidade familiar de produção.

A pequena produção, no Nordeste foi deixando de ter a expressão que experimentou como apoio ao processo de industrialização, contribuindo com alimentos a baixo custo. Os homens começaram a buscar empregos nos grandes centros urbanos do Sudeste do país e as mulheres

e crianças passaram a arcar com a responsabilidade da produção agropecuária proveniente, na maioria das vezes, de uma área de terra arrendada, de posse ou de propriedade do homem.

Quanto à região Sul, embora tenha havido um fluxo migratório de população rural para as áreas de colonização da Amazônia Legal, este não afetou a pequena produção, no mesmo grau que no Nordeste brasileiro. A pequena produção incorporou tecnologias e a unidade familiar buscou formas alternativas de compensar a falta de apoio em crédito financeiro.

Como pode-se demonstrar pelos dados da pesquisa de campo realizada, além da produção de produtos para o consumo, tanto agrícolas como pecuários, os pequenos produtores do Sul conseguem um excedente de produção que os coloca em condições sócio-econômicas bastante diferenciadas daqueles do Nordeste do país.

B. Características da Unidade Produtiva Camponesa

Como tem sido demonstrado existe uma nítida diferenciação nas condições de trabalho e de produção entre os pequenos produtores das regiões Sul e Nordeste do Brasil. Estas condições proporcionam características distintas entre as unidades de produção camponesa e o trabalho das mulheres nelas integradas, principalmente em relação aos aspectos sócio-econômicos.

Com relação às faixas etárias das mulheres trabalhadoras rurais no estado do Ceará, estas revelaram ser mais jovens estando numa faixa etária entre 14 e 55 anos de idade e um alto número delas, abaixo de 14 anos conforme demonstra o Quadro V do Anexo 3 (Pesquisa agosto/1993). Estas últimas possuem filhos menores e a média de membros da família (7) é alta em comparação com a dos outros dois estados do Sul.

As condições de trabalho dos pequenos produtores do estado do Ceará são precárias, em relação às oportunidades de diversificação das atividades oferecidas no campo aos trabalhadores rurais, especialmente, às mulheres dos estados do Sul incluídos na pesquisa de campo. Ademais, as condições de posse precária da terra de trabalho da unidade familiar e as severas condições climáticas do estado e de grande parte da região Nordeste são fatores que dificultam a eles poder obter produção excedente que possibilite gerar renda, para melhor suprir suas necessidades. As mulheres rurais do Ceará necessitam estar mais voltadas para o trabalho doméstico, desde que, em sua maioria são famílias com filhos em faixa etária abaixo de 14 anos. Esta atividade, declarada como principal (Quadro VII do Anexo 3) representa 83.6% no Ceará, 24.7% e 17.7% em Santa Catarina e Paraná, respectivamente, dentre um total de 171 mulheres no Ceará e, somando-se o número delas nas unidades de produção dos estados de SC e PR, o total atinge 160 mulheres.

Portanto, a contribuição relativa do trabalho da mulher rural do estado do Ceará e, em geral no Nordeste, à renda familiar é completamente distinta daquela apresentada pelas mulheres trabalhadoras rurais do Sul do país.

É evidente que esta contribuição relativa ainda se torna menor porque elas mesmas subestimam seu trabalho, não considerando que o trabalho doméstico tem um valor ao proporcionar a manutenção e reprodução da força de trabalho da unidade familiar de produção. Mas, as mulheres rurais do Nordeste quando questionadas "se trabalham", a resposta quase sempre é dada com um "não" e complementada com a afirmativa "eu ajudo meu marido".

Por outro lado, no Ceará há poucas oportunidades de trabalho assalariado no campo ou nas pequenas áreas urbanas próximas, com que elas poderiam complementar a renda familiar.

Além destes fatores, acima mencionados e que demonstram a heterogeneidade da contribuição do trabalho das mulheres rurais a renda familiar e, de acordo com suas condições de trabalho na regiões brasileiras, como a implementação de determinados programas de desenvolvimento rural, o tamanho das propriedades e, sobretudo, e regime de propriedade da terra são grandemente distintos entre as duas regiões fatores que pesam nesta referida heterogeneidade na contribuição do trabalho das mulheres rurais na renda familiar.

Quanto às condições ou regime de uso da terra, a pesquisa de campo demonstrou que, enquanto no estado do Ceará/NE 49.0% das unidades produtivas fazem uso da terra através de arrendamento, isto é, pagam por este uso, geralmente, com parte da produção, o mesmo não ocorre nos estados de Santa Catarina e Paraná em que a forma de uso da terra por arrendamento é de 8.0% e 16.0% respectivamente, num total de 50 unidades de produção pesquisadas em cada um dos estados da região Sul. Este fator é significativo, uma vez que as unidades produtivas no Sul possuindo, em grande parte, a propriedade da terra pode obter maior renda do trabalho com a terra. (Ver Quadro X do Anexo 3)

A alta porcentagem de arrendamento da terra de trabalho na área rural do Ceará determina uma produção para a subsistência da unidade de produção de 63% (Ver Quadro IX do Anexo 3, Pesquisa Ago/1993) e portanto, apresenta uma impossibilidade de incorporar mão-de-obra de fora da unidade de produção, de aumentar a produtividade e de poder vender algum excedente da produção.

A mulher rural dos estados de Santa Catarina e Paraná apresentam uma contribuição relativa efectiva à renda familiar não só pelas atividades reprodutivas ou domésticas que em sua maioria desenvolvem, mas também, com sua participação nas atividades agropecuárias, na produção de alimentos e sua transformação e na confecção de artesanatos com produtos rurais que são por elas comercializados.

A continuação do trabalho das mulheres rurais do estado de Santa Catarina á renda familiar, identificada através da pesquisa de campo, é de 34.8% o que representa 51.3% da renda total obtida pelo família, desde que, a proveniente dos outros membros da família é de 65.2%. No caso do estado do Paraná, a contribuição do trabalho das mulheres rurais em relação ao total da renda familiar comparando-se com o estado de Santa Catarina é um pouco mais elevada. Esta contribuição do trabalho da mulher do estado do Paraná á renda familiar sendo 39.8% representa

60.6% do total da renda familiar, uma vez que, a renda obtida pelos outros membros da família é de 60.2%.

Tratando-se das fontes principais de renda da mulher rural, de acordo com a pesquisa de campo, (Quadro II do Anexo 3) identificou-se que a mulher rural trabalha como assalariada, na produção agrícola, na produção pecuária e na transformação de diversos tipos de produtos junto com os outros membros da família e considerando-se que, de acordo com o Quadro VIII do Anexo 3, verifica-se que o número médio de membros na família é (7) no Ceará, sendo de 5 no estado de Santa Catarina e 4 no estado do Paraná.

Com relação às principais fontes de renda evidencia-se uma maior e mais equilibrada participação relativa das mulheres rurais na transformação de produtos, em todos os três estados pesquisados, isto é, de 38 mulheres rurais que responderam se desenvolvem algum tipo de transformação de produtos 44.7% corresponde à porcentagem de transformação de algum tipo de produto rural no estado de Santa Catarina e envolvendo 85 pessoas membros da família; de 52 mulheres rurais do estado do Paraná, 41.9% é a porcentagem de produtos transformados incluindo-se neste trabalho o apoio de 124 membros da família e 45.7% é a porcentagem de produtos transformados pelas mulheres rurais do estado do Ceará com o apoio de 322 pessoas membros de família.

Pode-se afirmar que a atividade de transformação de produtos representa um grande potencial a ser trabalho com as mulheres rurais, pela capacitação e treinamento sobre o material que já utilizam e aqueles que a natureza possui e que identificados poderão ser também transformados pelas mulheres rurais. Esta atividade envolve os membros da família e a participação no aumento da renda familiar pode ser objetivo da unidade familiar, fomentado pelas mulheres trabalhadoras rurais.

Entre as outras atividades desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais como fonte de renda e apresentadas no Quadro II (Anexo 3), destacam-se aquelas atividades vinculadas à produção pecuária que é alta no estado do Paraná, 70.3%, em relação a 49.0% de produção apresentada pelo estado de Santa Catarina. O estado do Ceará apresenta nenhuma produção pecuária, desde que, os animais que possuem ou aqueles pequenos produtores que os possui utilizam dos produtos da pecuária para a subsistência da unidade familiar.

Em termos gerais, no que diz respeito à contribuição da mulher à renda familiar, no estado do Ceará - Nordeste do Brasil podemos dizer que estamos analisando esta contribuição, num contexto de pobreza e de fome. Neste contexto e segundo estudos apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) não se pode considerar tão somente o aumento da renda familiar para reduzir a fome, mas em outros instrumentos como a implementação de um processo educacional destas famílias e da sociedade, como um todo, para que esta tome consciência do montante de bilhões de dólares que se perde de alimentos no Brasil. "A renda não é o único indicador para medir o nível de vida", de acordo com a economista Peliano (1993).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), feita pelo IBGE em 1990, os estados do Ceará, Bahia, Minas Gerais estão na linha de frente com maior número de pessoas com renda inferior à linha de pobreza. Contudo, São Paulo, apesar de ser um estado "rico", ocupa o sexto lugar, com 2,1 milhões de indigentes. O "Mapa da Miséria", apresentado pela Folha de São Paulo (1993) mostra os números da indigência por região.

Há uma diferença na produtividade das mulheres trabalhadoras rurais sediada na região Sul, 34.8% no estado de Santa Catarina e 39.8%, no estado do Paraná em relação ao número médio de membros da família que é de 5 pessoas em Santa Catarina e 4 pessoas no Paraná. A contribuição, porém, das mulheres trabalhadoras rurais sediadas no Nordeste brasileiro representando 0.0%, em relação ao número médio de membros da família que é de 7 pessoas, como demonstram os quadros I e VIII (Anexo 3).

Quanto ao tamanho da propriedade, a pesquisa de campo realizada demonstrou que no estado de Santa Catarina as propriedades com área entre 21 ha 50 ha representaram 48% do total de propriedades pesquisadas, isto é, 50 propriedades. No estado do Paraná identificou-se que as propriedades com área entre 11 ha - 20 ha representava a maior porcentagem, 30%, também, de um total de 50 unidades de produção pesquisadas.

Contudo, no estado do Ceará localizado no região Nordeste do Brasil, entre as 100 propriedades pesquisadas a maior porcentagem de propriedades estava na faixa de tamanho de área menor que 5 ha, representando 63.6% do total e as propriedades com um tamanho entre 5 ha - 10 ha representava 36.4% do total das unidades de produção pesquisadas. (Quadro III Anexo 3).

O Quadro VI (Anexo 3) pode nos mostrar a porcentagem das mulheres em idade ativa, isto é, entre 14-55 anos nos estados pesquisados, mas, o dado não quer dizer que são economicamente ativas. Desta forma teríamos: das mulheres na faixa etária entre 14-55 anos, o estado de Santa Catarina apresentou 77 mulheres que em relação às 50 unidades de produção pesquisadas representa a média de 1.54% mulheres em idade ativa por unidade de produção, as 80 mulheres em idade ativa das 50 unidades de produção pesquisadas do estado do Paraná representa 1.6% de mulheres em idade ativa por unidade de produção e as 184 mulheres em idade ativa das 100 unidades de produção pesquisadas no estado do Ceará representa 1.7% de mulheres em idade ativa por unidade de produção.

O tamanho da amostra e sua falta de representatividade em relação às regiões representadas por um ou dois estados e a inexistência de dados que possibilitem uma re-estimação da População Economicamente Ativa torna possível somente apresentar a porcentagem de mulheres na agricultura em relação ao total de mulheres na População Economicamente Ativa que é 24.9% em 1977, 21.1% em 1981, 21.5% em 1985 e 21.2% em 1988, estando inclusa uma população de 10 e mais anos de idade. (Ver Tabela IV.1, p. 68).

As profundas diferenças entre as regiões Sul e Nordeste torna quase impossível uma comparação regional e agregar-se os dados para uma generalização. Estas diferenças pode, até mesmo, distorcer os totais da pesquisa, na medida em que, os altos percentuais dos estados do Sul

elevaria os valores apresentados pelo estado do Ceará. Este fato se assemelha ao dado de Renda Per capita do Brasil que se torna alta, pelo fato de que uma porcentagem muito pequena da população brasileira possui uma alta renda.

Estes fatores, adicionados ao tamanho da amostra da pesquisa que representa um número muito pequeno em relação à população brasileira total e dela uma amostra também pequena em relação à população rural faz com que esta re-estimação da População Economicamente Ativa, utilizando-se da fórmula selecionada pela coordenação central do Projeto/IICA- Costa Rica/Cone Sul.

C. A Contribuição das Mulheres à Produção: Atividades e Tipos de Trabalhos

Como já explanado, a mulher participa em todas as fases do ciclo produtivo agrícola além de desenvolver as atividades à pecuária e as atividades domésticas que, de acordo, com a tradição cultural de definição de papéis à mulher e ao homem cabe a ela esta responsabilidade. Neste sentido, de acordo com os dados da pesquisa de campo realizada como fundamento a este estudo, a porcentagem das mulheres que declaram realizar as tarefas domésticas foi de 53.5% que somada à porcentagem daquela que responderam que trabalham na roça e na transformação de alimentos, 29.3%, daria um total de 82.8% destas mulheres entrevistadas que, na verdade, realizam uma dupla jornada de trabalho. (Ver Quadro VII, Anexo 3).

Em relação à transformação de produtos rurais, como explicitado no item anterior, as mulheres trabalhadoras rurais têm uma participação muito importante mesmo na região Nordeste onde a disponibilidade de recursos naturais e de produtos agrícolas, para a transformação são mais escassos que nos estados do Sul, incluídos nesta pesquisa.

Na produção de doces caseiros pela utilização de frutas tradicionais e mesmo das frutas regionais, as mulheres com ajuda dos filhos têm sido as principais responsáveis por esta produção e pela busca de colocação no mercado tanto tradicional como alternativo: feiras, mercados locais, vizinhos, postos nas beiras da estrada e outros locais de acordo com sua conveniência.

A mulher dedica-se ao cuidado com as criações ou animais menores, assim como, com o tratamento de porcos e gado bovino principalmente na transformação dos produtos pecuários para a confecção de queijos, manteiga e outros derivados.

Por vezes, a mulher rural procura assalariarse-se para contribuir no aumento da renda familiar. Isto porque, a mulher está sempre preocupada com o cuidado como os filhos e sua alimentação é por ela garantida utilizando-se do resultado de seu trabalho, assim como, a mulher rural está sempre atenta à alimentação dos membros da unidade familiar, desempenhando seu papel de reprodutora da força de trabalho da unidade de produção.

Contudo, com tem sido ressaltado no decorrer da apresentação do presente estudo, torna-se importante ter presente que o desempenho de todas estas atividades variam em quantidade, qualidade e diversidade, de acordo com os diferentes estados e diferentes regiões do Brasil e conforme seja a procedência etnico-familiar destas mulheres rurais.

Tabela V.1. Brasil: Números da indigentes por região, 1993.

Regiões	População, numero de indigentes e porcentagem em relação ao Brasil
NORTE	10 257 266 685 204 2.16%
CENTRO-OESTE	9 412 242 1 640 597 5.18%
SUL	22 117 026 4 082 314 12.9%
SUDESTE	62 660 700 7 982 453 25.2%
NORDESTE	42 470 225 17 288 528 54.5%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, Março, 1994, in jornal A Folha de São Paulo, 19/12/93.

A generalização das atividades produtivas realizadas pelas mulheres é um fato, evidentemente impossível. A caracterização da contribuição da mulher à produção agropecuária demanda, isto sim, estudos regionais e até mesmo, estudos de casos se trata de programas especiais de desenvolvimento.

A participação maior ou menor da mulher nas atividades e na produção agropecuária como chefe da unidade familiar de produção varia quantitativamente e qualitativamente, de acordo com fatores diversos, mas principalmente com o número de membros da unidade familiar de produção sob sua responsabilidade e de apoio a ela. Contudo, como chefe da unidade de

produção, a mulher rural sente-se com mais poder de decisão fator que pode influenciar em seu êxito ou não.

D. Uso do Tempo da Mulher

O uso do tempo, principalmente aquele que dedica aos afazeres domésticos necessita de ser mensurado para que a contribuição da mulher rural à renda familiar e, portanto, sua participação seja considerada com a devida importância. Somente assim, poder-se-á definir políticas em que sejam incorporadas as questões da mulher com equidade de gênero.

Seu trabalho reprodutivo ou doméstico não é contabilizado e muitas das vezes, as atividades produtivas, principalmente relacionadas à produção de alimentos é tida como extensão de suas atividades domésticas. Esta interconexão entre o trabalho reprodutivo ou doméstico e o produtivo é pouco entendido pela própria mulher trabalhadora rural. Ela mesma o considera como atividade de "ajuda" às atividades do homem e não como atividade econômica que tenha um valor. Por outro lado, percebe-se a invisibilidade deste trabalho que é pouco considerado pelo homem, produtor rural.

O Quadro XIV (Anexo 3) mostra-nos a participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho ou números de horas que ela dedica às atividades pecuárias, enquanto o Quadro II (Anexo 3) mostra os números totais de jornadas de trabalho/ano e porcentagem, nas atividades assalariadas, na produção agrícola, pecuária e na transformação de produtos rurais despendidos pela mulher rural.

E. A Participação das Mulheres na Tomada de Decisões, Potencialidades, Expectativas e Limitações

A participação das mulheres rurais na tomada de decisões varia de acordo com os fatores: de que mulheres rurais estamos falando e de onde elas procedem, se são sós e portanto, assumem a chefia da unidade familiar, nível de escolaridade entre outros fatores mais.

Contudo, tendo ou não condições de tomada de decisões a mulher rural sempre se depara com o fato de ser mulher e portanto ter assimilado valores que a fazem recuar, quando lhe é dada a possibilidade de decidir. Seu potencial de participação e de persistência no trabalho faz com que ela consiga êxitos, mesmo enfrentando as dificuldades sócio-econômicas e culturais. Tratando-se das mulheres trabalhadoras rurais, em geral, estas se vêm frente a problemas relacionadas com:

- dificuldades com seu próprio baixo nível de escolaridade;
- grande preocupação por estar distante de escolas e de serviços de saúde a seus filhos;

- difícil acesso à tecnologias agrícolas, primeiro porque ela mesma, não se considerando como produtora faz com que não se arrisque ou arrisque pouco em solicitar de técnicos das instituições de apoio à transferência de tecnologias ao pequeno produtor, alguma informação e tampouco treinamento;
- dificuldades como as gestões na comercialização dos produtos, desde que, "como mulher", nem sempre os intermediários querem lhe pagar o preço devido aos seus produtos e a falta de informações sobre mercado sobre preço do produto, a deixa em posição de desvantagem em relação ao processo de negociação com os compradores, assunto que ela poderia dominar se acreditasse em seu próprio trabalho que é produtivo.

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A. Conclusões

As conclusões e recomendações apresentadas neste trabalho emergem da análise de dados secundários e da análise de dados levantados nos estudos de casos tomados dos estados de Santa Catarina e Paraná, na região Sul e de estudo de caso realizado no estado do Ceará, Nordeste. A metodologia de estudo bem como os objetivos e itens a serem estudados através dos documentos elaborados - "Diagnóstico e Políticas" e "Tecnologia e Comercialização" - foram definidos pela Coordenação Geral do Projeto IICA/BID, bem como as conceituações relativas à: mulher produtora de alimentos, mulher em atividades reprodutivas ou domésticas, atividade produtiva e unidade de produção camponesa.

Evidenciou-se que as mulheres rurais são trabalhadoras que produzem alimentos, artesanatos ou outros produtos primários ou transformados, com valor de mercado, mas que este trabalho desenvolvido em concomitância com seu trabalho doméstico tem um valor de dupla jornada, de difícil dimensionamento. Mesmo assim, é possível verificar-se sua produtividade e participação na renda familiar e sua, cada vez, maior entrada na força de trabalho economicamente ativa.

Apesar, portanto, do precário apoio governamental e da pouca qualificação para o trabalho que as mulheres desempenham junto às atividades pecuárias e da agricultura, as mulheres passaram a participar das atividades do pós-colheita e as atividades de transformação, apoiando na manutenção da unidade familiar de produção e contribuindo para a geração da renda familiar.

Esta falta de apoio identificada não diz respeito, tão somente à mulher produtora de alimentos, mas, ao pequeno produtor em geral. As políticas voltadas à mulher rural, quando efetivamente existiram, pouco impacto obteve sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras rurais e além disto, tiveram uma curta sobrevivência. Algumas destas políticas, como anteriormente descritas, refletiram conquistas do movimento organizado de mulheres que, obtendo êxito em suas reivindicações, transformaram-se em leis, como a questão da concessão de titularidade da terra também às mulheres da área rural e dos assentamentos urbanos e as legislações trabalhistas. Porém, torna-se importante fazer com que estas leis não se transformem em letras mortas e que as ações para torná-las efetivas existam, de fato.

Isto diz respeito a todas as políticas, programas e projetos direcionados às mulheres rurais que, tornando-se inativos, fizeram com que: as mulheres trabalhadoras rurais permanecessem sem possibilidades de acesso efetivo à propriedade da terra, ao crédito e, especialmente, à assistência técnica adequada e direcionada às suas atividades agropecuárias.

Contudo, a concomitância entre o trabalho das mulheres em atividades reprodutivas e produtivas, na área rural tem sido um fator que continua a confundí-las, deixando-as sem saber se são trabalhadoras ou se são "ajudantes" do marido, sem que elas próprias considerem seu trabalho, como trabalho produtivo e que, portanto, possui um valor de mercado.

Mas, até que ponto, pode-se, facilmente, diferenciar para dimensionar-se, o trabalho reprodutivo, neste estudo, como doméstico daquele trabalho aqui denominado de produtivo? O trabalho

produtivo também é reprodutivo da força de trabalho, desde que parte dele é destinado a manter a segurança alimentar da unidade familiar e somente, outra parte, aquela parcela excedente é que se vende ou se troca.

Os problemas relativos ao reconhecimento da posição das mulheres como produtoras de alimentos e contribuindo à renda familiar, junto à unidade familiar de produção e junto ao governo e sociedade civil, ainda persistem. O importante papel da mulher na produção ainda não lhe confere possibilidades de maior acesso às diferentes políticas e programas, quando implantados e implementados e suas condições de trabalho estão a exigir um tratamento adequado.

Como consequência, permanece inalterada a seguinte situação: mesmo que, entre pequenos produtores se desenvolvem sistemas agrícolas familiares mais igualitários e que as mulheres rurais tenham um papel importante na produção de alimentos, isto não significa que elas tenham superado a subordinação ou que hajam melhorado sua condição de vida e de "status" social.

Um importante fato que se constatou das análises dos dados levantados para este estudo e que se apresenta como fundamento para as recomendações e propostas de políticas é que: o desenvolvimento rural capitalista, a tecnologia moderna e uso de instrumentos mais sofisticados na agropecuária, assim como, a mecanização não necessariamente integram ou discriminam as mulheres trabalhadoras rurais. Sua integração ou não integração depende de condições específicas dentro das quais a organização familiar é um fator importante.

É importante ressaltar-se que, o estudo conclui que as mulheres trabalhadoras rurais permanecem sem apoio governamental para que, programas e projetos lhes possibilite acesso à tecnologias adequadas e que seu trabalho seja profissionalizados. Este fato é significativo porque mostra que o trabalho das mulheres rurais não está sendo coberto pelas políticas governamentais.

A invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais, pelos formuladores de políticas também reflete a falta de um indicativo de que elas sejam vistas por si mesmas, como trabalhadoras. Sua ausência nas políticas e nas ações de apoio ao uso de tecnologias, nas formas de comercialização dos produtos demonstra também que ela não está capacitada para a reivindicar políticas, principalmente, aquelas que mais afetam o pagamento por seu trabalho como: política de mercado e de preços para o pequeno produtor sob uma perspectiva de gênero, programas que capacitem as mulheres produtoras de alimentos a utilizar de formas alternativas de comercialização e, mesmo que possam enfrentar os intermediadores e compradores e programas que as leve a adquirir condições para reivindicar seus direitos como produtora de alimentos e que os pequenos produtores sejam vistos como trabalhadores voltados à proporcionar a segurança alimentar e, portanto, tomados com mais acuidade pelas políticas públicas com equidade de gênero.

Conclui-se, portanto, que as políticas voltadas à mulher rural houveram e que uma instância superior de "espaço" de negociações para a incorporar as reivindicações das mulheres na Constituição de 1988 houve, mas que, este "espaço" criado e os programas implantados para a

mulher rural junto aos Ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária, entre outros, não foram suficientemente efetivos no sentido incorporar as mulheres nas políticas públicas, com equidade de gênero.

Será que a institucionalização de movimentos sociais das mulheres possa ser o adequado caminho para que estas sejam vistas sob um modo específico de "ver a realidade"? Com certeza que não o foi. A institucionalização das questões da mulher levou a reforçar a fato de que, o que as mulheres desenvolvem são atividades de menor valor no conjunto das atividades de desenvolvimento. Assim como os projetos específicos, com ou para a mulher, levaram a um isolamento das questões maiores, a institucionalização das questões relativas à mulher rural também levou ao mesmo resultado. Tornaram-se programas isolados, dentro de um contexto amplo ministerial, e o propósito de incorporar-las a partir de suas atividades produtivas, como produtoras e não a partir de suas atividades como mulheres não se efetivou.

Deixou-se, portanto, de incorporar as atividades das mulheres nas atividades centrais de desenvolvimento rural: aquelas que conferem poder de decisão, considerando suas atividades como fatos relativos à produção familiar e às relações que estabelecem como pessoas que desempenham papéis diferentes e desiguais junto ao setor agropecuário e que, portanto, necessitam de modos de desempenhá-los diferentes.

A análise de dados primários e secundários, subsídios para o presente trabalho levou-nos a algumas afirmações:

- o estudo evidenciou uma desatenção governamental para com o setor rural em geral e, em especial, para com a pequena produção sob uma perspectiva de gênero; que as políticas públicas dirigidas ao setor rural têm excluído as mulheres ou têm colocado no isolamento, mesmo que, programas para a mulher tenham sido implementados, mas que, atualmente, inexistem;
- percebe-se que em todas as frentes de expansão e movimentos sociais agrários emergiram importante papéis desempenhados pelas mulheres, como elemento impulsor na luta pela sobrevivência da unidade familiar de produção ou na luta pela terra ou pelo aumento da produção ou na luta pela busca de alimentos de forma diferente e desigual, principalmente, junto ao pioneirismo do enfrentamento do sertão;
- que as mulheres rurais, a partir de fatos concretos da realidade como o "pioneirismo" mencionado revelou sua capacidade de reverter situações problemas, enfrentando-as sem deixar de, a sua forma, serem produtoras de alimentos provindos da área rural. Os estudos de caso, base para este trabalho fez evidenciar estes fatos através da expressiva participação das mulheres na transformação de produtos, dado que emergiu com especial ênfase no estudo de caso realizado no estado do Ceará onde, por questões de calamidade climática, foi baixa ou nula a participação das mulheres nas atividades agrícolas e pecuárias, mas encontrou-se alta participação destas, nas atividades de transformação;

- constatou-se com base nos estudos de casos realizados nos estados do Sul e no Ceará que, as mulheres trabalhadoras da área rural apresentaram expressiva taxa de capacitação no trabalho das unidades familiares de produção (36,7% do total da força de trabalho);
- os dados mostraram que, as mulheres participam mais nas explorações pecuárias, nas quais o estudo de campo revelou serem responsáveis por 55,8% das jornadas de trabalho;
- uma importante constatação apresentada pelos dados dos estudos de casos realizados é a significativa participação das mulheres nas atividades de transformação de produtos de origem animal e vegetal, representando 44,6% do total de pessoas envolvidas nessas atividades;
- o estudo mostrou um baixo grau de escolaridade destacado entre as mulheres, muito embora o nível educacional de homens e mulheres nos estudos de caso analisados tenham apresentado semelhanças. Contudo, as informações são suficientes para concluir-se que a educação é um problema grave no país, principalmente na área rural;
- quanto à capacitação das mulheres conclui-se que têm estado à margem dos programas desenvolvidos na área rural, com o objetivo de promover a capacitação tecnológica e/ou comercial dos pequenos produtores;
- inexistiu uma preocupação com a transferência e adequação de tecnologias agrícolas e pecuárias para as mulheres trabalhadoras rurais; o mesmo verificando-se com relação à geração de tecnologias que considere a realidade da mulher trabalhadora rural e suas diferenças desiguais;
- o processo de comercialização, decisivamente, não está ao alcance das mulheres trabalhadoras rurais e o processo decisório está nas mãos do homem, mesmo que ela seja participante destas decisões;
- identificou-se significativa participação das mulheres nas atividades de transformação primária da produção, perfazendo 49% das mulheres entrevistadas. Este fato indica a importância de trabalhar-se esta produtividade através de programas que contemplem tecnologias para satisfazer as necessidades desiguais à sua produção e para uma melhor qualidade de seus produtos, como por exemplo nas micro-agroindústrias;
- quanto ao financiamento de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades produtivas da pequena produção, conclui-se que, o auto-financiamento constitui-se em característica marcante; 95,9% dos entrevistados não realizaram qualquer empréstimo, embora os recursos que possuem em disponibilidade sejam insuficientes para a aquisição de serviços e bens necessários para o aumento da produção.

Concluindo, ressaltou-se deste estudo, um potencial de participação das mulheres trabalhadoras rurais, diferente e desigual de acordo com sua capacidade de produção e que tem sido

demonstrado pelas mulheres rurais. Utilizar-se deste potencial desigual para que elas cheguem a perceber sua capacidade de assumir papéis de decisão dentro do setor agropecuário lhes daria maior poder para o processo de aquisição de "status" como produtora de alimentos. Isto, pode tornar-se objeto para uma capacitação sob uma perspectiva de gênero utilizando-se de sua realidade com necessidades identificadas como (normas e procedimentos creditícios) que as torne partícipes do que elas podem e querem realizar.

A análise também evidenciou que as mulheres rurais são as principais responsáveis pela segurança alimentar da unidade familiar. Verificou-se que entre as atividades principais que as mulheres rurais desenvolvem, a atividade doméstica representou 24.7% em Santa Catarina, 17.7% no Paraná e 83.6% no Ceará, enquanto que, as atividades na roça e na transformação de produtos mostra uma porcentagem de 55.6% em Santa Catarina, 62.0% no Paraná e 1.8% de mulheres entrevistadas no estado do Ceará. É interessante ressaltar-se que, entre as atividades secundárias, 46.9% e 53.2% das mulheres entrevistadas nos estudos de caso do estado de Santa Catarina e Paraná qualificaram o trabalho doméstico como atividade secundária e, por outro lado, somente 2.9% das mulheres entrevistadas no estudo de caso do Ceará qualificaram o trabalho doméstico como atividade secundária. A análise destes dados demandaria um estudo mais acurado das causas, mas pode-se inferir que as mulheres trabalhadoras rurais, dos casos de estudo realizados em alguns municípios da região Sul tem adquirido um valor mais urbanos de suas atividades rurais.

Os dados demonstraram que, mesmo desempenhando um papel relevante como trabalhadoras junto à produção pecuária e agrícola e junto à transformação de alimentos, este grupo de trabalhadoras não têm sido consideradas ou muito pouco consideradas nas políticas econômicas e agrícolas já formuladas e, sua invisibilidade ainda constitui-se em bloqueio à formulação de políticas como perspectiva de gênero.

Em se tratando dos procedimentos que, atualmente, têm sido adotados para chegar-se à formulação de uma Política de Segurança Alimentar, como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e dos comitês locais, as mulheres produtoras de alimentos não têm sido vistas com considerável contribuidora na produção e transformação de alimentos para a segurança alimentar da unidade familiar e como produtora de excedente para acréscimo à geração de renda da unidade familiar.

B. Recomendações

1. Incorporação da perspectiva de gênero na política de segurança alimentar do país

O desenvolvimento agrícola do Brasil, superando atualmente a soma de 70 milhões de toneladas de grãos e, considerando-se a meta de atingir, em curto prazo, a quantidade de 100 milhões de toneladas, tal meta constitui, sob o ponto de vista estritamente agrônômico, um êxito que reflete

o grau de eficiência do produtor. Tal fato, sem dúvida, sugere que, as políticas agrícolas para uma determinada tipologia de agricultores permitem desenvolver suas potencialidades.

Entretanto, uma análise deste fato sob o ponto de vista ecológico e sob uma perspectiva de gênero, provavelmente sugeririam que algumas mudanças deveriam ser feitas.

O impacto que o crescimento da produção de grãos apresenta sobre os recursos naturais e sobre o meio ambiente, não sendo proposta do presente estudo, não será aqui analisado. Mesmo assim, torna-se importante o empenho e a vontade política em estimular o referido crescimento da produção de grãos através do aumento da produtividade e não mais pela abertura de fronteiras agrícolas.

Compete, contudo, a este trabalho, fundamentado na análise de dados secundários e primários, questionar se o êxito da produção agrícola tem sido obtido com esforços para apoiar e estimular a participação da mulher rural e com ênfase na mulher produtora de alimentos.

Não se trata de elaborar definições acadêmicas sobre o conceito de segurança alimentar, mas de sugerir espaços que deveriam ser ocupados pela mulher e que têm sido, até o momento, esquecidos ou talvez colocados na invisibilidade.

A dupla função da mulher, como produtora de alimentos e como reprodutora da força de trabalho familiar, tem sido acuradamente tratada neste trabalho. É, precisamente, a partir deste dupla função que se recomenda uma mudança nas atividades que têm adquirido evidência, no país, relacionadas com a segurança alimentar.

É indubitável a importância que tomou o movimento - "Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida" (Campanha contra a Fome) a qual foi organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), constituindo-se em exemplo para o mundo. Os programas de distribuição de alimentos em suas duas etapas (PRODEA I e PRODEA II) têm buscado alcançar, com especial ênfase, os 32 000 000 de brasileiros que são atingidos pela fome e pela miséria.

Contudo, é de se registrar que uma campanha desta grandeza não tenha intrinsecamente integrado uma perspectiva de gênero, considerando ser a mulher, tradicionalmente, a responsável pela transformação de alimentos para a reprodução da força de trabalho da unidade familiar e que tenha deixado de ser a protagonista principal deste movimento social.

A ênfase na participação da mulher e a incorporação de uma perspectiva de gênero na "Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida" pode ser dada, através de solicitação explícita para que seja estimulada e facilitada a participação da mulher nos Conselhos Municipais. Trata-se, porém, de buscar traduzir esta participação em sugestões e ações que maximizem o impacto dos esforços tanto da sociedade civil como das instâncias governamentais, em prol da eliminação da fome.

Ademais, tendo-se iniciado a segunda fase do movimento - a busca pela geração de emprego e renda - numa transformação das estratégias emergenciais a outras de médio prazo é, precisamente neste contexto, que deveria estar incorporada uma perspectiva de gênero tendo deixado, portanto, de considerar os 48% da População Economicamente Ativa do Brasil.

As decisões de políticas não são neutras, como sempre se supôs ser e os responsáveis pelas tomadas de decisão, para a implementação de políticas, necessitam de sensibilidade para perceber a realidade a que deve corresponder tais políticas. Sem perceber esta não neutralidade, os decisões de políticas têm feito com que esta falsa neutralidade se traduza em perda da potencialidade de participação da mulher, deixando de permitir um maior impacto dos investimentos que a sociedade civil e as instituições públicas e privadas decidam realizar.

Deixa-se de considerar que mais de 1/3 (um terço) das jornadas agrícolas advém das mulheres trabalhadoras rurais, que os processos de transformações da produção e da pós-colheita são basicamente realizadas pro elas, que participação das mulheres no valor bruto da produção agropecuária atinge até 65% em alguns dos produtos obtidos do trabalho da unidade familiar de produção e que, apesar destes fatos, é quase vedado o acesso da mulher às associações de organização da produção e à algumas organizações comunitárias.

Além do mais, ao deixar-se de considerar a realidade dos fatos acima explicitados e as diferenças desiguais das atividades produtivas das mulheres trabalhadoras rurais, os decisores de políticas não têm garantido a efetividade das políticas. Considerar estes dados mencionados da realidade concreta significaria partir de informações diferenciadas por gênero, no que diz respeito às atividades, responsabilidades de decisão, benefícios diferenciados, de tal forma que, o trabalho das mulheres seja visto como atividades produtivas, no posição que ocupam como produtoras e não a partir do que produzem como mulheres, isto é, a partir do sexo. Assim sendo, estas atividades produtivas diferentes e desiguais deveriam ser tomadas pelos planejadores e decisores de políticas com necessidade de instrumentos também diferenciados para atendê-las.

Todos estes fatores que pressupõem uma falsa neutralidade são influenciados pelas análises de uma realidade que se supõe igual e portanto, levando á busca da igualdade e não da equidade e de uma escassa consideração da participação da mulher e de sua representatividade não só nas atividades produtivas, mas também, nas atividades de decisão tanto a nível comunitario-local como regional ou nacional.

A presente "Proposta de Incorporação da Perspectiva de Gênero na Política de Segurança Alimentar" exige uma atuação no âmbito das decisões, dirigida à sensibilização de responsáveis pela formulação e implementação de políticas e dirigida à decisão de organizar e sistematizar informações básicas à tomada de decisões.

1. desenvolver ações de sensibilização dos responsáveis pelas tomadas de decisão sobre como ver e entender os fatos emergentes da produção familiar como fatos que mostram relações entre pessoas do mesmo sexo e de sexos diferentes com necessidades e resultados distintos e não voltados á busca da igualdade. Isto

significa considerar as questões de gênero de tal forma que esta perspectiva se transforme em uma variável indispensável no momento de decidir sobre programas ou projetos, tal como hoje sucede com temas relativos à rentabilidade econômica ou à preservação do meio ambiente;

2. sistematizar a informação disponível ou acrescê-la através de estudos e pesquisas, de tal forma que as decisões sejam tomadas em base a dados que reflitam a real e efetiva participação da mulher nas diferentes atividades produtivas.

Para se alcançar os objetivos do primeiro âmbito de ação, dever-se-á estimular todo tipo de atividade ou de eventos que facilitem e promovam essa sensibilização. Esta deverá estar dirigida necessariamente às organizações específicas de mulher, aos centros de estudo e pesquisas acadêmicas, aos organismos financeiros ou de cooperação técnica internacionais que deverão continuar a apoiar as atividades em curso, visto que, este seria um processo dinâmico, em correspondência às características do próprio tema.

Para trabalhar-se junto ao segundo âmbito acima explicitado, buscar-se sensibilizar as Universidades para que introduzam a perspectiva de gênero em seus currículos e atividades acadêmicas, ao mesmo tempo que se busque a melhoria da informação sobre as questões de gênero, através do incentivo ao desenvolvimento de teses e pesquisas realizadas pelos estudantes com a finalidade de formar uma nova geração de profissionais já sensibilizados e conhecedores do tema. Estes poderão ser os disseminadores e reprodutores deste conhecimento, estando aptos a formularem e executarem projetos de desenvolvimento do setor agrícola e de produção de alimentos, com uma perspectiva de gênero.

2. Implementação de uma política agrícola diferenciada para o pequeno produtor, sob uma perspectiva de gênero

a. Componente de capacitação

Alguns pressupostos básicos à capacitação com uma perspectiva de gênero:

- Levar em consideração dois níveis de capacitação: um nível para profissionais, formando capacitadores em questões de gênero e um nível local para treinar coordenadores ou executores de projetos junto aos pequenos produtores para que se considere o trabalho da unidade familiar de produção, com equidade de gênero;
- Reconhecer a necessidade de apoio à unidade familiar de produção onde as mulheres produtoras de alimentos têm um papel significativo, em termos de produção de alimentos para a reprodução da força de trabalho de seu grupo familiar e para poder gerar excedente deste trabalho produtivo;

- **Reconhecer que, as mudanças de valores e atitudes frente á concepção de trabalho, por parte das mulheres trabalhadoras, constituem-se em um processo íntimo, gradual refletindo-se pelo poder de reivindicação e de segurança frente aos grupos sociais e que será obtido durante este processo de trabalho junto à mulher produtora de alimentos;**
- **partir do principio de que as mulheres trabalhadoras rurais, um dos agentes-beneficiárias de importância no processo de capacitação, possuem um potencial para a participação a ser desenvolvido e que, pela responsabilidade que lhe é inerente de cuidar da reprodução da unidade familiar possuem uma receptividade e capacidade de assimilação de mudanças;**
- **germinar a mudança e transferir a elas o crédito em seu potencial para participar em seu propio desenvolvimento, a partir de motivações concretas que possam refletir a credibilidade no apoio externo oferecido, como o domínio da tecnologia que bloqueia seu poder de decisão e respeitando as atitudes próprias e culturais das mulheres trabalhadoras rurais como também seu ritmo de assimilação dessas mudanças;**
- **considerar a necessidade de concretizar um ideal possível de ser alcançado, mesmo que seja a médio ou longo prazo, como o acesso efetivo à propriedade da terra, à organização de associações de pequenas empresas familiares de produção de alimentos pelo implemento à agroindústria ou outros projetos que possam fortalecer seu processo de participação e, com base neste principio, planejar um programa de capacitação;**
- **os programas de capacitação devem partir de uma estratégia a longo prazo, de forma que, as mulheres trabalhadoras através da criação de suas próprias expectativas, cheguem ao momento de apropriar-se da vontade de alcançar sua própria expectativa concretizada;**
- **desenvolver sua capacidade de entendimento sobre seus direitos como cidadã para que possam exercer seu direito de reivindicar com propriedade e com a força necessária para poder alcançá-los;**
- **estas ações e esta consciência do valor do trabalho das mulheres rurais, por elas mesmas, constituem-se no motor a impulsionar o sucesso da reivindicação de outros programas a que têm direito, tendo-se presente a importância da auto-sustentação dos programas e projetos por elas assumidos;**
- **o conteúdo da capacitação, portanto, deve partir de "onde" está inserida a unidade familiar de produção de alimentos e nela as mulheres rurais, em termos de que são seus membros que estão a demandar a capacitação e não os técnicos. A elaboração do material didático deve estar formulado de forma a fomentar a iniciativa, provocar a reflexão analítica das estratégias de produção e transformação de alimentos que**

devam conduzir ao planejamento das ações para a obtenção de resultados que reflitam mudanças conscientes e duradouras nas mulheres produtoras de alimentos da área rural e de suas associações.

- isto significa desenvolver não somente um Programa de Capacitação, mas acima de tudo promover o componente de Fortalecimento Institucional através da capacitação destas organizações aptas para capacitar em questões de gênero. Esta capacitação poderá ser realizada por instituições ou organizações públicas ou privadas ou não-governamentais. Estas ações levarão á melhora da capacidade das organizações associativas e organizações não-governamentais de entender as relações de gênero que são relações entre pessoas, com equidade e a partir desde ponto atuar a nível local formulando, coordenando a execução destas atividades de apoio à mulher produtora de alimentos.

Torna-se necessário, portanto, partir das necessidades emergentes da base, para chegarmos à elaboração de propostas que consigam alcançar os objetivos dos programas vinculados à mulher produtora de alimentos, sob uma perspectiva de gênero.

Os programas deverão ser formulados com a participação a unidade familiar de produção e, em especial, das mulheres produtoras de alimentos, e de forma descentralizada. Isto se dará, se a unidade familiar de produção e em especial as mulheres chegarem a se apropriar de seu próprio projeto (como expectativa criada) e desde que este esteja adequado à sua realidade sócio-econômico-cultural.

Neste sentido de programas de capacitação deverão considerar as diferenciações regionais e as questões de equidade de gênero, principalmente, o fator propulsor desta capacitação que é: levar as mulheres trabalhadoras rurais à consciência do valor de seu trabalho.

A capacitação deve partir de prioridades identificadas a nível microregional e de uma caracterização dos grupos meta. Contudo, alguns tópicos, devem ser tomados como imprescindíveis nesta capacitação de capacitadores e na capacitação dos diferentes grupos-meta, quais sejam:

- Levar à consciência do trabalho produtivo, de início, independente do trabalho reprodutivo e de seus valores;
- organização de associações de empresa familiares rurais com uma perspectiva de gênero, de forma que percebam a força que podem obter, na medida que tenham condições de negociação da produção, em grupo;
- técnicas básicas de administração de sua terra de trabalho: a) conhecimento do sítio; b) número de hectares que o compõe; c) quais e onde estão localizados os recursos naturais e como fazer sua terra produzir, de forma racional e sustentada, protegendo os recursos naturais e principalmente o solo; d) conhecimento e real

avaliação da estrutura familiar em termos de força de trabalho disponível e outros fatores;

- **treinamento em gerência e administração da produção primária ou transformada, considerando-se as diferenças desiguais entre os produtores da unidade familiar;**
- **contabilidade básica, seja da produção agropecuária como da agroindústria;**
- **o que pode produzir e qual é sua viabilidade econômica, bem como as formas de inserir-se no processo de comercialização considerando as questões de gênero e promovendo o acesso à informação de novas técnicas de produção mais eficientes, preços, mercado e custos de produção.**
- **como administrador o crédito convencional ou alternativo, como um fundo rotativo que pode ser implementado por uma associação de produtoras familiares de alimentos, com equidade de gênero; como identificar a demanda real pelo crédito e como solicitá-lo;**
- **como administrador os excedentes: pagamento de dívidas; quais as melhores opções de inversões (desde os animais, como a vaca, o porco, maquinárias, etc.) até a poupança, em dinheiro ou em produtor.**

Cada tópico ou associação de alguns deles deverão ser objeto de um projeto formulado, na medida do possível, com a participação de seus beneficiários e identificação de instituição responsável.

b. Componente de revigoramento da política fundiária sob uma perspectiva gênero

- **Promover o efetivo acesso à terra às mulheres produtoras de alimentos, desprovidas da propriedade jurídica da terra, desde que, esta é condição essencial à viabilização do acesso ao crédito, com o desenvolvimento de um programa de difusão e disseminação destes direitos, envolvendo todos os meios de comunicação disponíveis e que sejam eficientes para atingir os grupos-meta identificados;**
- **elaborar um cadastramento das mulheres produtoras de alimentos e sem terra, atualizado, e considerando-se a legislação sobre o direito da mulher de acesso à propriedade jurídica da terra e fazendo-a valer,**

c. Componente de apoio ao associativismo dirigido às unidades familiares de produção de alimentos da agropecuária, enfatizando-se a importante contribuição das mulheres nestas atividades e vistas com equidade de gênero

- Promover um processo de sensibilização sobre a importância do associativismo, também como uma forma de fortalecer as reivindicações de políticas para as mulheres trabalhadoras rurais, produtoras de alimentos, chegando à reivindicação de uma política explícita de apoio ao associativismo na produção e comercialização de alimentos provenientes da pequena produção.

d. Componente de tecnologias adequadas e alternativas à produção de alimentos, sob uma perspectiva de gênero

- Levantamento e cadastro de necessidades tecnológicas adequadas à pequena produção, por região ou até mesmo por microregião.

Objetivo: Manter atualizada a necessidade e demanda do mercado à pequena produção, especialmente à produção de alimentos básicos para análise das condições de resposta a esta demanda, com perspectiva de gênero.

- Apoio ao desenvolvimento de pesquisas que respondam à adequação tecnológica à mulher produtora de alimentos e à sua transferência, considerando as mulheres trabalhadoras rurais, por sua real contribuição a esta produção;
- Promover a transferência desta tecnologia adequada aos pequenos produtores de alimentos sob uma perspectiva de gênero, apoiando-se o estabelecimento da microagroindústria através da elaboração de programas de comunicação que utilize a mídia e outros meios adequados à falta ou pouca escolaridade da maioria da população rural.

e. Componente de revisão e fortalecimento de preços de produtos da cesta básica e de produtos alimentares transformados, utilizando-se de instrumentos informativos com uma perspectiva de gênero

- Este componente demandaria mudança na vigente política de manutenção de estoques reguladores para manutenção de preços de produtos agrícolas pela competitividade no mercado. Como consequência imediata reduziria ou acabaria com as perdas e desperdício de alta porcentagem de estoques reguladores, como por exemplo, perdas de arroz, feijão e outros grãos;

De acordo com dados apresentados pelo jornal a "Folha de São Paulo", o Brasil desperdiça US\$ 5.4 bilhões em alimentos por ano. Estes são cálculos realizados pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Abastecimento do Estado de São Paulo:

- o valor é correspondente a 1.3% do Produto Interno Bruto (PIB);
- é suficiente para abastecer, com uma cesta básica mensal (36 quilos), os 31.7 milhões de indigentes do país, durante dois anos;
- este cálculo considera somente as perdas agrícolas decorrentes de deficiências nos processos de colheita, transporte e armazenamento de grãos, hortaliças e frutas.

De acordo com o sociólogo Herbert de Souza, que lidera o movimento "Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida", os números do desperdício é surpreendente. "É uma demonstração inequívoca de que a fome do Brasil, sob todos os aspectos, é um absurdo e tem cura."

3. Implementação de um projeto de treinamento com pequenos produtores sob uma perspectiva de gênero a nível micro-região

Considerando-se que identifica-se a importância de formular-se e executar-se projetos de desenvolvimento rural com uma perspectiva de gênero; que o potencial de produtividade e de participação das mulheres na força de trabalho da unidade familiar foram identificados através do estudo realizado e fundamento a este trabalho com alto porcentagem, estes fatores poderiam se melhor aproveitados se conhecimentos, tecnologias e informações agropecuários a respeito de preços e mercados fossem transferidos com uma perspectiva de gênero. Estes argumentos são alguns dos indicadores para propor-se o desenvolvimento de um projeto de treinamento com pequenos produtores sob uma perspectiva de gênero e abrangendo uma determinada micro-região.

Um projeto desta natureza buscaria validar tecnologias adequadas ao pequeno produtor com perspectiva de gênero e outras atividades agrícolas, possibilitando dimensionar com mais aproximação o valor da contribuição das mulheres trabalhadoras ao desenvolvimento, elaborar-se um diagnóstico com perspectiva de gênero sobre o trabalho das mulheres na produção de alimentos e, a partir deste diagnóstico poder-se formular e executar um projeto com perspectiva de gênero.

O nível conceitual e teórico com que se trata da necessidade de integrar-se uma perspectiva de gênero aos projetos de desenvolvimento, por si só, justificaria a apresentação da presente Proposta.

a. Alguns pressupostos básicos

- Que tenha uma abordagem prática, isto é, de elaboração de um diagnóstico da pequena produção, enfocando-se as mulheres produtoras de alimentos, sob uma perspectiva de gênero.
- Que este diagnóstico tenha presente que objetiva a formulação de um projeto com a Unidade de Produção Familiar, com equidade de gênero.
- O instrumento chave a ser utilizado seria o "treinamento" em como entender as questões de gênero junto ao trabalho da unidade de produção familiar; portanto, uma metodologia participativa de treinamento/ação, a nível local.
- Simultaneamente ao diagnóstico/formulação do projeto, torna-se importante discutir com as instituições as necessidades identificadas de transferir tecnologias adequadas às questões das mulheres trabalhadoras rurais; uma capacitação e treinamento para uma maior produtividade e melhoras condições para as negociações comerciais, com uma perspectiva de gênero.
- O mesmo dever-se-á ser realizado com a re-ativado da reforma agrária, considerando-se a equidade de gênero: reativar, no sentido de trabalhar as mulheres trabalhadoras rurais e a Instituição responsável pelas questões da reforma agrária para que faça valer o direito das mulheres à propriedade e título da terra;
- Considerar-se que, para desenvolvimento para a aquisição de um espírito empresarial, as mulheres pequenas produtoras de alimentos necessitam perceber a importância das organizações de produção, desde que em grupo possam melhor negociar os preços de seus produtos e melhor conhecer o mercado de produtos da agropecuária.
- Que a capacitação em gestão sob uma perspectiva de gênero constitui-se em objeto de grande importância para a eficácia de suas ações administrativas;
- Buscar transferir os ensinamentos que emergirão deste experimento, como projeto experimental, com a organização de um centro de treinamento sobre formulação de projetos com perspectiva de gênero;
- Que uma proposta desta natureza deva ser assumida por um organismo internacional como o BID, aliado a setor governamental que possa ser estrategicamente selecionado.

4. Formulação de uma proposta de um forum de debates sobre a metodologia de coleta de dados do setor agropecuário e seu processamento, gerados pelos órgãos oficiais de estatística com uma perspectiva de gênero

Considerando-se a necessidade de haver uma uniformidade metodologica, no interior do universo estatístico nacional e uma incorporação de uma perspectiva de gênero, propõe-se promover a realização de um "forum de debates" entre os órgãos oficiais de estatísticas, universidades, organizações governamentais e não-governamentais e pesquisadores para chegar-se a aproximações consensuais a respeito do onde e como integrar a perspectiva de gênero na geração destes dados.

Isto significaria proporcionar condições de apoio esforços de aprimoramento da geração de dados, a nível nacional através dos: Censos de População, Pesquisas por Amostragem de Domicílios (PNADs), Censos Econômicos, Censo Agropecuário, DATAPREV, DATSUS, RAIS, objetivando avaliar a existência ou não de evidências que demonstrem um subdimensionamento do trabalho das mulheres nas áreas rural e urbana, assim poder melhor dimensionar a participação da mulher na população economicamente ativa e sua contribuição ao PIB.

Este aprimoramento levaria a que as mulheres trabalhadoras adquirissem maior visibilidade ao seu trabalho, obtendo-se estimativas que mais se aproximassem da realidade pela consideração das questões de gênero.

- Seria necessário a elaboração de um projeto de um "forum de debates sobre metodologias de coleta de dados e sua análise" a ser apresentado á organismos internacionais e nacionais para possibilitar um financiamento e definir-se a instituição a ser responsável pela elaboração e execução do projeto. Temos a sugerir que este trabalho poderia ser liderado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o apoio de universidades, centros de pesquisas governamentais e não-governamentais;
- este Forum de Debates poderia torna-se um espaço permanente de discussões sobre a questão dos dados estatísticos e a perspectiva de gênero, considerando-se, a dinamicidade da questão e a necessidade de fazer-se visível o trabalho da mulher, com equidade em seu tratamento;
- o trabalho teria também como objetivo a sensibilização dos formuladores de políticas, usuários de dados estatísticos que, então, não mais refletiriam a neutralidade neles contida; as instâncias destes órgãos oficiais através da análise de seus instrumentos metodológicos para buscar-se as evidências que possam demonstrar se há ou não e onde estão os problemas relativos ao tão preocupante problema do subregistro de dados sobre a participação e contribuição da mulher na PEA e no PIB, do país.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. s.f. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Bra., Hictec Anpocs, Unicamp.
- ALVES, E.R.A.; CONTINI, E. 1988. A modernização da agricultura brasileira. Brasília.
- _____. 1988. pobreza rural o Brasil: Desafio da extensão e da pesquisa. 4 ed. Brasília, CODEVASF.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. 1991. Proposta de aplicação. Brasília, Bra., Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
- BLAY, E.A. 1976. Trabalho feminino remunerado e não remunerado: Uma falsa fonte de desigualdade. Brasília, Bra. Cadernos CERU no. 9.
- BRUSCHINI, C. 1988. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: Algumas comparações regionais. Rio de Janeiro, ANPOCS. Mimeo.
- _____. 1990. Desenvolvimento, recessão e trabalho feminino. Ciência e Cultura 42(3-4).
- CAMARANO, A.A.; BELTRAO, K. s.f. Uma abordagem das questões relacionais a sua população. Brasília, Bra. Apresentado a: Missão PRSD-UNFPA.
- CARVALHO, J.C.M. 1992. O desenvolvimento da agropecuária brasileira: Da agricultura escravista ao sistema agroindustrial. Brasília, Bra., EMBRAPA-SPI.
- CONFERENCIA MUNDIAL PARA EL EXAMEN Y LA EVALUACION DE LOS LOGROS DEL DECENIO DA LAS NACIONES UNIDAS PARA LA MUJER: IGUALDAD, DESARROLLO Y PAZ. 1985. Informe. Nairobi, ONU. Mimeo.
- CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS (1991, BRASILIA, BRA.). Brasília, Bra., CONTAG.
- COSTA, L. 1990. Aumento da participação feminina: Uma tentativa de explicação. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais (7.). Anais. Brasília, Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- CONSTITUIÇÃO DE 1988. s.f. Brasília, Bra.
- CUNHA, A.; MUELLER, CH. 1988. A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Diagnóstico regional Região Centro-Oeste. In A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Brasília, IPEA/PNUD.

- EMBRATER (EMPRESA BRASILEIRA DE ASISTENCIA TECNICA Y EXTENSION RURAL). 1988. O sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural (o sistema EMBRATER): Desempenho operacional. Brasília. Folheto.**
- FAGUNDES, M.H. 1987. Comentários sobre o crédito rural no Brasil e sua evolução recente. Brasília, Ministério da Desburocratização.**
- FAO (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION. 1976. Urbanización, alimentación y nutrición em América Latina. Santiago, Chile.**
- FLETCHER, B. 1974. Brasil desperdiça US\$5,4 bi em alimentos. Folha de São Paulo, (Bra.); Dec. 19: B-1.**
- FONSECA, D.M. 1986. O papel da mulher no desenvolvimento rural no Brasil. Brasília, Ministério da Agricultura, Coordenadoria de Programas Especiais de Desenvolvimento Rural. Mimeo.**
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 1987. Demanda e oferta de alimentos. In Análise e Conjuntura. Belo Horizonte, Bra., FIP.**
- _____. s.f. Crescimento da oferta e demanda de alimentos básicos no nordeste - projeção para o ano 2000.
- GABRIEL, L. 1970. A extensão rural no Brasil. Rio de Janeiro. Mimeo.**
- GOVERNO DO BRASIL. 1980. Um projeto de reconstrução nacional, as ações do governo e suas ações de longo prazo, cuja reconstrução seria recuperar a década perdida.**
- HOMEM DE MELO, F. 1983. O problema alimentar no Brasil: A importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra.**
- _____. 1987. Um diagnóstico sobre produção e abastecimento alimentar no Brasil. São Paulo, FCPC/USP. Mimeo.
- JANVRY, A. 1981. The agrarian question and reformism in Latin America. Baltimore, Maryland, John Hopkins University Press.**
- JATOBA, J. 1983. Emprego no nordeste, 1950-80. Recife, Bra., SUDENE.**
- IBAM; UNICEF (FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA). 1991. Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, Bra.**

- IDB (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK). 1990. *Economic and social progress in Latin America*. Washington, D.C., Johns Hopkins University Press.
- IICA (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA). 1992. *Bases conceptuais para sua atuação no Brasil*. Brasília, Programa Organizacao e Administração para o Desenvolvimento Rural.
- INSTITUTO DE LA MUJER; MINISTERIO DE ASSUNTOS SOCIALES DE ESPANA; FLACSO (FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIAIS). 1992. *Mujeres latinoamericanas en cifras*. Brasília, Bra. v.1.
- KINZO, M.D. 1986. *Small producers and the state: Agriculture and the amazon frontier*. Tese. Universidade de Manchester. Mimeo.
- LAVINAS, L. s.f. *Mudanças técnicas, ação do estado e trabalho feminino. Um estudo de caso: Juazeiro, Bahia*. Paris, Centre de Recherche et Documentation Sur l'Amérique. Mimeo.
- _____. s.f. *O trabalho feminino na área rural*. In *Mulher trabalhadora*. São Paulo, Bra. Caderno da CUT.
- MAPA DA MISERIA. 1993. *Folha de São Paolo*. (Bra.)
- MARTINE, G. 1987. *Exodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola*. In *Os impactos sociais da modernização agrícola*. G. Martini, R. Coutinho (Org.). Sao Paulo, Bra., Caetés.
- _____.; GARCIA, R. 1987. *A modernização agrícola e a panela do povo*. In *Os impactos sociais da modernização agrícola*. G. Martine, R. Coutinho (Org.). São Paulo, Bra., Caetés.
- _____.; NEIVA, I. s.f. *Evolução da participação da mulher na atividade agropecuária. ¿O que dizem os censos?* In *Seminário Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política*. Anais. Rio de Janeiro, Bra. Mimeo.
- PORTES, A.; SCHAUFFLER, R. 1993. *Competing perspectives on the Latin American informal sector*. *Population and Development Review* 19(1).
- MORVAN, M.M 1990. *Evolução da população e questão social*. In *Encontro Nacional de Estudos populacionais (7.)*. Anais. v.2. Brasília, Bra., Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- OLINGER, G. 1985. *Política agrária*. Brasília, Bra., EMBRATER. Mimeo.

- ONU (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS). 1985. Informe de la Conferencia Mundial para el Examen y la Evaluación de los Logros del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer: Igualdad, Desarrollo y Paz. Nairobi. Mimeo.
- PADILLA, R. 1984. A extensão rural no Brasil. Brasília. Mimeo.
- PEDREIRA FILHO, W.S. 1988. Que paradigma para qual política pública? Sociedade e Estado 3(1-2). Brasília, Bra.
- PORTES, A.; SCHAUFFLER, R. 1993. Competing perspectives on the Latin American informal sector. Population and Development Review 19(1).
- RIOS-NETO, V.; GOZA, F.W. 1990. Participação feminina na PEA rural: O papel do estado civil no padrão de atividade. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais (7., 1990). Anais. v.2. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- SILVA, A.F.A. DA. 1978. O crédito rural como fator de fomento a agropecuária. Araxá-MG.
- SILVA, J.F.G. 1978. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec.
- _____. *et al.* 1982. Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. 1982. J.G. Silva (Coord.). Campinas, UNICAMP/IICA. Mimeo.
- SORIANO, J.; FREITAS, E. 1987. O impasse na reforma agrária. Caderno CEAC/UnB 1(2).
- SORJ, B.; WILKINSON, J. 1983. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In Sociedade e Política no Brasil. São Paulo.
- SPINDEL, C.R.; CUPERTINO, M.A.; REDKO, C. 1988. Estudo sobre a situação da mulher na agricultura e o desenvolvimento rural. Brasília, Bra., Ministério da Agricultura.
- SUAREZ, M. 1980. Agregados, parceiros e posseiros: A transformação do campesinato no centro-oeste. In Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. 1979. Everlasting golden seratoes: The study of a productive process in the brazilian central plateau. Tese. Bra., Universidade de Cornell.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). 1993. Human development report. New York, Oxford University Press.

WOORTMANN, E.F. 1991. Da complementariedade a dependencia: A mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do nordeste. Bra., Universidade de Brasília. Série Antropologia no. 111. Mimeo.

ANEXOS

Anexo 1

Tabelas Complementares ao Texto (Dados Demográficos)

Anexo 1:

Tabelas Complementares ao Texto (Dados Demográficos)

Tabela 1. Força de trabalho segundo ramos de atividade econômica (Brasil - 1960/1986). (1000 hab.)

Ramo de Atividade	AÑO					
	1960		1970		1986	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Agropecuária, extrativa vegetal e pesca	12 278	54.0	13 087	44.3	12 661	29.3
2. Indústria	2 940	12.9	5 296	17.9	10 772	24.8
3. Comércio	1 478	6.5	2 247	7.6	4 038	9.3
4. Serviços (a)	5 341	23.5	7 775	26.3	14 043	32.6
5. Administração pública	713	3.1	1 152	3.9	1 782	4.0
6. Total da PEA	22 750	100.0	29 557	100.0	43 236	100.0
7. Total de população de 10 anos e mais	48 840		65 867		87 805	
8. Taxa de participação (6/7)	46.6		44.9		55.7	

Fonte: Censos Demográficos; Anuário Estatístico, 1987 e PNAD, 1986. FIBGE.

(a) Inclui outras atividades.

Tabela 2. Característica de força de trabalho (Brasil-1960/1986) (a).

Especificação	1960			1986		
	Nº	%	Taxa de Participação (b)	Nº	%	Taxa de Participação
1. Sexo						
Homens	18 673	82.1	77.2	37 597	66.2	75.6
Mulheres	4 077	17.9	16.6	19 220	33.8	36.8
2. Idade						
10-19	4 708	20.7	39.8	10 870	19.1	36.9
20-59	16 759	73.7	74.6	43 532	76.6	69.0
60 +	1 283	5.6	56.8	2 415	4.3	38.0
3. Educação						
- de 1 ano de estudo e sem instrução	9 697	42.6	61.3	9 957	17.5	48.9
+ de 1 ano de estudo	13 053	57.4	53.6	46 859	82.5	57.5
4. Rendimento (c)						
10-	-	1.9	-	-	1.0	-
50-	-	17.4	-	-	13.5	-
10+	-	39.6	-	-	47.5	-
Coefficiente de Gini	0.497	-	-	0.595	-	-

Fonte: Censo Demográfico de 1960 - FIBGE e PNAD. Face às dificuldades com o censo de 1960, e por se tratarem de fontes diferentes, ainda que da mesma origem, os resultados dessa tabela devem ser observados em relação a direção das mudanças, e não propriamente quanto às magnitudes.

- (a) População economicamente ativa de 10 anos e mais.
 (b) População economicamente ativa sobre população de 10 anos e mais.
 (c) Obtido de Médici (1988a:142) e Médici (1988b:150).
 Exclui os "sem rendimentos".

Tabela 3. Sementação do mercado de trabalho e taxa de desemprego urbano (Brasil e regiões).

Discriminação	BRASIL				SUDESTE		NORDESTE	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983	1981	1983
I. Mercado de trabalho								
Formal	67.9	65.5	72.3	69.1	52.8	49.9	49.9	49.9
Informal	32.1	34.5	27.7	30.9	47.2	50.1	50.1	50.1
II. Taxa de desemprego urbano	6.1	6.9	6.4	7.4	6.5	6.9	6.5	6.9

Fonte: Jatoba (1989). Dados originais da PNAD/FIBGE, Tabulações Especiais do Ministério do Trabalho.

Tabela 4. Desemprego aberto e trabalho precário (Grande São Paulo - 1985/1989).

Tipologia de desemprego	1985	1986	1987	1988	1989
Desemprego total	12.2	9.6	9.2	9.7	8.7
Aberto	7.6	6.0	6.3	7.0	6.5
Oculto	4.6	3.6	2.9	2.7	2.2
Trabalho precário	2.9	2.0	1.7	1.8	1.5
Desalento	1.7	1.6	1.2	0.9	0.7

Fonte: SEP - Convênio SEADE/DIEESE/UNICAMP.

Tabela 5. Brasil e Nordeste: População economicamente ativa* e população por sexo (1970-1985).

Período	PEA											
	Brasil				Nordeste				Pessoas ocupadas			
	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS
1970**	23 391 777	6 165 447	6 741 979	1 611 463	-	-	-	-	-	-	-	-
1976	23 283 678	11 434 238	8 321 112	3 270 666	27 766 613	11 229 621	8 167 686	3 215 175				
1980	31 392 986	11 842 726	8 295 337	2 862 422	30 766 159	11 505 367	8 083 362	2 748 577				
1983	34 128 520	16 812 180	9 267 403	4 547 953	32 460 376	16 006 117	3 929 654	4 365 680				
1985	36 991 845	18 664 169	10 110 805	5 032 221	35 820 339	17 940 400	9 869 520	4 889 760				
1987	38 873 968	20 668 990	10 402 293	5 353 491	37 558 691	19 851 284	10 067 456	5 147 915				

* PEA: pessoas economicamente ativas, inclui os "procurando trabalho"

** População ocupada: que efetivamente trabalharam no ano de referência.

*** Em 1970 não há dados sobre a população ocupada.

Fontes: 1970: IBGE, Censo Demográfico e SUDENE: Indicadores Sociais do NE.
1976, 1983, 1985 e 1987: IBGE, PANDs.
1980: IBGE, Censo Demográfico - Mão-de-obra.

Tabela 6. Brasil e Nordeste: Taxas de atividades* masculina e feminina, total e segundo a condição do domicílio (1970-1985).

ANO	CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO	BRASIL			NORDESTE		
		HS	MS	HS	MS	HS	MS
1970	Total	71.9	18.2	73.4	16.3		
	Urbana	65.5	22.3	61.8	19.2		
	Rural	80.1	12.2	81.4	13.6		
1976	Total	73.6	28.8	73.5	28.7		
	Urbana	68.6	28.9	68.6	28.9		
	Rural	82.9	28.4	82.8	28.1		
1980	Total	72.4	26.6	70.4	22.7		
	Urbana	70.0	30.5	63.8	26.1		
	Rural	77.6	17.1	77.8	18.6		
1983	Total	74.8	35.6	73.4	33.7		
	Urbana	71.6	35.6	66.6	37.3		
	Rural	83.0	35.4	81.5	35.2		
1985	Total	76.0	36.9	75.4	35.2		
	Urbana	73.1	37.6	69.2	34.5		
	Rural	83.9	35.7	82.8	35.7		
1987	Total	76.6	38.6	74.8	35.2		
	Urbana	74.2	39.8	69.7	36.5		
	Rural	83.0	35.5	80.9	33.3		

Fontes: 1976, 1983, 1985 e 1987: IBGE/PANDs.

1970-1980: IBGE, Censo Demográfico, mão-de-obra.

* Porcentagem de trabalhadores e de trabalhadoras sobre os totais de homens e de mulheres de 10 anos e mais.

Tabela 7. Brasil e Nordeste: Distribuição percentual de população fora da PEA por situação de atividade e condição de domicílio (1976).

CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	SITUAÇÃO DE INATIVIDADE																	
	TOTAL		AFAZERES DOMÉSTICOS		FREQÜENCIA ESCOLAR		APOSENTADO OU PENS.		VIVEN DE RENDA		DOENTES E INVALIDOS		TOTAL					
	HOMEN	MULHER	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M				
BRASIL	10 124 506	28 304 617	1.0	66.3	62.4	24.8	19.3	4.9	0.9	0.3	6.5	1.8	9.9	1.9				
Chefes de família	2 251 888	1 927 910	0.2	55.4	1.2	1.1	78.0	36.1	3.9	2.6	13.8	4.1	2.9	0.8				
Cônjuges	-	14 210 978	-	97.2	-	0.4	-	1.5	-	0.04	-	0.7	-	0.07				
Filhos	7 102 479	9 800 906	1.3	29.1	82.9	64.9	0.4	0.2	0.02	0.04	3.7	1.6	11.7	4.2				
Pais, Sogros...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Parentes	603 970	1 973 945	1.3	43.4	48.1	22.0	24.9	22.1	0.9	0.8	10.5	7.9	14.2	3.9				
Agreg., Pens...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Não-Parentes	166 171	390 878	1.3	47.3	67.6	39.4	8.2	6.0	0.2	0.2	7.9	2.9	14.8	4.2				
NORDESTE	27 121 188	8 575 044	2.8	66.5	57.4	23.4	16.3	4.9	3.5	1.6	6.7	2.1	16.3	2.7				
Chefes de família	504 877	599 632	3.6	52.7	1.3	1.4	79.4	37.4	1.6	1.9	15.2	5.3	2.01	1.02				
Cônjuges	-	3 960 025	-	97.2	-	0.4	-	1.1	-	0.02	-	1.08	-	0.08				
Filhos	1 957 704	3 181 616	3.4	-	72.7	55.1	0.03	-	0.03	-	3.9	-	19.4	-				
Pais, Sogros...	25 434	232 742	-	37.5	-	-	73.3	16.8	-	0.4	20.6	11.4	2.4	9.4				
Parentes	181 639	457 639	3.2	51.5	59.4	39.1	6.4	8.5	-	0.1	8.9	5.8	21.7	4.8				
Agreg., Pens...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Não-Parentes	42 534	143 390	3.2	-	92.0	3.7	37.7	2.4	-	-	-	-	-	-				

Fonte: IBGE, PNAD.

Tabela 8. Brasil e Nordeste: População economicamente ativa no setor agrícola, segundo o censo demográfico e o censo agropecuário de 1980.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	BRASIL				NORDESTE			
	CENSO AGRÍCOLA*	CENSO DEMOGRÁFICO**	(SUBESTIMAÇÃO)	CENSO AGRÍCOLA*	CENSO DEMOGRÁFICO**	(SUBESTIMAÇÃO)	CENSO DEMOGRÁFICO**	(SUBESTIMAÇÃO)
TOTAL	21 163 735	12 661 017	8 502 712	9 333 172	5 400 094	3 933 078	5 400 094	3 933 078
Homens	14 282 767	11 050 510	3 232 257	6 174 477	4 595 860	1 578 617	4 595 860	1 578 617
Mulheres	6 880 968	1 610 507	5 270 461	3 158 695	804 234	2 354 461	804 234	2 354 461

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1980 - Brasil e Nordeste
 IBGE, Censo Demográfico 1980 - Brasil e Nordeste
 Calábria, 1986:63

* pessoas de 14 anos e mais

** pessoas de 10 anos e mais.

Tabela 9. Brasil e Nordeste: População economicamente ativa em números absolutos de 70 a 85.

POPULAÇÃO	1970*			1980			1983			1985			1987			
	BS	MS	ES	BS	MS	ES	BS	MS	ES	BS	MS	ES	BS	MS	ES	
BRASIL																
Total	23 391 777	6 165 447	28 283 678	11 034 238	31 392 986	11 842 726	34 128 520	16 812 180	36 991 845	18 664 169	38 873 948	20 648 990	11 559 078	4 987 788	17 031 808	25 747 907
Urbana	11 559 078	4 987 788	17 031 808	7 765 123	20 602 752	9 646 648	23 516 254	12 612 090	25 747 907	14 288 191	27 480 159	16 171 097	11 832 689	1 257 699	11 251 870	11 244 540
Rural	11 832 689	1 257 699	11 251 870	3 269 115	10 790 234	2 196 078	10 612 266	4 200 090	11 244 540	4 375 978	11 393 809	4 477 893	6 657 042	1 581 419	8 321 112	10 110 805
NORDESTE																
Total	6 657 042	1 581 419	8 321 112	3 232 646	8 295 337	2 862 472	9 267 403	4 547 953	10 110 805	5 082 221	10 402 243	5 353 491	2 771 934	8 844 770	3 223 739	5 039 898
Urbana	2 771 934	8 844 770	3 223 739	1 533 903	3 789 435	1 762 903	4 560 199	2 552 861	5 039 898	2 895 605	5 343 085	3 314 286	4 387 108	737 149	5 097 373	5 078 907
Rural	4 387 108	737 149	5 097 373	1 698 743	4 514 902	1 079 519	4 707 204	1 995 072	5 078 907	2 136 616	5 059 158	2 039 205				

Fontes: IBGE, Censos demográficos e PNADS.

* Para 1970 foram usadas atividades agrícolas e não-agrícolas para comparação com zona urbana e rural.

Tabela 10. Crescimento absoluto e relativo da PEA no período 70 a 80.

	BRASIL		NORDESTE	
	EM MILHÕES	EM %	EM MILHÕES	EM %
PEA Masculina	8.0	34.2	1.6	27.5
PEA Feminina	5.6	92.0	1.5	91.3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 1970 e 1980.

* Para o Nordeste foram utilizadas tabulações especiais dos censos demográficos

Tabela 11. Brasil e Nordeste: Crescimento absoluto e relativo de PEA no período 1976 a 1987.

	BRASIL		NORDESTE		BRASIL		NORDESTE	
	EM MILHÕES	EM %	EM MILHÕES	EM %	EM MILHÕES	EM %	EM MILHÕES	EM %
1976 a 1983	5.8	20.7	1.1	11.4	5.4	47.0	1.3	39.1
1983 a 1985	2.9	8.1	0.8	20.6	1.8	5.6	1.7	10.7
1983 a 1987	4.7	13.9	1.1	12.2	3.9	22.9	0.8	17.7

Tabela 12. Distribuição percentual das pessoas economicamente ativas por estado conjugal e sexo, segundo o setor de atividades (Brasil, 1980).

SETOR DE ATIVIDADE		TOTAL	ESTADO CIVIL			
			SOLTEIRO	CASADO	SEPARADO	VIUVO
TOTAL	HOMENS	30 930 007	37.5	60.5	1.1	0.9
	MULHERES	11 486 872	53.4	36.8	5	4.8
ATIV. AGROPESCUÁRIAS	HOMENS	10 926 939	38.7	59	1	1.4
	MULHERES	1 571 730	45.8	41	5.3	8
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	HOMENS	5 218 274	38.1	60.5	0.9	0.5
	MULHERES	1 324 612	61.3	32	4.1	2.6
IND. DE CONSTRUÇÃO	HOMENS	3 052 285	35.2	62.5	1.5	0.8
	MULHERES	56 190	59.9	32.2	4.6	3.2
OUTRAS ATIV. INDUSTRIAIS	HOMENS	589 994	27.5	70.7	1.1	0.7
	MULHERES	59 965	44.2	43.7	6.7	5.4
COM. DE MERCADORIAS	HOMENS	2 891 916	37	61.3	1	0.7
	MULHERES	1 078 951	57.5	34.7	4.1	3.8
TRANSP. E COMUNICAÇÕES	HOMENS	1 640 736	26	72.3	1.2	0.5
	MULHERES	134 288	56.4	35.1	5.4	3.1
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	HOMENS	3 008 956	38.2	59.6	1.4	0.8
	MULHERES	3 848 763	56.4	31	6.6	6
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	836 254	32.5	65.7	1.1	0.7
	MULHERES	2 057 464	41.3	51.5	3.5	3.7
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	HOMENS	1 333 350	25.3	72.8	1	0.8
	MULHERES	351 652	43.7	47.3	4	5
OUTRAS ATIVIDADES	HOMENS	383 305	42.8	55.8	0.9	0.5
	MULHERES	376 333	64.4	30.2	3.3	2.1
PROCURANDO TRABALHO	HOMENS	613 198	88.3	10.3	1	0.4
	MULHERES	326 924	75	19.9	2.9	2.2

Fonte: IBGE, tabulações especiais (Amostra de 3%).

Tabela 13. Nordeste: Distribuição das pessoas economicamente ativas por estado civil, segundo o setor de atividades a que pertencem - 1980.

SETOR DE ATIVIDADE		TOTAL	ESTADO CIVIL			
			SOLTEIRO	CASADO	SEPARADO	VIUVO
TOTAL	HOMENS	8 179 105	37.2	60.7	1.1	0.9
	MULHERES	2 764 937	30.2	37.1	7.1	5.6
ATIV. AGROPECUÁRIAS	HOMENS	4 543 555	38.1	59.7	1	1.2
	MULHERES	776 701	43.1	40.6	7.6	8.6
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	HOMENS	667 618	36.3	61.9	1.2	0.6
	MULHERES	251 072	52.7	37.8	6.1	3.4
IND. DE CONSTRUÇÃO	HOMENS	637 682	32.6	65.5	1.3	0.6
	MULHERES	9 733	57.2	31.5	7.7	3.7
OUTRAS ATIV. INDUSTRIAIS	HOMENS	130 018	25.9	72.4	1.2	0.5
	MULHERES	15 126	39	44.6	10.3	6.1
COM. DE MERCADORIAS	HOMENS	639 489	32.2	65.7	1.3	0.8
	MULHERES	221 452	49	38.4	7.1	5.5
TRANSP. E COMUNICAÇÕES	HOMENS	289 893	25.4	72.7	1.4	0.4
	MULHERES	18 963	58.6	32	6.7	2.8
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	HOMENS	507 752	39	58.8	1.5	0.7
	MULHERES	760 363	58.1	27.1	9.2	5.5
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	154 294	30.1	68.1	1.2	0.6
	MULHERES	465 474	41.3	51	4.4	3.4
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	HOMENS	265 868	24.4	73.6	1.2	0.8
	MULHERES	85 782	43.3	47.2	4.9	4.6
OUTRAS ATIVIDADES	HOMENS	127 554	42	56.5	1.1	0.5
	MULHERES	50 693	63.5	27.9	5.9	2.6
PROCURANDO TRABALHO	HOMENS	206 375	88.6	10	1	0.4
	MULHERES	109 578	78.1	15.9	3.6	2.4

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico - Mão-de-obra, 1980.

Tabela 14. Brasil: Taxas de atividades econômicas por posição na família, 1976 a 1987.

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	BRASIL							
	1976*		1980		1987		1987	
	IB	MS	IB	MS	IB	MS	IB	MS
Chefe	88,5	45,2	87,7	50,0	88,5	52,0	88,5	52,0
Chapeleiro	-	20,7	75,7	32,9	78,5	35,6	78,5	35,6
Filho	54,5	31,3	61,0	34,8	61,0	37,1	61,0	37,1
Pai/Seguro	22,5	8,0	-	-	-	-	-	-
Outros parentes	67,2	32,6	64,4	24,1	65,3	27,9	65,3	27,9
Agregados	64,5	21,5	-	-	-	-	-	-
Posicionistas	88,8	82,6	-	-	87,2	80,4	-	-
Empregados Domésticos	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-
Outros**	86,0	75,9	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - PNADs.

* Posição no domicílio em 1976.

** Membros de grupo convivente.

Tabela 15. Nordeste: Taxas de atividades econômicas por posição na família.

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	NORDESTE							
	1976*		1980		1987		1983	
	IB	MS	IB	MS	IB	MS	IB	MS
Chefe	90,8	50,1	88,7	41,6	89,3	44,7	88,7	50,0
Chapeleiro	-	20,0	78,2	18,5	74,4	33,8	90,4	34,8
Filho	54,9	26,7	25,7	9,3	60,5	31,1	58,7	26,2
Pai/Seguro	27,5	9,1	20,3	6,5	-	-	-	-
Outros parentes	63,9	24,3	37,8	8,8	58,8	21,7	61,3	24,1
Agregados	71,2	18,0	58,4	15,4	-	-	-	-
Posicionistas	94,0	80,8	78,3	41,5	84,1	79,2	81,2	73,7
Emp. Domésticos	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-
Outros**	8,2	56,1	25,7	13,5	-	-	-	-

Fontes: 1976, 1985 - IBGE, PNADs.

1980, Censo Demográfico, Mão-de-obra.

* Posição no domicílio em 1976

** Membros de grupo convivente em 1976, parentes do empregado em 1980.

Tabela 16. Taxas de participação feminina por idade em Brasil (1950-1980).

IDADE	1950	1960	1970	1980
10-19	15.7	15.0	14.6	19.9
20-29	16.6	29.8	26.0	37.7
30-39	11.5	17.0	20.9	34.2
40-49	10.7	16.7	19.9	30.1
50-59	9.5	14.6	15.5	21.4
60-69	7.8	11.5	10.1	10.6
70+	4.6	6.3	4.7	2.8
Total	13.6	16.6	18.4	26.9

Fontes: FIBGE, Censos demográficos, conforme computado em MPAS/SEADE, Padrão demográfico brasileiro e a previdência social, 1980 (Relatório Final), Capítulo 3, Mercado de Trabalho, p.8

Tabela 17. Estado de São Paulo: Participação feminina por idade (1940-1980).

Idade	1940*	1950	1960	1970	1980
10-14	35.7	20.1	16.2	8.8	10.5
15-19	71.7	46.1	46.8	39.4	47.3
20-24	34.6	34.6	30.4	39.3	49.6
25-29	27.1	24.6	28.2	28.1	41.7
30-34	20.0	22.9	22.6	24.7	38.9
35-39	15.0	19.2	19.5	23.2	37.3
40-44	15.9	19.0	19.5	22.0	34.4
45-49	14.9	17.4	17.6	18.9	28.8
50-54	13.8	15.5	14.4	23.0	23.0
55-59	11.8	13.4	11.5	11.1	16.9
60-64	11.5	11.6	9.3	7.5	10.3
65-69	9.5	9.4	6.7	5.3	5.7
70 e mais	6.9	7.4	3.6	2.5	2.2
Total	31.6	25.5	24.0	23.3	32.6

Fontes: FIBGE, Censos demográficos.

(*) Para 1940 foram usados os dados republicados juntamente com os resultados do censo de 1950.

Anexo 2

**Tabelas Complementares ao Texto
(Dados de Produção)**

Tabela 18. Brasil: Rendimentos (kg/ha) e área colhida (em mil) para quinze produtos selecionados.

Produtos	Períodos					
	1966 - 70		1975 - 79			
	Área (1)	Rendimentos (2)	Área (3)	Rendimentos (4)	$\frac{(2)}{(1)}$	$\frac{(4)}{(3)}$
Aroz	4 471	1 370	5 718	1 426	1.28	1.04
Feijão	3 551	604	4 324	500	1.22	0.77
Mandioca	1 798	14 429	2 135	12 116	1.19	0.84
Batata	200	6 941	196	9 755	0.98	1.40
Cebola	50	5 384	59	8 188	1.18	1.52
Tomate	42	17 469	50	25 033	1.19	1.43
Milho	9 415	1 358	11 189	1 472	1.19	1.08
Amendoim	645	1 236	285	1 419	0.44	1.15
Banana (*)	321	1 608	328	1 205	1.02	0.75
Laranja (**)	178	76 117	443	85 405	2.49	1.12
Soja	810	1 062	7 073	1 527	8.73	1.44
Café	2 689	860	1 754	1 125	0.65	1.31
Cana	1 680	45 783	2 226	51 544	1.33	1.12
Algodão	3 982	483	3 795	627	0.95	1.30
Trigo	1 164	889	3 250	778	2.79	0.87

(*) Banana: rendimento em cachos/ha

(**) Laranja: rendimento em frutos/ha

Fonte: SUPLAN/MA e FIBGE.

Tabela 19. Brasil: Rendimentos (kg/ha) para quinze produtos selecionados.

Produto	1976/72 (Q)	1979/81 (Q)	1985/87 (Q)	VARIACÃO % (Q/D)
Arroz	1 508	1 638	1 834	21,62
Frijolo	665	648	428	(-35,6)
Maniôca	14 560	11 776	12 305	(-15,5)
Banan	7 609	10 797	12 328	62,0
Cebola	5 520	10 314	10 832	96,2
Tomate	17 576	28 759	35 789	103,6
Milho	1 397	1 665	1 834	31,3
Banan (*)	1 916	1 183	1 140	(-40,5)
Trigo	746	883	1 489	100,0
Amendoim	1 313	1 534	1 756	33,7
Soja	1 304	1 583	1 791	30,4
Café	1 077	1 187	1 320	21,6
Can-de-epilax	46 664	55 639	62 764	34,5
Laranja (**)	71 888	90 733	101 670	30,5

Fontes: SUPLAN/MA e FIBGE.

(*) Rendimento em cachos por ha.

(**) Rendimento em frutos por ha.

Tabela 20. Região Sul: Taxas médias anuais de crescimento da produção de 14 lavouras nos períodos de 1965/1980 e 1976/1986.

Produtos	Períodos	
	1965/80	1976/86
Arroz	3,98	3,15
Frijolo	-1,32	0,41
Maniôca	-4,68	-3,34
Milho	4,75	2,78
Banan-laranja	3,49	-3,34
Banan	6,95	4,11
Laranja	2,99	-1,85
Tomate	21,59	-1,51
Cebola	3,78	5,87
Trigo	12,29	4,31
Soja	17,64	-0,37
Can-de-epilax	-	14,90
Café	-9,18	3,32
Algodão	1,62	10,20

NOTA: Taxas médias anuais de crescimento estimadas a partir de médias móveis trienais calculadas com base em séries históricas de produção da FIBGE e do SEP (Serviço de Estatísticas da Produção) do Ministério da Agricultura.

Tabela 21. Paraná: Impacto da expansão do cultivo de soja sobre 13 lavouras selecionadas do período 1965/1980.

Produtor	Área (ha)		Variação Exatidão de Área	Exatidão Exatidão	Exatidão Substituição
	1965	1980			
Arroz	348 553	329 820	-38 733	240 678	-279 411
Frijolo	649 449	804 821	144 381	418 229	-253 848
Batata-Ing.	37 232	45 566	8 334	24 314	-15 980
Maniôca	88 631	49 004	-39 597	57 879	-97 476
Milho	1 266 886	2 145 760	879 072	827 191	51 881
Soja	35 183	2 339 153	2 303 970	22 976	2 280 994
Feno	7 704	22 451	14 750	5 029	9 721
Almôndeam	28 817	42 888	14 071	18 818	-4 747
Laranja	5 319	4 463	-856	3 473	-4 309
Banana	8 107	4 688	-3 419	5 294	-8 713
Café	1 272 749	651 940	-620 809	831 149	-1 451 958
Cana	37 208	59 514	21 946	24 553	-2 637
Algodão	322 465	309 538	-12 925	210 581	-223 516
Total	4 119 483	6 829 648	2 680 165	2 680 165	

Fonte: Anuários estatísticos da FIBGE.

(1) Os dados referentes a 1965 e 1980 correspondem, respectivamente, às médias trienais dos períodos 1964-1966 e 1979-1981.

Tabela 22. Brasil e regiões: Crescimento da população urbana como porcentagem da população rural no período base.

Região	1949-59	1969-79	1979-89
Norte	16,56	29,82	41,70
Nordeste	12,33	26,95	28,88
Sudeste	31,39	56,99	87,35
Sul	17,43	37,05	39,80
Centro-Oeste	15,45	44,44	73,88
Brasil	17,80	37,75	53,60

Fonte: Anuário estatístico da FIBGE.

Tabela 23. Brasil e regiões: Evolução da relação área de lavouras por pessoal ocupado na agropecuária.

Região	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Norte		0,72	0,79	0,66	0,85	0,90	0,95
Nordeste	1,26	1,22	1,31	1,36	1,26	1,32	1,39
Sudeste	1,87	2,11	2,21	2,43	2,52	2,81	2,86
Sul	1,97	2,32	2,35	2,63	2,69	3,32	3,28
Centro-Oeste	1,95	1,58	1,98	2,59	3,57	4,82	5,28
Brasil	1,66	1,74	1,84	1,95	1,97	2,32	2,25

NOTA: O dado referente à região norte, para o ano de 1940, não é apresentado em razão da notória superestimação do censo agropecuário daquele ano em relação à área de lavouras dos estados nordestinos.

Fontes: Censos Agropecuários da FIBGE.

Tabela 24. Brasil e regiões: Indicadores de mecanização nos períodos 1970/75 e 1980/85.

Ano	Pessoal empregado (milhares)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1970	628,77	1 020,53	47,58	64,94	89,64	106,00
1975	815,14	579,72	31,43	33,23	41,92	62,97
1980	283,00	245,31	21,29	18,70	21,22	34,82
1985	366,70	271,00	26,00	15,87	16,31	35,70

Fontes: FIBGE - Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980 e sinopse preliminar do Censo de 1985.

Tabela 25. Regiões sudeste e sul: Evolução do índices de salários rurais (diaristas).

Anos	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS
1969	100	100	92	89	97	98	104
1970	100	100	100	100	100	100	100
1971	108	103	97	104	112	100	103
1972	114	110	101	113	107	109	112
1973	148	132	118	135	123	125	129
1974	178	167	127	156	154	145	142
1975	196	184	155	156	172	172	152
1976	186	187	158	157	159	160	145
1977	187	200	171	175	155	156	147
1978	185	200	173	169	154	157	142
1979	192	191	168	157	141	155	146
1980	185	183	152	151	163	163	147
1981	177	175	147	143	174	156	140
1982	155	167	147	143	159	159	143
1983-jan.	125	156	137	131	137	153	150
1983-dez.	126	141	118	108	114	131	122

Fontes: Centro de Estudos Agrícolas IBRE/FGV, e Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Tabela 26. Brasil e regiões sudeste e sul: Evolução do efetivo bovino e da produção de leite - período 1973-1985.

Anos	Efetivo bovino (1000 cabeças)			Produção de leite (em mil litros)		
	Sudeste	Sul	Brasil	Sudeste	Sul	Brasil
1973	32 483	20 554	90 830	5 269 925	2 269 241	9 301 657
1974	30 385	20 783	92 495	3 834 964	1 612 409	7 101 261
1975	35 586	21 668	102 532	4 277 148	1 790 156	7 947 378
1976	37 073	22 200	207 349	4 443 414	1 813 419	8 256 942
1977	36 310	21 983	107 297	5 170 445	2 130 099	9 565 637
1978	35 516	21 021	106 943	5 286 767	2 102 898	9 782 769
1979	35 116	21 160	104 117	5 496 072	2 162 402	10 187 228
1980	35 126	24 609	118 971	5 668 707	2 371 597	11 162 245
1981	35 045	24 838	121 785	5 903 754	2 594 822	11 363 927
1982	35 137	24 804	123 488	5 960 162	2 657 182	11 461 215
1983	35 084	24 431	124 185	6 123 387	2 657 182	11 463 018
1984	34 988	24 272	127 654	6 113 462	2 624 992	11 932 908
1985	35 660	24 742	127 643	6 094 840	2 667 802	12 078 399

Fontes: Anuários estatísticos da FIBGE.

Anexo 3

**Quadros Complementares dos Resultados
da Pesquisa de Campo**

Quadro 1. Contribuição relativa da mulher rural na renda familiar. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Mulher Rural		Outros Membros *		TOTAL **
	Total	Percentual	Total	Percentual	
SC	7 783,5	34,8%	14 557,5	65,2%	22 341,0
PR	5 284,5	39,8%	7 984,5	60,2%	13 269,0
CE	0,0	0,0%	3,0	100,0%	3,0
Total	13 068,0	36,6%	22 545,0	63,3%	35 613,0 *

Valores expressos em número de Jornadas / Ano

Uma jornada significa 10 a 12 horas de trabalho por dia

* Outros Membros incluem homens e dependentes de ambos os sexos

** Jornadas de trabalho totais na agricultura e na pecuária

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro II. Distribuição relativa da mulher rural por principal fonte de renda. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

	Assalariada *			Produção Agrícola **			Produção Pecuária **			Transf. de Proibitos ***		
	Qtd.13	%	Total1	Qtd.14	%	Total5	Qtd.15	%	Total5	Qtd.16	%	Total7
SC	9	22,5%	40	3 672	26,8%	13 968	4 092	49,0%	8 353	38	44,7%	85
PR	11	28,2%	39	2 496	26,8%	9 301	2 789	70,3%	3 968	52	41,9%	124
CE	1	3,4%	29	0	0,0%	3	0	0,0%	0	147	45,7%	322
Total	21	19,4%	108	6 168	26,5%	23 272	6 881	55,8%	12 321	237	44,6%	531

11 - Total de pessoas nas unidades produtivas que recebem algum tipo de salário

12 - Mulheres nas unidades produtivas que recebem algum tipo de salário

13 - Total de jornadas de trabalho de todas as pessoas nas unidades produtivas relativas a Agricultura

14 - Total de jornadas de trabalho pertencentes a Mulheres na Agricultura

15 - Total de jornadas de trabalho de todas as pessoas nas unidades produtivas relativas a Pecuária

16 - Total de jornadas de trabalho pertencentes a Mulheres na Pecuária

17 - Total de pessoas nas unidades produtivas que realizam transformação de produtos para vender

18 - Mulheres assalariadas que vivem em casa e tem algum tipo de salário

** Produção Agrícola/Pecuária em número de jornadas / ano

(uma jornada representa de 10 a 12 horas de trabalho por dia)

*** Transformação de diversos tipos de produtos que a Mulher elabora

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro III. Características das unidades produtivas quanto a tamanho e força de trabalho. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

Força de Trabalho *														
Própria														
U.F.	Tamanho (HA) %						Feminino			Masculino			Total	
	< 5	5-10	11-20	21-50	> 50	Totál	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
SC	2.0%	12.0%	28.0%	38.0%	18.0%	50	81	42.0%	112	58.0%	10	10.8%	83	89.2%
PR	12.0%	24.0%	38.0%	8.0%	14.0%	50	79	52.3%	72	47.7%	9	14.3%	54	85.7%
CE	63.6%	36.4%	0.0%	0.0%	0.0%	11	171	46.6%	196	53.4%	0	0.0%	3	100.0%
Total	12.6%	19.8%	22.5%	35.1%	14.4%	111	331	46.6%	380	53.4%	19	11.9%	140	88.1%

*Força de trabalho, maiores de 14 anos de idade

/1 - Total de questionários que responderam quanto ao tamanho da propriedade

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro IV. Características das unidades produtivas quanto aos principais produtos agrícolas. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Milho			Feijão			Arroz			Mandioca			Outros		
	Arreál	Prod03	Valor3	Arreál	Prod12	Valor12	Arreál	Prod02	Valor02	Arreál	Prod02	Valor02	Arreál	Prod02	Valor02
SC	7.1	27.0	69.0	2.8	3.2	13.9	10.6	53.9	146.9	1.5	22.9	7.8	4.5	20.8	33.7
PR	5.2	15.1	15.7	2.3	1.6	6.9	8.5	8.8	2.3	1.0	8.2	7.0	4.0	10.6	23.5
CE	0.5	0.0	0.0	0.5	0.0	0.0	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.7	0.0	0.0
Total	4.3	14.0	11.6	1.9	1.6	6.9	3.8	18.2	49.7	0.8	10.3	5.0	3.1	10.5	19.1

/1 - Área em (HA)

/2 - Produção em (T)

/3 - Valores em salários mínimos (CR\$5 534.00)

Todos os resultados expressos em média

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro V. Características das unidades produtivas quanto aos principais produtos pecuários. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Cada Leite			Cada Carne			Sistema			Aves			Outros		
	CabU1	Prod02	ValorU	CabU1	Prod02	ValorU	CabU1	Prod02	ValorU	CabU1	Prod02	ValorU	CabU1	Prod02	ValorU
SC	9	8,0	20,5	13	940,8	17,2	54	3 879,5	49,5	1 963	2 608,2	18,1	546	1 708,9	34,1
PR	6	11,6	24,6	5	288,3	2,3	16	1 315,4	13,7	81	81,5	5,0	31	424,7	13,0
CE	1	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	13	0,0	0,0	7	0,0	0,0
Total	5	6,5	25,1	6	410,7	6,5	23	1 731,6	21,1	666	866,6	7,7	195	737,9	15,7

/1 - Cabeças em números

/2 - Produção em (Kg)

/3 - Valor em salários mínimos (CR\$5 534,00)

Todos os resultados expressos em média.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro VI. Características familiares quanto ao número de pessoas na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	FEMININO						MASCULINO					
	Idade			Total*	Idade			Total*				
	< 14	14-65	> 65		< 14	14-65	> 65					
SC	33	77	8	118	24	105	14	143				
PR	30	80	4	114	39	70	5	114				
CE	100	184	2	286	152	217	2	371				
Total	163	341	14	518	215	302	21	628				

* Pessoas que compõem a família são: Marido, mulher, filhos, filhas e outros.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro VII. Percentagem da mulheres rurais por tipo de atividades desenvolvidas. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Atividades Principais*						Atividades Secundarias*						Total ** Mulheres
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	
SC	55.6%	9.9%	24.7%	3.7%	2.5%	2.5%	18.5%	0.0%	46.0%	3.7%	2.5%	6.2%	81
PR	62.0%	8.9%	17.7%	6.3%	2.5%	2.5%	12.7%	0.0%	53.2%	3.8%	1.3%	1.3%	79
CE	1.8%	5.8%	88.6%	2.3%	0.6%	0.6%	73.1%	5.3%	2.9%	0.0%	0.0%	1.2%	171
Total	28.9%	7.6%	33.5%	3.6%	1.5%	1.5%	45.3%	2.7%	25.7%	1.8%	0.9%	2.4%	331

*Tabela de atividades principais e secundarias:

01 - Trabalha na roça na transf. de produtos

02 - Trabalha como assalariada fora de casa

03 - Atividades domesticas

04 - Estudante

05 - Aposentado (a)

06 - Outras

** Mulheres incluem filhas maiores de 14 anos

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro VIII. Mulheres que ocupam a posição de "chefe" de família e média de membros na família. Brasil (SC - PR - CE)/ 1993.

U.F.	Total de mulheres produtoras	Mulheres Chefe		Num. médio de ** membros na família
		Qtd.	Porcentual	
SC	50	2	4.0%	5
PR	50	18	36.0%	4
CE	100	8	8.0%	6
Total	200	28	14.0%	6

* Percentual de mulheres chefes em relação ao total pesquisado

** Membros na família se compõem de: Marido, Mulher, Filhos, Filhas e outros

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro IX. Unidades produtivas - tipo de propriedade quanto ao destino da produção. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Substância		Substituição + Venda Excedente		Comercialização e maior parte		Total *
	Arrendada	Própria	Arrendada	Própria	Arrendada	Própria	
SC	2	4.0%	19	38.0%	29	58.0%	50
PR	0	0.0%	20	40.8%	29	59.2%	49
CE	64	65.3%	34	34.7%	0	0.0%	98
Total	66	33.5%	73	37.1%	58	29.4%	197

* Número de questionários respondidos quanto ao destino da produção

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro X. Unidades produtivas segundo a posse de terra e quem detém a titularidade. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Própria				Titularidade				TOTAL		
	Posse	Arrendada	Marcação	Compro	Outro	Homem	Mulher	Amboas		Filhos	Outros
SC	4.0%	8.0%	50.0%	74.0%	2.0%	6.0%	6.0%	46.0%	0.0%	6.0%	50
PR	2.0%	16.0%	46.0%	68.0%	0.0%	66.7%	6.3%	14.6%	4.2%	8.3%	48
CE	22.0%	49.0%	10.0%	20.0%	2.0%	89.3%	7.1%	3.6%	0.0%	0.0%	28
Total	12.5%	30.5%	29.0%	45.5%	1.5%	61.9%	6.3%	24.6%	1.6%	5.6%	126

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XI. Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

INDICADORES	U. F.				TOTAL *
	SC	PR	CE		
Administ./Contabilidade	48.0%	10.6%	0.0%		14.9%
Aprisco-Caprino	6.0%	10.6%	2.0%		5.1%
Cerca elétrica	52.0%	23.4%	0.0%		19.0%
Concentrado p/animal	74.0%	36.2%	0.0%		27.7%
Conservação do solo	76.0%	57.4%	0.0%		33.3%
Correção do solo-calcario	92.0%	70.2%	2.0%		41.5%
Esterqueira	2.0%	0.0%	0.0%		0.5%
Irrigação	22.0%	6.1%	0.0%		7.2%
Mecanização	72.0%	61.7%	0.0%		33.3%
Ordenhadeira	10.0%	6.4%	1.0%		4.6%
Paio/Silo	68.0%	40.4%	79.6%		67.2%
Pastagem/Forrag. artific.	70.0%	27.7%	0.0%		24.6%
Raca melhorada	66.0%	40.4%	0.0%		26.7%
Reserv. agua com cisterna	38.0%	25.5%	78.6%		55.4%
Sementes/Mudas melhoradas	86.0%	76.6%	0.0%		40.5%
Silagem/Feno	36.0%	21.3%	0.0%		14.4%
Uso adeq. agrotóxico	58.0%	57.4%	0.0%		28.7%
Vacinação	96.0%	80.9%	3.1%		45.6%

*Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas: SC - 50 questionários, PR - 50 questionários, CE - 100 questionários.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro X1a. Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

INDICADORES	U. F.			TOTAL *
	SC	PR	CE	
Arado (animal)	76.0%	70.2%	16.3%	44.6%
Balança	66.0%	42.6%	0.0%	27.2%
Bomba d'agua	32.0%	36.2%	5.1%	19.5%
Caminhão	24.0%	38.3%	0.0%	15.4%
Centrifuga	8.0%	0.0%	0.0%	2.1%
Classificador	2.0%	0.0%	0.0%	0.5%
Colbedeira	28.0%	19.1%	0.0%	11.8%
Debulh. milho	66.0%	34.0%	4.1%	27.2%
Equip. Irrigação	14.0%	10.6%	0.0%	6.2%
Equip. Pasteur.	2.0%	0.0%	0.0%	0.5%
Estufa (plastico)	8.0%	10.6%	0.0%	4.6%
Ferramentia	100.0%	91.5%	100.0%	97.9%
Micro Trator	30.0%	8.5%	0.0%	9.7%
Mist. ração	16.0%	0.0%	2.0%	5.1%
Ordenhadeira	8.0%	4.3%	0.0%	3.1%
Picador forragem	70.0%	21.3%	0.0%	23.1%
Prensa	40.0%	17.0%	1.0%	14.9%
Pulver. costal	92.0%	66.0%	12.2%	45.6%
Pulver. tratorizado	18.0%	25.5%	0.0%	10.8%
Semeadeira	32.0%	29.8%	0.0%	15.4%
Tacho p/cozimento	84.0%	61.7%	71.4%	72.3%
Trator	66.0%	55.3%	0.0%	30.3%

*Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas: SC - 50 questionários, PR - 50 questionários, CE - 100 questionários.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XII. Unidades produtivas segundo as fontes de financiamento. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	E m p r é s t i m o s \ I									
	Venda de Produtos		Particulares		Assoc. / Coop.		Banco			
	Qtd./2	Percent.	Qtd.	Percent.	Qtd.	Percent.	Qtd.	Percent.	Qtd.	Percent.
SC	47	94.0%	1	2.0%	6	12.0%	14	28.0%		
PR	46	93.9%	1	2.0%	2	4.1%	16	32.7%		
CE	96	98.0%	2	2.0%	0	0.0%	1	1.0%		
Total	197	95.5%	4	2.0%	8	4.1%	31	15.7%		

/1 - Quantidade de unidades produtivas que realizam alguma forma de empréstimos

/2 - Quantidade de unidades produtivas que vendem produtos para comprar insumos

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XIII. Participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho. Brasil (SC - PR - CE)/1993. Produtos Agrícolas

U.F.	Milho		Feijão		Arroz		Mandioca		Outros	
	Total *	Mulher	Total *	Mulher	Total *	Mulher	Total *	Mulher	Total *	Mulher
SC	5 314	27.3%	1 407	25.9%	2 149	1.37%	0	0.0%	13 968	26.3%
PR	3 220	24.2%	1 145	33.6%	229	40.2%	0	0.0%	9 301	26.8%
CE	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	3	0.0%
Total	8 534	26.1%	2 552	29.9%	2 378	16.3%	0	0.0%	23 272	26.5%

* Valores expressos em jornadas de trabalho.
Uma jornada significa de 10 a 12 horas de trabalho por dia.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

14

Quadro XIV. Participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho. Brasil (SC - PR - CE)/1993. Produtos Agrícolas

U.F.	G. Leite		G. Corte		Suínos		Aves		Outros	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
SC	2 470	59.1%	822	20.4%	1 889	35.8%	2 015	56.7%	8 353	49.0%
PR	1 933	73.3%	242	24.4%	749	54.3%	930	96.8%	3 968	70.3%
CE	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%
Total	5 403	64.2%	1 064	21.3%	2 638	41.1%	3 035	69.0%	12 321	55.8%

*Valores expressos em jornadas de trabalho.
Uma jornada significa de 10 a 12 horas de trabalho por dia.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XV. Participação da mulher rural na comercialização segundo o lugar de venda. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

Principais Produtos	Local de Venda																																									
	Associação						Cooperativa						Feira Produtoras						Mercado						CEASA						Propriedade						Comércio					
	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE	SC	PR	CE						
Milho	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Feijão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Arroz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Mandioca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0						
Gado de Leite	0	0	0	3	1	0	0	2	3	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	4	1	0						
Gado de Corte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Suínos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0						
Aves	0	0	0	1	0	0	0	4	8	0	4	11	0	0	0	4	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	4	2	0	4	2	0						
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						

Valores expressos em quantidade de mulheres.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XVI. Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas agrícolas na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Atividade Agrícolas										Total**
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mulher
SC	2.0%	2.0%	6.0%	4.0%	2.0%	0.0%	10.0%	12.0%	20.0%	78.0%	50
PR	8.0%	4.0%	8.0%	2.0%	0.0%	2.0%	4.0%	20.0%	30.0%	46.0%	50
CE	5.0%	5.0%	18.0%	5.0%	0.0%	0.0%	17.0%	9.0%	73.0%	83.0%	100
Total	5.0%	4.0%	12.5%	4.0%	0.5%	0.5%	12.0%	12.5%	49.0%	72.5%	200

* Atividades

1- Limpeza da área

2- Preparo do solo

3- Semeadura

4- Tratos culturais

5- Aplicação de agrotóxicos

6- Irrigação

7- Colheita

8- Preparo de produtos

9- Transformação primária

10- Cuidar da horta

** Mulheres incluem filhas maiores de 14 anos.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XVII. Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas pecuárias na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Atividade Pecuária/1											Total/2
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Mulher
SC	2.0%	20.0%	8.0%	2.0%	20.0%	30.0%	16.0%	14.0%	0.0%	6.0%	10.0%	50
PR	0.0%	20.0%	0.0%	0.0%	8.0%	14.0%	10.0%	18.0%	0.0%	4.0%	8.0%	50
CE	0.0%	12.0%	1.0%	0.0%	2.0%	2.0%	2.0%	1.0%	1.0%	4.0%	3.0%	100
Total	0.5%	16.0%	2.5%	0.5%	8.5%	12.5%	7.5%	8.5%	8.5%	4.5%	6.0%	200

/1 - Atividades

- 1-Formação de pastagens
- 2-Alimentação de animais
- 3- Aplicação de medicamentos
- 4-Limpeza das instalações
- 5-Manejo dos animais
- 6- Cuidado das crias
- 7- Marcação
- 8- Buscar animais
- 9- Debulhar milho
- 10- Cortar lenha
- 11- Tirar leite

/2 - Mulheres incluem filhas maiores de 14 anos.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XVIII. Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas domésticas na unidade produtiva. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Atividades Domésticas/1								Total/2
	1	2	3	4	5	6	7	8	
SC	92.0%	90.0%	76.0%	88.0%	28.0%	38.0%	10.0%	40.0%	50
PR	96.0%	84.0%	78.0%	84.0%	54.0%	40.0%	16.0%	30.0%	50
CE	5.0%	99.0%	95.0%	96.0%	96.0%	34.0%	6.0%	7.0%	100
Total	49.5%	93.0%	86.0%	91.0%	68.5%	36.5%	9.5%	21.0%	200

/1 - Atividades

- 1-Fazer pão
- 2-Fazer a comida (refeições)
- 3-Limpeza da casa e arredores
- 4-Lavar / passar roupas
- 5-Cuidar dos filhos
- 6- Ajudar nos deveres de aula
- 7- Comprar mercadorias p/produção
- 8- Comprar coisas para casa

/2 - Mulheres incluem filhas maiores de 14 anos.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XIX. Número relativo de mulheres rurais quanto a capacitação técnica e origem da assistência. Brasil (SC - PR - C)/1993.

U.F.	Total	Recebem Capacitação						Origem da Assistência *									
		Não	1	2	+ de 2	Qtd	%	01	02	03	04	05	06				
SC	50	34.0%	34.0%	10.0%	22.0%	2	3.3%	0	0.0%	2	3.3%	0	0.0	40	66.7%	16	26.7%
PR	50	42.0%	8.0%	22.0%	28.0%	5	7.4%	2	2.9%	1	1.5%	2	2.9%	54	79.4%	4	5.9%
CE	100	98.0%	32.0%	0.0%	0.0%	0	0.	1	50.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	1	50.0%
Total	200	68.0%	11.5%	8.0%	12.5%	7		3	2.3%	3	2.3%	2	1.5%	94	72.3%	21	16.2%

- * Origem da assistência
- 01 - Técnicos particulares
- 02 - Técnicos de escolas /universidades
- 03 - Técnicos de cooperativas
- 04 - ONGs
- 05 - EMATER
- 06 - Outros

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XX. Número relativo de mulheres que possuem informações sobre mercados e preços. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Total de Mulheres	Tipos de Informações *						
		01	02	03	04	05	06	07
SC	50	86.0%	76.0%	34.0%	10.0%	76.0%	64.0%	74.0%
PR	50	92.0%	74.0%	56.0%	8.0%	76.0%	62.0%	76.0%
CE	100	13.0%	18.0%	2.0%	3.0%	34.0%	8.0%	11.0%
Total	200	51.0%	46.5%	23.5%	6.0%	55.0%	35.5%	43.0%

* Tipos de informações

01 - Diz conhecer a EMBALAGEM que dá mais valor ao produto.

02 - Diz conhecer o PREÇO praticado no MERCADO LOCAL.

03 - Diz conhecer o PREÇO praticado em OUTROS MERCADOS e PREÇOS.

04 - Recebe BOLETINS com informações de MERCADO e PREÇOS.

05 - Ouve sobre informações de MERCADOS e PREÇOS pelo RÁDIO.

06 - Diz saber a DIFERENÇA entre os PREÇOS recebidos pelos produtores e aqueles pagos pelos consumidores.

07 - DIZ saber a MELHOR ÉPOCA para comercializar a VENDA de seus produtos.

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XXI. Associativismo: Participação da mulher rural em organizações. Brasil (SC - PR - CE)/1993.

U.F.	Total de	Participa de Organizações											
		Não		Uma		Duas		Tres		+ de Tres			
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
SC	50	8	16.0	11	22.0	16	32.0	9	18.0	6	12.0		
PR	50	22	44.0	12	24.0	11	22.0	5	10.0	0	0.0		
CE	100	95	95.0	5	5.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0		
Total	200	125	62.5	28	14.0	27	13.5	14	7.0	6	3.0		

* Tipos de organizações
 Associações de produtores
 Associação da igreja
 Associações de pais e mestres
 Cooperativa
 Comites de saúde
 Comites de educação
 Clubes esportivos
 Pastoral
 Clubes de mães

Fonte: Pesquisa Ago/93.

Quadro XXII. Numero relativa de Mulheres rurais que manifestam desejo de migrar. Brasil (SC - PR - CE)/ 1993.

U.F.	Total de Mulheres	Disposição para Migrar			
		para a cidade		permanecer no campo	
		Qtd	%	Qtd	%
SC	50	4	8.0	46	92.0
PR	50	6	12.0	44	88.0
CE	100	22	22.0	78	78.0
Total	200	32	16.0	168	84.0

Fonte: Pesquisa Ago/93.



PROGRAMA DE ANÁLISE DA POLÍTICA DO SETOR
AGROPECUÁRIO FRENTE A MULHER PRODUTORA
DE ALIMENTOS NA REGIÃO ANDINA,
NO CONE SUL E NO CARIBE

Este Programa, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica ATN/SF-4064-RE, foi levado a efeito em 18 países da América Latina e do Caribe. A primeira fase foi implementada em 1992-1993, nos seis países do Istmo Centro-Americano, contando com o apoio do Conselho dos Ministros da Agricultura da América Central, em sua XII Reunião Ordinária, realizada em março de 1992. Seus resultados foram publicados no livro "*Mujeres de Maíz*" (IICA/BID 1995).

A segunda fase foi levada a efeito na Região Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), no Cone Sul (Brasil, Paraguai e Uruguai) e no Caribe (Barbados, Guiana, Jamaica e Suriname), por solicitação de um grupo de Primeiras Damas que participou da Cúpula de Primeiras Damas para o Progresso Econômico da Mulher Rural, realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1992.

Três documentos foram elaborados para cada país, dos quais constam os resultados técnicos dos quatro temas de pesquisa do Programa: a) diagnóstico da participação das mulheres rurais no setor agropecuário e de sua contribuição para a produção de alimentos nas pequenas unidades de produção, b) análise das políticas e programas agropecuários e de seus impactos sobre as mulheres rurais produtoras de alimentos, c) avaliação da tecnologia utilizada nas pequenas unidades de produção e pela mulher nos processos de produção de alimentos; e d) análise do papel da mulher rural produtora de alimentos na transformação e comercialização de produtos.

Outras atividades que fizeram parte do Programa foram a elaboração de relatórios comparativos regionais, a formulação de propostas de política e ação, a realização de seminários nacionais e regionais para a discussão das recomendações do Programa, e a divulgação dos resultados finais.